



**PEDRA
BRANCA**



EDITAL DA CONCORRÊNCIA Nº 003/2022

(Processo n.º 041/2022)

O Município de Pedra Branca, através do titular de origem da presente licitação, torna público para conhecimentos dos interessados, que a Comissão Permanente de Licitação, até às **08:30 do dia 04 de Julho de 2022**, na sede da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Pedra Branca, localizada à Rua Furtunato Silva, S/n, Centro Administrativo Cesário Mendes, Centro, Pedra Branca-CE, CEP: 63.630-000, em sessão pública, dará início aos procedimentos de recebimento e abertura dos envelopes concernentes aos Documentos de Habilitação e às Propostas de Preços, da licitação modalidade **CONCORRÊNCIA Nº 003/2022**, identificado abaixo, mediante as condições estabelecidas no presente Edital, tudo de acordo com a Lei n.º 8.666/93, de 21.06.93, alterada pela Lei n.º 8.883/94 de 08.06.94 e legislação complementar em vigor.

Objeto:	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DA 1ª ETAPA DE PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA NA ESTRADA DO DISTRITO DE CAPITÃO MOR NO MUNICÍPIO DE PEDRA BRANCA/CE.
Órgão Interessado:	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE
Modalidade:	CONCORRÊNCIA
Tipo:	MENOR PREÇO
Critério de Julgamento:	GLOBAL
Regime de Execução:	INDIRETA
Empreitada:	EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

1. HORÁRIO, DATA E LOCAL PARA A ENTREGA DOS ENVELOPES CONTENDO A DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS:

1.1. **Até às 08:30, do dia 04 de Julho de 2022**, no endereço Rua Furtunato Silva, S/n, Centro Administrativo Cesário Mendes, Centro, Pedra Branca-CE, CEP: 63.630-000 para entrega dos Envelopes n. 01, com os documentos de habilitação e declarações complementares, e n. 02, com a proposta.

2. HORÁRIO, DATA E LOCAL PARA INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA

2.1. **Às 08:30 horas, do dia 04 de Julho de 2022**, no setor de licitação localizado no endereço Rua Furtunato Silva, S/n, Centro Administrativo Cesário



Mendes, Centro, Pedra Branca-CE, CEP: 63.630-000, terá início a sessão, prosseguindo-se com o credenciamento dos participantes e a abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação.

2.2. Os conjuntos de documentos relativos à habilitação e à proposta de preços deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados e lacrados, rubricados no fecho e identificados com o nome do licitante e contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

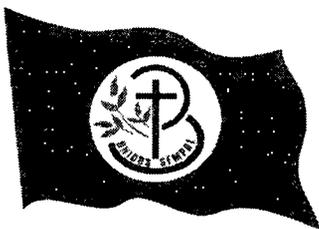
ENVELOPE Nº 1 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DE CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO <i>PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA</i> CONCORRÊNCIA Nº/22.. (RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE) (CNPJ)

ENVELOPE Nº 2 PROPOSTA <i>PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA</i> CONCORRÊNCIA Nº/22.. (RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE) (CNPJ)
--

2.3. Os licitantes interessados em participar do certame não necessitam encaminhar seus representantes legais para entregar os envelopes com a documentação e as propostas, podendo, inclusive, encaminhá-los via Correio ou outro meio similar de entrega, atentando para as datas e horários finais para recebimento dos mesmos, constantes neste Edital. A correspondência deverá ser endereçada com aviso de recebimento para a Comissão de Licitação no endereço indicado no Item 1 deste Edital e conter os dois envelopes acima mencionados, com antecedência mínima de 1 (uma) hora do momento marcado para abertura da sessão pública.

3. DO REPRESENTANTE E DO CREDENCIAMENTO

3.1. Os licitantes que desejarem manifestar-se durante as fases do procedimento licitatório deverão estar devidamente representados por:



3.1.1. **Titular da empresa licitante**, devendo apresentar cédula de identidade ou outro documento de identificação oficial, acompanhado de: registro comercial no caso de empresa individual, contrato social ou estatuto em vigor, no caso de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; sendo que em tais documentos devem constar expressos poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

3.1.2. **Representante designado pela empresa licitante**, que deverá apresentar instrumento particular de procuração ou documento equivalente, com poderes para se manifestar em nome da empresa licitante em qualquer fase da licitação, acompanhado de documento de identificação oficial e do registro comercial, no caso de empresa individual; contrato social ou estatuto em vigor no caso de sociedades comerciais e no caso de sociedades por ações, acompanhado, neste último, de documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

3.2. Cada representante legal/credenciado deverá representar apenas uma empresa licitante.

4. OBJETO

4.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DA 1ª ETAPA PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA NA ESTRADA DO DISTRITO DE CAPITÃO MOR NO MUNICÍPIO DE PEDRA BRANCA/CE**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

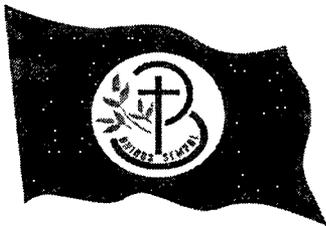
4.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço GLOBAL, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

4.3. A licitação será realizada de acordo com as regras específicas para o regime de execução empreitada por preço global.

4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento Municipal para o exercício de 2022, na classificação: 0301.15.451.0332.1.002; fonte do recurso: 1.500.0000.00 (Recursos não vinculados de Impostos) e 1.700.0000.00 (Outras Transferências de Convênio ou Repasse da União); elemento de despesa: 4.4.90.51.00.

6. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO



- 6.1. Poderão participar desta licitação, os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação¹.
- 6.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 6.3. Não poderão participar desta licitação:
- 6.3.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
 - 6.3.2. que não atendam às condições destes Edital e seus anexos;
 - 6.3.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 6.3.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
 - 6.3.5. que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
 - 6.3.6. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
 - 6.3.7. Não será admitida a participação de empresa sob a forma de consórcios ou grupo de empresas.
- 6.4. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:
- a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
 - b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.
- 6.4.1. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V,

¹ O objeto social incompatível com o objeto da licitação é impeditivo à contratação, a ser aferido na fase de habilitação jurídica. Nesse sentido o Tribunal de Contas da União, no Acórdão 642/2014-Plenário, estabelece que: "30. Primeiramente, dirijo da unidade técnica quando indica que a exigência do contrato social das licitantes não seria destinada à comprovação da adequação do ramo de atuação das empresas com os serviços objeto do certame. 31. Ocorre que o art. 28, inciso III, da Lei 8.666/1993 inclui o contrato social, devidamente registrado, entre os documentos exigíveis para fins de comprovação da habilitação jurídica. Tal exigência visa justamente à comprovação de que a licitante tem a atividade comercial compatível com o objeto licitado. 32. O objeto social da empresa delineado no contrato social devidamente registrado comprova não apenas o exercício da atividade empresarial requerida na licitação, mas também que a empresa o faz de forma regular. E nesse ponto ressalto que a Administração deve sempre prestigiar a legalidade. Não basta que a licitante detenha a capacidade comercial de fato, faz-se necessário que ela esteja em conformidade com a lei.





da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010);

7. DA HABILITAÇÃO

7.1. O licitante, deve inserir no envelope nº 01, dos documentos de habilitação e das condições de participação, as declarações complementares que consistem nos seguintes documentos:

7.1.1. de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, nos termos do art. 34 da Lei n. 11.488, de 2007, caso opte por usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

7.1.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a ausência da declaração impedirá o prosseguimento no certame;

7.1.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a ausência da declaração apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

7.1.2. Declaração que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

7.1.3. Declaração que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

7.1.4. Declaração que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, caso opte pelo benefício previsto no art. 3º, § 2º, inciso V, da Lei nº 8.666/1993.

7.1.5. Declaração que não utiliza de mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos da Lei 9.854, 1999, conforme modelo ANEXO.

7.1.6. Declaração, sob as penalidades cabíveis, de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, ficando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, (art.32, §2º, da Lei n.º 8.666/93);

7.1.7. Declaração de Inexistência de Vínculo empregatício com o Município de Pedra Branca do(s) sócio(s) e/ou proprietário da empresa;

7.1.8. Declaração expressa da proponente que se compromete a aplicar nas obras somente materiais devidamente homologados e os respectivos fabricantes cadastrados e qualificados na Prefeitura Municipal de Pedra Branca-CE



- 7.1.9. Declaração de que a licitante tem ciência sobre a forma de comunicação dos atos do processo, conforme modelo;
- 7.2. Certificado de registro cadastral (CRC) da empresa expedido pela Prefeitura de Pedra Branca, dentro do prazo de validade, guardada a conformidade do objeto da licitação.
- 7.3. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital
- 7.4. Habilitação Jurídica:**
- 7.4.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 7.4.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 7.4.3. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 7.4.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 7.4.5. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 7.4.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- 7.5. Regularidades Fiscal e Trabalhista:**
- 7.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 7.5.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 7.5.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 7.5.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;



7.5.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.5.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

7.5.6.1. caso o licitante seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.5.7. Quando se tratar da subcontratação prevista no art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, a licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização previsto no art. 4º, §1º do Decreto nº 8.538, de 2015.

7.6. Qualificação Econômico-Financeira:

7.6.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

7.6.1.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

7.6.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, devidamente assinados por contabilista registrado no CRC, bem como por sócio, gerente ou diretor, registrado na Junta Comercial competente e apresentar juntamente com a Certidão de regularização do profissional - CRP do profissional técnico-contábil, nos termos da Resolução CFC 1.402/2012 do Conselho Federal de Contabilidade;

7.6.3. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

7.6.3.1. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.



7.6.3.2. Serão aceitos o balanço patrimonial, demonstrações contábeis, termos de abertura e encerramento do livro Diário, transmitidos via SPED, acompanhados do recibo de entrega de escrituração contábil digital, respeitada a IN RFB vigente.

7.6.4. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

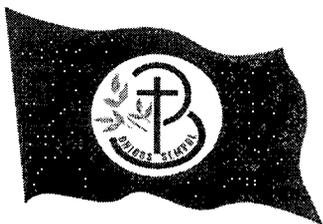
7.6.5. - GARANTIA DE PROPOSTA, no valor de **R\$ 52.936,29 (Cinquenta e dois mil novecentos e trinta e seis reais e vinte e nove centavos)**, equivalente a 1 % (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação, na forma do Artigo 31, Inciso III e do Artigo 56 § 1º ambos da Lei Federal Nº 8.666/93 e suas alterações;

7.6.5.1 - A garantia de manutenção de proposta, quando não recolhida em moeda corrente nacional, mas em qualquer outra das modalidades previstas a seguir, terá o prazo de validade de 60 (sessenta) dias, contado da data de entrega dos Documentos de Habilitação e Propostas de Preços e deverá ser recolhida das seguintes formas:

- a) Caução em dinheiro ou em título da dívida pública sendo Autorizado e Liquidado pelo Banco Central do Brasil, demonstrando o valor real do título, e vedada a prestação de garantia através de Títulos da Dívida Agrária; No caso de prestação de garantia de manutenção de proposta em dinheiro, deverá ser apresentado dentro do documento de habilitação, comprovante de depósito identificado no valor acima estipulado na seguinte conta:

BANCO 001(Banco do Brasil)
AGÊNCIA N.º: 758-7
CONTA CORRENTE N.º: 107621-3 (PMPB CAUÇÃO)

- b) Fiança bancária;
c) Seguro-garantia.



7.6.5.2- A garantia de proposta, deverá ser recolhida junto à Unidade Arrecadadora/Tesouraria, em nome da Prefeitura Municipal de Pedra Branca, em até 03 (três dias) úteis antes da data dos documentos de habilitação e propostas comerciais, tendo sua validade que cobrir a vigência da proposta, sendo o comprovante de recolhimento da garantia apresentado junto com os documentos de habilitação.

7.6.5.3- A garantia de manutenção de proposta será liberada até 05 (cinco) dias úteis após esgotada as fases de habilitação (Documentos de Habilitação) ou de classificação (Propostas de Preços), para as empresas inabilitadas ou desclassificadas, ou após a adjudicação, exceto para a vencedora da licitação, que será liberada no mesmo prazo, após a data de assinatura de Contrato.

7.6.6 - Certidão Específica (com todas as alterações e movimentações da empresa), emitida pela junta comercial da sede da licitante, com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias da data da licitação;

7.6.7 - Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede da licitante, com data não inferior a 30 (trinta) dias da data marcada para a abertura da licitação;

7.7. Qualificação Técnica:

7.7.1. Prova de inscrição ou registro da empresa Licitante e do(s) seu(s) responsável(is) técnico(s) junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, da sede da licitante. No Registro de inscrição ou Certidão de Registro e quitação da pessoa jurídica expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, deverá constar no quadro de responsável técnico pelo menos um técnico profissional de nível superior habilitado na **área de Engenharia Civil**;

7.7.2. **CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL:** Apresentar comprovação de a PROPONENTE possuir **em seu quadro técnico permanente**, na data prevista para entrega dos documentos, profissionais de nível superior na área de **Engenharia Civil** devidamente reconhecido pelas entidades competentes, detentor de no mínimo de 01 (um) atestado ou certidão de responsabilidade técnica, com o respectivo acervo expedido pela entidade profissional competente, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) ter os profissionais, realizado obras/serviços de engenharia de características técnicas similares as do objeto ora licitado, segundo as parcelas de maior relevância. Não serão aceitos **CERTIDÕES DE ACERVO TÉCNICO** ou **ATESTADOS** de Projeto, Fiscalização, Supervisão, Gerenciamento, Controle Tecnológico ou Assessoria Técnica de Obras.

7.7.2.1- Para fins da comprovação de que trata este subitem são consideradas parcelas de maior relevância:



PEDRA BRANCA



ITEM
• GUIA (MIO FIO) E SARJETA CONJUGADOS DE CONCRETO, MOLDADA IN LOCO COM EXTRUSORA
• PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA C/REJUNTAMENTO
• PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA S/ REJUNTAMENTO

7.7.2.2 - Para fins de comprovação da Qualificação Técnica a licitante deverá apresentar os documentos comprobatórios previstos no item 7.7.2, relativo à Engenharia Civil, devidamente registrado na entidade Profissional competente como responsável técnico da empresa, devendo estar ainda relacionado na equipe técnica disponível, na qualidade de responsável técnico.

7.7.2.3 - Quando a CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO emitida pelo conselho competente não explicitar com clareza os serviços objeto do Acervo Técnico, esta deverá vir acompanhada do seu respectivo Atestado, devidamente registrado e reconhecido pelo Conselho competente.

Parágrafo Único - A apresentação do acervo do(s) responsável(is) técnico(s) deverá ser apresentada na totalidade dos pedidos acima, e os mesmos deverão ser grifados para melhor didática de análise por parte da Comissão de Licitação.

7.7.2.4 - Entende-se, para fins deste edital, como pertencente ao quadro permanente:

- Sócio;
- Diretor;
- Empregado;
- Profissional contratado.

7.7.2.4.1- A comprovação de vinculação ao quadro permanente da licitante será feita:

- Para sócio, mediante a apresentação do ato constitutivo, estatuto, contrato social consolidado ou contrato social e todos os aditivos; ou
- Para diretor, mediante a apresentação da ata de eleição e posse da atual diretoria, devidamente registrada junto ao órgão competente; ou
- Para Empregado, se o responsável técnico não for sócio e/ou diretor da empresa,



P R E F E I T O R A
**PEDRA
BRANCA**



a comprovação se dará mediante a apresentação das cópias da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – devidamente assinada, da FRE – Fica de Registro de Empregado e da informação da GFIP.

- d) Para o Contratado, mediante contratos de prestação de serviços, comprovando vínculo profissional da empresa para com o prestador de serviço com firma reconhecida do contratado e do contratante.

7.7.2.5 - O(s) profissional(is) responsável(is) técnico(s) indicado(s) no item 7.7.2 deverão participar permanentemente dos serviços objeto desta licitação e deverão constar obrigatoriamente;

- a) Na Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia;
b) No Atestado de Capacidade Técnica do Profissional apresentado pela licitante.

7.7.2.6 – Na hipótese de empresas que prestaram serviços sob a forma de subcontratação, os atestados emitidos pelos contratados deverão ter anuência do Contratante Original.

7.7.2.7 – Para a comprovação exigida, os licitantes deverão apresentar somente certidões e atestados pertinentes, evitando a inclusão de outros documentos supérfluos ou desnecessários.

7.7.2.8 – Poderão ser apresentados atestados oriundos de contratos distintos, desde que o somatório deles atenda totalmente cada um dos requisitos exigidos.

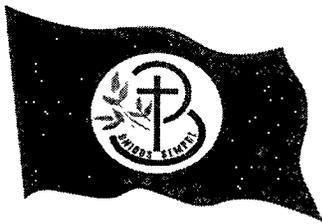
7.7.3 - CAPACIDADE TÉCNICA-OPERACIONAL: Apresentar a PROPONENTE sua Capacidade Técnica-Operacional, de acordo com Lei 8.666/93 e suas alterações, e solicitado abaixo:

7.7.3.1 - Declaração com a indicação do pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto da licitação, bem como a qualificação profissional de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, este documento deverá ser assinado por sócio administrador ou por representante legal da empresa;

7.7.3.2 – Comprovação que dispõe de instalação de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal especializado, considerados essenciais para desenvolvimento dos serviços, nos termos estabelecidos no Art. 30, parágrafo 6º da lei 8.666/93 e suas alterações;

7.7.3.3. O(s) profissional(is) responsável(is) técnico(s) indicado(s), cujo(s) nome(s) constar(em) na Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica da licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA deverá(ão) ser o(s) detentore(s) do atestado E/OU certidão de capacidade técnica;

7.8 - O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir



os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

7.9 Os documentos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

7.10 Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.11 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.11.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.12 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

7.12.1. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja habilitada, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

7.13 A documentação de habilitação relacionada acima deverá ainda ser apresentada obedecendo-se a ordem acima requerida, item a item, numerada e rubricada pelo titular ou responsável pela licitante, e sendo todas as declarações apresentadas com firmas reconhecidas.

7.14 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante estará habilitado para a fase de classificação

8. DA PROPOSTA

8.1 - A licitante deverá entregar à Comissão de Licitação, o envelope "Nº 2" contendo as PROPOSTAS DE PREÇOS devendo ser confeccionada no mínimo em 01 (uma) via impressa e 01 (um) arquivo digital, nos formatos **.xls para as planilhas**, gravados em CD, em envelope lacrado, obedecendo a via impressa a ordem abaixo requerida, item a item, com folhas numeradas sequencialmente da primeira até a última folha de modo a refletir seu número exato, e rubricadas pelo titular ou responsável pela licitante, sendo todas as planilhas assinadas pelo responsável técnico da empresa e pelo seu representante legal, no entanto a carta da proposta de preços, bem como todas as demais declarações da



proposta de preços assinadas pelo representante legal da empresa.

8.2 - A **PROPOSTA DE PREÇOS** deverá ser elaborada e apresentada, conforme exigências deste Edital, contendo: Carta de Proposta de Preços; Planilha Resumo; Planilha de Orçamento; Cronograma Físico Financeiro; Composição de Preços Unitários; Planilha Analítica de Encargos Sociais; Planilha de Composição Analítica da Taxa de B.D.I.

8.2.1 Os preços constantes nas Planilhas de Orçamento e de Composição de Custos Unitários do licitante deverão ser cotados em moeda corrente nacional.

8.3 - A **CARTA DE PROPOSTA DE PREÇOS** deverá ser elaborada e apresentada, conforme exigências deste Edital, contendo:

8.3.1. A modalidade e o número da licitação;

8.3.2. Endereçamento a(o) Presidente da Comissão Central de Licitações da Prefeitura de Pedra Branca;

8.3.3. O objeto dos serviços desta licitação;

8.3.4. A Razão Social, CNPJ, Endereço completo da empresa licitante e dados pessoais (nome, CPF, RG e endereço) do representante legal, que se for o caso, assinará o contrato referente ao objeto deste certame;

8.3.5. Indicação do nome e número do banco, agência e conta corrente para efeito de pagamento;

8.3.6. Prazo de execução dos serviços: conforme os termos do edital, contados à partir da ordem de serviço;

8.3.7. Prazo de validade da proposta: não inferior a 60 (sessenta) dias;

8.3.8. Preço Global por quanto a licitante se compromete com os serviços objeto desta Licitação, expressos em algarismo e por extenso, de forma clara e precisa, limitado rigorosamente ao objeto desta licitação, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado;

8.3.9. Declaração expressa da licitante que, nos valores apresentados acima, estão inclusos todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, custos e demais despesas que possam incidir sobre o objeto licitado, inclusive a margem de lucro.

8.4 A **PLANILHA DE ORÇAMENTO** deverá ser elaborada detalhadamente e apresentada, de cada item a item a especificação do Grupo/Subgrupo/Serviço, a quantidade, a unidade, o preço unitário e o preço total, em algarismo, e o preço Global do orçamento, que deram margem aos resultados apresentados na carta da proposta de preços, com duas casas decimais, sem erros de arredondamentos, e ainda obrigatoriamente obedecer:

8.4.1. Os serviços à serem executados, nos quantitativos licitados, segundo a unidade de medida consignada no edital;

8.4.2. Os valores unitários em algarismos de cada item da planilha de orçamento com duas casas decimais, sem erros de arredondamentos;

8.5. No **CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO**:

8.5.1. Os valores contidos nos orçamentos serão considerados em moeda corrente nacional (REAL) mesmo que não contenham o símbolo da moeda (R\$).

8.5.2. No Cronograma Físico Financeiro deverá constar prazo de execução dos serviços



conforme Projeto Básico de Engenharia.

8.6. Na PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS, para cada item de serviço constante na Planilha de Orçamento, deverá ser apresentada a composição de preço unitário do referido serviço, e nesta composição de preço unitário deverão conter todos os insumos e coeficientes de quantidades necessários e exequíveis à execução de cada serviço, quais sejam, equipamentos, mão-de-obra, materiais (insumos) e serviços, sendo os encargos sociais inclusos, conforme tabelas Sinapi e Seinfra, e o BDI aplicado na Planilha de Orçamento, conforme a composição da tabela de referência adotada no edital para o serviço, devendo nos preços unitários das composições serem adotados 2 (duas) casas decimais necessárias para a composição do preço total unitário do serviço.

8.6.1. Não serão admitidos nas composições de preços unitários proposições que configurem a inexecutabilidade do serviço, seja por inconsistência técnica de coeficiente de quantidade do insumo que compõe a composição, seja por inconsistência técnica de coeficiente de quantidade na produção do serviço que compõe a composição, ou seja por inconsistência na precificação da mesma, vez que uma e/ou outra levam a inexecutabilidade do serviço.

8.7. Benefícios e Despesas Indiretas - BDI, detalhando todos os seus componentes, inclusive em forma percentual, conforme modelo anexo ao Edital;

8.8. Não se admitirá, na proposta de preços, custos identificados mediante o uso da expressão "verba" ou de unidades genéricas.

8.8. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

8.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta.

8.9.1 A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pela Comissão, desde que não haja majoração do preço proposto.

8.10. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

8.11. Os preços ofertados, na proposta inicial, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.12. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

8.12.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato



cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, da planilha de orçamento e suas composições de custos será colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9. DA ABERTURA DOS ENVELOPES

9.1. No dia, hora e local designados neste Edital, em ato público, na presença dos licitantes, a Comissão Permanente de Licitação receberá, de uma só vez, os Envelopes nº 01 e nº 02, e procederá à abertura da licitação.

9.1.1. Os atos públicos poderão ser assistidos por qualquer pessoa, mas somente deles participarão ativamente os licitantes ou representantes credenciados, não sendo permitida a intercomunicação entre eles, nem atitudes desrespeitosas ou que causem tumultos e perturbem o bom andamento dos trabalhos.

9.2. Depois de ultrapassado o horário para recebimento dos envelopes, nenhum outro será recebido.

9.3. A seguir, serão identificados os licitantes e proceder-se-á à abertura dos Envelopes nº 01 - Documentos de Habilitação.

9.3.1. O conteúdo dos envelopes será rubricado pelos membros da Comissão e pelos licitantes presentes ou por seus representantes.

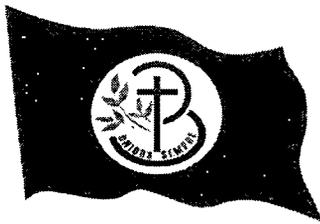
9.4. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante, a Comissão verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro de Fornecedores do Município;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

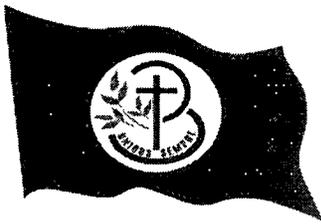
9.4.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)



- 9.4.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 9.4.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 9.4.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 9.4.2.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 9.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será declarado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 9.5. Após a verificação de sanções que impeçam a participação no certame, serão verificadas as condições de participação objeto das declarações complementares.
- 9.6. Realizadas ambas as verificações, a documentação de habilitação dos licitantes será então verificada, observando-se as demais exigências previstas neste instrumento convocatório.
- 9.8. Caso a Comissão julgue conveniente, poderá suspender a reunião para analisar os documentos apresentados, marcando, na oportunidade, nova data e horário em que voltará a reunir-se, informando os licitantes. Nessa hipótese, todos os documentos de habilitação já rubricados e os Envelopes nº 02 - Proposta de Preços, rubricados externamente por todos os licitantes e pelos membros da Comissão, permanecerão em poder desta, até que seja concluída a fase de habilitação.
- 9.9. Ao licitante inabilitado será devolvido o respectivo Envelope nº 02, sem ser aberto, depois de transcorrido o prazo legal sem interposição de recurso ou de sua desistência, ou da decisão desfavorável do recurso.
- 9.10. Após o procedimento de verificação da documentação de habilitação, os Envelopes nº 02 - Proposta de Preços dos licitantes habilitados serão abertos, na mesma sessão, desde que todos os licitantes tenham desistido expressamente do direito de recorrer, ou em ato público especificamente marcado para este fim, após o regular decurso da fase recursal.
- 9.10.1. Não ocorrendo a desistência expressa de todos os licitantes, quanto ao direito de recorrer, os Envelopes nº 02 - Proposta de Preços serão rubricados pelos licitantes presentes ao ato e mantidos invioláveis até a posterior abertura.



- 9.10.2. Ultrapassada a fase de habilitação e abertas as propostas, não cabe desclassificar o licitante por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.
- 9.11. As propostas de preços dos licitantes habilitados serão então julgadas, conforme item próprio deste Instrumento Convocatório.
- 9.12. Se todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão Permanente de Licitação poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou proposta, escoimadas das causas que as inabilitaram ou desclassificaram.
- 9.13. Em todos os atos públicos, serão lavradas atas circunstanciadas, assinadas pelos membros da Comissão e pelos representantes credenciados e licitantes presentes.
- 9.14. Será considerado inabilitado o licitante que:
- 9.14.1. Incluir a proposta de preços no Envelope nº 01.
- 9.14.2. Não apresentar os documentos exigidos por este Instrumento Convocatório no prazo de validade e/ou devidamente atualizados, ou não comprovar sua habilitação por meio do SICAF, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.
- 9.15. Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, a mesma terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. O prazo para regularização fiscal será contado a partir da divulgação do resultado do julgamento das propostas e poderá ser prorrogado por igual período a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 9.15.1. A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, sendo facultado à administração pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.
- 9.16. Como condição para a aplicação do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar n. 123/2006, a Comissão de Licitação poderá realizar consultas e diligências para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias recebidas pela ME/EPP/COOP, no exercício anterior, extrapola o limite previsto no artigo 3º, inciso II, da referida Lei, ou o limite proporcional de que



trata o artigo 3º, §2º, do mesmo diploma, em caso de início de atividade no exercício considerado.

9.16.1. Para a microempresa ou empresa de pequeno porte, a consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ela recebidas, até o mês anterior ao da sessão pública da licitação, extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o artigo 3º, §§ 9º-A e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006;

9.16.2. A participação em licitação na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, sem que haja o enquadramento nessas categorias, ensejará a aplicação das sanções previstas em Lei e a não-aplicação, na presente licitação, dos benefícios decorrentes dessa qualificação.

9.17. A intimação dos atos de habilitação ou inabilitação dos licitantes será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos dos licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

10. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1. O critério de julgamento será *o menor preço (global)*.

10.2. Na data da abertura dos envelopes contendo as propostas, serão rubricados os documentos pelos membros da Comissão de Licitação e pelos representantes legais das entidades licitantes. A Comissão, caso julgue necessário, poderá suspender a reunião para análise das mesmas.

10.3. A Comissão de Licitação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

10.4. Não será considerada qualquer oferta ou vantagem não prevista neste Edital, para efeito de julgamento da proposta.

10.5. As propostas serão classificadas em ordem crescente de preços propostos.

10.6. A Comissão de Licitação verificará o porte das empresas licitantes classificadas. Havendo microempresas, empresas de pequeno porte, proceder-se-á a comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

10.6.1. Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da proposta de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira



colocada.

10.6.2. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 10 (dez) minutos, caso esteja presente na sessão ou no prazo de 2 (dois) dias, contados da comunicação da Comissão de Licitação, na hipótese de ausência. Neste caso, a oferta deverá ser escrita e assinada para posterior inclusão nos autos do processo licitatório.

10.6.3. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas, empresas de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, nos mesmos prazos estabelecidos no subitem anterior.

10.7. Caso sejam identificadas propostas de preços idênticos de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa empatadas na faixa de até 10% (dez por cento) sobre o valor cotado pela primeira colocada, a Comissão de Licitação convocará os licitantes para que compareçam ao sorteio na data e horário estipulados, para que se identifique aquela que poderá reduzir a oferta.

10.8. Havendo êxito no procedimento de desempate, será elaborada a nova classificação das propostas para fins de aceitação do valor ofertado. Não sendo aplicável o procedimento, ou não havendo êxito na aplicação deste, prevalecerá a classificação inicial.

10.9. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, ao objeto executado:

10.9.1. prestados por empresas brasileiras;

10.9.2. prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

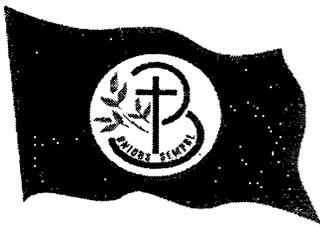
10.9.3. produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

10.10. Esgotados todos os demais critérios de desempate previsto em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por meio de sorteio, para o qual os licitantes habilitados serão convocados.

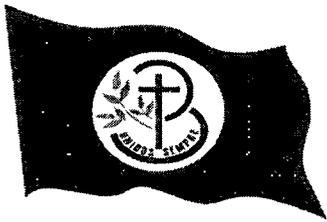
10.11. Quando todos os licitantes forem desclassificados, a Comissão de Licitação poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas, escoimadas das causas de desclassificação.

10.12. Será desclassificada a proposta que:



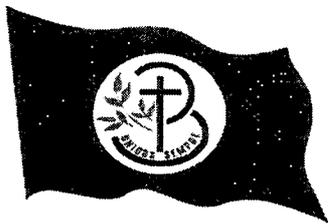


- 10.12.1. não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;
- 10.12.2. contiver vício insanável ou ilegalidade;
- 10.12.3. não apresentar as especificações técnicas exigidas no projeto básico ou anexos;
- 10.12.4. Apresentar, na composição de seus preços:
 - 10.12.4.1. taxa de Encargos Sociais ou taxa de B.D.I. inverossímil;
 - 10.12.4.2. custo de insumos em desacordo com os preços de mercado;
 - 10.12.4.3. quantitativos de mão-de-obra, materiais ou equipamentos insuficientes para compor a unidade dos serviços.
- 10.12.5. apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), tanto em custos unitários como no valor global, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;
- 10.13. Caso o Regime de Execução seja o de empreitada por preço global ou empreitada integral, será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, salvo se o preço de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro não superar os valores de referência discriminados nos projetos anexos a este edital.
- 10.14. Ainda nessa hipótese, de o regime de execução ser o de empreitada por preço global ou empreitada integral, a participação na presente licitação implica a concordância do licitante com a adequação de todos os projetos anexos a este edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.
- 10.15. Caso o Regime de Execução seja o de empreitada por preço unitário, será desclassificada a proposta ou o lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, em conformidade com os projetos anexos a este edital.
- 10.16. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
 - 10.16.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero,



incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

- 10.16.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes
- 10.16.3. O exame da inexequibilidade observará a fórmula prevista no art. 48, §§ 1º e 2º da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.16.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993, a exemplo das enumeradas no subitem 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 10.16.5. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, não sendo possível a sua imediata desclassificação por inexequibilidade, será obrigatória a realização de diligências para o exame da proposta.
- 10.16.6. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 10.16.7. Será facultado ao licitante o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para comprovar a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, conforme parâmetros do artigo 48, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993, sob pena de desclassificação.
- 10.17. Erros formais no preenchimento da planilha não são motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, atendidas as demais condições de aceitabilidade.
- 10.17.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 10.17.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 10.18. Se a proposta de preço não for aceitável, a Comissão de Licitação examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.



10.19. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de a Comissão de Licitação passar à subsequente, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

10.20. Do julgamento das propostas e da classificação, será dada ciência aos licitantes para apresentação de recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis. Interposto o recurso, será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no mesmo prazo.

10.21. Transcorrido o prazo recursal, sem interposição de recurso, ou decididos os recursos interpostos, a Comissão de Licitação encaminhará o procedimento licitatório para homologação do resultado do certame pela autoridade competente e, após, adjudicação do objeto licitado ao licitante vencedor.

10.22. A intimação do resultado final do julgamento das propostas será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos dos licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

10.23. O resultado do certame será divulgado nos mesmos meios em que se deu o resumo do edital.

11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação de licitantes e julgamento das propostas observará o disposto no art. 109, § 4º, da Lei 8.666, de 1993.

11.2. Após cada fase da licitação, os autos do processo ficarão com vista franqueada aos interessados, pelo prazo necessário à interposição de recursos.

11.3. O recurso da decisão que habilitar ou inabilitar licitantes e que julgar as propostas terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir aos demais recursos interpostos, eficácia suspensiva.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados para a Comissão Permanente de Licitação no endereço constante no preâmbulo do edital.

11.5. O recurso será dirigido ao titular de origem da licitação, por intermédio do Comissão Permanente de Licitação, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.



12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Não será exigida garantia.

13. DO TERMO DE CONTRATO

13.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato.

13.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

13.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

13.3. O prazo de vigência da contratação é estabelecido no Projeto Básico.

13.3.1. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

13.4. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

13.5. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.



14. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

14.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Projeto Básico, anexo a este Edital.

15. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

15.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Projeto Básico, ANEXO.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

16.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas neste Edital e seus anexos, na proposta apresentada e no Projeto Básico – ANEXOS.

17. DO PAGAMENTO

17.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Projeto Básico, anexo a este Edital.

17.1.1. É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, nos termos do previsto na minuta contratual anexa a este Edital.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, o licitante/adjudicatário que:

- 18.1.1. não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 18.1.2. apresentar documentação falsa;
- 18.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 18.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 18.1.5. não mantiver a proposta;
- 18.1.6. cometer fraude fiscal;
- 18.1.7. comportar-se de modo inidôneo.

18.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

18.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações acima discriminadas ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:



18.3.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

18.3.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

18.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

18.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

18.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

18.4. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

18.5. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

18.6. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

18.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

18.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.



18.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores do Município.

18.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Projeto Básico.

19. DA IMPUGNAÇÃO

19.1. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital perante esta Administração, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, pelas falhas ou irregularidades que viciariam este Edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

19.2. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

19.3. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 8.666, de 1993, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113 da referida Lei.

19.4. A impugnação poderá ser protocolada no endereço constante no preâmbulo do edital.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

20.2. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

20.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.4. A participação na licitação implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste instrumento convocatório e seus Anexos, bem como da obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas.



20.5. Qualquer modificação no instrumento convocatório exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

20.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação da Comissão em sentido contrário.

20.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Comissão poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

20.8. É facultada à Comissão ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

20.9. Os licitantes, quando solicitados, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras e serviços de engenharia.

20.10. As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.11. Em caso de cobrança pelo fornecimento de cópia da íntegra deste Edital e de seus anexos, o valor se limitará ao custo efetivo da reprodução gráfica de tais documentos, nos termos do artigo 32, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

20.12. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

20.13. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.14. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.



20.15. Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão com base nas disposições da Lei n. 8.666, de 1993, e demais diplomas legais eventualmente aplicáveis.

20.16. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço <<https://licitacoes.tce.ce.gov.br/>> e, ainda, <<https://www.pedrabranca.ce.gov.br/licitacao.php>>, e também poderá ser lido e/ou obtido no endereço constante no preâmbulo do edital, nos dias úteis, no horário das 08:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:00h, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

20.17. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Justiça Estadual da Comarca de Pedra Branca, com exclusão de qualquer outro.

20.18. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- ANEXO I – Projeto Básico/Termo de Referência, Projeto Básico de engenharia, Memorial Descritivo, Cronograma Físico-Financeiro de demais documentos pertinentes;
- ANEXO II – Modelo de Proposta de preços;
- ANEXO III – Modelo de Procuração e Declarações;
- ANEXO IV – Minuta do Contrato;

Pedra Branca, 21 de Maio de 2022.


EUDASIO FERNANDES CEZAR

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE
Titular de origem da licitação



PREFEITURA DE
**PEDRA
BRANCA**
ADMINISTRAÇÃO

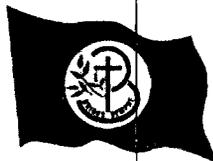


**PREFEITURA MUNICIPAL DE
PEDRA BRANCA - CE**

**PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA NA
ESTRADA DO DISTRITO DE CAPITÃO MOR
PEDRA BRANCA - CE**

VOLUME ÚNICO
PROJETO
EXECUTIVO
REVISÃO 6
ABRIL / 2022

Heitor Vieira Lima Verde
Eng. Civil
CRA-CE 53096



SUMÁRIO

1.0 APRESENTAÇÃO

2.0 PREMISSAS

- 2.1 - DECISÃO TCU
- 2.2 - PARECER Nº 141/2021/PCF-CGOA/DERU/SMDRU/MD
- 2.3 - ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS
- 2.4 - READEQUAÇÃO DO PROJETO À EXECUTAR

3.0 SÍNTESE DA READEQUAÇÃO DO PROJETO

- 3.1 - EXTENSÃO DO TRECHO
- 3.2 - SERVIÇOS PRELIMINARES
- 3.3 - PAVIMENTAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO
- 3.4 - ADMINISTRAÇÃO DE OBRA

4.0 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS GENÉRICAS

- 4.1 - GENERALIDADES
- 4.2 - TERMOS E DEFINIÇÕES
- 4.3 - DESCRIÇÃO DOS TRABALHOS E RESPONSABILIDADES

5.0 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS ESPECÍFICAS DOS SERVIÇOS

- 5.1 - SERVIÇOS PRELIMINARES
- 5.2 - PAVIMENTAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO

6.0 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

7.0 ANEXOS

- ANEXO 1.0 – RESUMO DO ORÇAMENTO
- ANEXO 2.0 – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
- ANEXO 3.0 – MEMÓRIA DE QUANTITATIVOS
- ANEXO 4.0 – CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO
- ANEXO 5.0 – COMPOSIÇÃO DE BDI
- ANEXO 6.0 – COMPOSIÇÃO CUSTOS UNITÁRIO - SINAPI
- ANEXO 7.0 – COMPOSIÇÃO CUSTOS UNITÁRIO - SEINFRA
- ANEXO 8.0 – ENCARGOS SOCIAIS – SEINFRA
- ANEXO 9.0 – ENCARGOS SOCIAIS - SINAPI

Heitor Vieira Linauerde
Eng. Civil
CREA-CE 55096



1. APRESENTAÇÃO

O presente trabalho se propõe em Readequar o Projeto e Atualização do Orçamento em nível de projeto executivo de engenharia, para pavimentação em pedra tosca na Estrada Capitão Mor no município de Pedra Branca - CE.

O projeto engloba formulações técnicas baseadas em normas da ABNT, em consonância com as Diretrizes da Prefeitura Municipal de PEDRA BRANCA. Inclui-se no mesmo Planilha Orçamentária, Cronograma, Memória de Cálculo de Quantitativos e Especificações Técnicas que servirão de orientação para a execução e análise da obra.

As composições de custos dos serviços obedecem as composições padrões das Tabelas de Referência SINAPI 12/ 2021 e SEINFRA-CE 27.0

2. PREMISSAS

2.1 - DECISÃO TCU

A presente obra fora licitada e contratada com irregularidades na Gestão Municipal anterior, houve representação junto ao TCU dos fatos ocorridos.

É ciente a SDR sobre a decisão do TCU que recomendou a anulação da licitação, do contrato e de todos os atos advindos e praticados pela Gestão Municipal anterior, inclusive quanto a regulamentação do convênio nº 879298/2018 ao valor original de R\$ 6.000.000,00 como repasse pela SDR e R\$ 8.913,81 como contra partida do município, regulamentação já atendida pela SDR.

No entanto pontua-se que em **Junho de 2021, ainda na Gestão Municipal anterior houve o repasse da 1ª parcela no valor de R\$ 804.000,01**, tendo sido pago 100% deste valor à título de remuneração pelos serviços prestados pela CONTRATADA no contrato anterior.

Desta forma, o valor atual disponível no convênio para repasse pela SDR perfaz **R\$ 5.195.999,99**.

2.2 - PARECER Nº 141/2021/PCF-CGOA/DERU/SMDRU/MDR

Em 13/09/2021 a SDR procedeu uma vistoria *in loco* por técnico da SDR, tendo o laudo sobre a referida vistoria sido emitido em 20/09/2021.

Heitor Vieira Lima Verde
Eng. Civil
CREA-CE/55096



Registramos que no ato da vistoria *in loco* a obra encontrava-se paralisada, pela Gestão Municipal anterior, paralização esta registrada, inclusive, no laudo, pelo técnico da SDR.

O laudo ressalta que foram feitos serviços de Pavimentação em Pedra Tosca e de Sarjeta e Meio Fio.

Por fim, conclui o laudo pela não aprovação dos serviços por terem sido executados com material de baixa qualidade.

2.3- ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

Em cumprimento a decisão do TCU, que recomenda nova licitação, a Gestão Municipal Atual procedeu a atualização da planilha de preços, que **anteriormente** na Gestão anterior utilizou como referência as Tabelas SINAPI 07/ 2018 e SEINFRA-CE 24.1, versões estas impraticáveis pelo lapso temporal ao momento atual e agravada pela alta dos preços na construção ocasionada pela pandemia Covid-19 de conhecimento público e reconhecido pela União.

Nesta seara foram os preços atualizados pelas Tabelas de Referência SINAPI 12/ 2021 e SEINFRA-CE 27.0

2.4- READEQUAÇÃO DO PROJETO À EXECUTAR

Da atualização da Planilha de Preços, o setor técnico da prefeitura verificou um valor global superior ao valor conveniado, demandando assim a presente readequação conforme segue:

- 2.4.1 – Levantamento em campo dos serviços executados à demolir e refazer, e pagos de acordo com o saldo da 3ª medição;
- 2.4.2 – Quantificação (Memória de cálculo de quantidades) dos serviços à executar, observando o limite financeiro disponível, que impõe –se, pelo valor financeiro disponível do convênio, da Estaca 305 à Estaca 824,00 + 15m, restando o trecho da Estaca 0,00 até a Estaca 305 à ser executado em uma 2ª etapa.
- 2.4.3 – Foram conservadas as seções e perfis das plantas projetadas.

Hector Vieira Lima
Eng. Civil
CREA/CE 55096



3. SÍNTESE DA READEQUAÇÃO DO PROJETO

3.1 – EXTENSÃO DO TRECHO

No projeto básico anterior, com data-base de preços em 2018, o trecho era compreendido da Estaca 00 até a Estaca 824 +15m, perfazendo um total de 16.495,00 Metros.

Na presente Readequação, devido ao limites financeiros disponíveis será atendido o trecho compreendido entre as Estaca 305 até a Estaca 824 +15m, perfazendo um total de 10.395,00 Metros, restando o trecho da Estaca 00 até a Estaca 305 à ser contemplado em futuro convênio.

A alternativa escolhida de executar os serviços à partir da estaca final deveu-se unicamente ao fato da obra no contrato anterior ter iniciado desta forma e para a prefeitura poder recuperar os serviços executados e não aprovados no laudo de vistoria *in loco* emitido pela SDR anteriormente.

Destaca-se que a presente readequação, com nova extensão de trecho, não afronta o objeto do plano de trabalho, pois neste não está como fator condicional a extensão do trecho a ser pavimentado, mas apenas que o serviço será executado na Via de Acesso ao Distrito de capitão Mor.

3.2 – ITENS EXCLUÍDOS

- ITEM 1.1 - PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO
Motivo da Exclusão: Código SINAPI 74209/001 que antes existia na tabela de referência 2018/07 NÃO EXISTE na atual Tabela Sinapi com o mesmo código e/ou em serviços similares, tendo sido substituído pelo "Item 1.1.A - PLACAS PADRÃO DE OBRA" da Tabela SEINFRA 27.0.
- ITEM 1.2 – SERVICOS TOPOGRAFICOS PARA PAVIMENTACAO, INCLUSIVE NOTA DE SERVICOS, ACOMPANHAMENTO E GREIDE.
Motivo da Exclusão: Código SINAPI 78472 que antes existia na tabela de referência 2018/07 NÃO EXISTE na atual Tabela Sinapi com o mesmo código e/ou em serviços similares, tendo sido substituído pelo "Item 1.2.A - LOCAÇÃO DA OBRA COM AUXÍLIO TOPOGRÁFICO

Heitor Vieira Almeida
Eng. Civil
CREA RJ 55093



(ÁREA >5000 M2)" da Tabela SEINFRA 27.0.

- ITEM 1.3 – ALUGUEL CONTAINER/ESCRIT INCL INST ELET LARG=2,20 COMP=6,20M ALT=2,50M CHAPA ACO C/NERV TRAPEZ FORRO C/SOL TERMO/ACUSTICO CHASSIS REFORC PISO COMPENS NAVAL EXC TRANSP/CARGA/DESCARGA.

Motivo da Exclusão: Código SINAPI 73847/001 que antes existia na tabela de referência 2018/07 NÃO EXISTE na atual Tabela Sinapi com o mesmo código e/ou em serviços similares, tendo sido substituído pelo "Item 1.3.A - LOCAÇÃO DE CONTÊINER ESCRITÓRIO COM BANHEIRO (01 VASO SANITÁRIO, 01 LAVATÓRIO E 01 CHUVEIRO), JANELA EM VIDRO, PORTAS, LUMINÁRIAS, TOMADAS, FORRO EM PVC, AR CONDICIONADO E ISOLAMENTO TERMO-ACÚSTICO EM ISOPOR - 6,00 X 2,35M" da Tabela SEINFRA 27.0.

- ITENS 2.2 – ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO). AF_06/2016 E ITEM 2.3 - EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 30 CM BASE X 10 CM ALTURA. AF_06/2016.

Motivo da Exclusão: Apesar de ainda existirem os referidos serviços na Tabela SINAPI com códigos respectivamente 94273 e 94287 fora definido a substituição de ambos pelo serviço/código 94267 "GUIA (MEIO-FIO) E SARJETA CONJUGADOS DE CONCRETO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO COM EXTRUSORA, 45 CM BASE (15 CM BASE DA GUIA + 30 CM BASE DA SARJETA) X 22 CM ALTURA. AF_06/2016", pelo que segue:

- a) Motivação Técnica – Primeiro porque ao se executar o meio fio e a sarjeta como peças independentes, impõe-se uma superfície de contato entre ambos sujeita a infiltrações e danos ao pavimento, ao contrário do Meio Fio e Sarjeta "Extrusado" que por



constituírem-se em peça única fabricada prescindem da superfície de contato não estando sujeitas a infiltrações e danos ao pavimento.

b) Motivação Econômico/Financeira – Segundo porque a tabela SINAPI atualizada Dezembro 2021 precifica:

- Código 94273 (Meio Fio) - R\$ 37,47 (M)

- Código 94287 (Sarjeta) - R\$ 33,76 (M)

Perfazendo um total (R\$) de Meio Fio e Sarjeta executados por Metro de **(R\$ 71,23)**.

E que ao adotarmos o código Sinapi 94267 com a Execução do Meio Fio e Sarjeta “Extrusados” em peça única precificamos **(R\$ 41,40)** por metro executado.

• ITEM 3.3 - VIGIA DIURNO (MENSALISTA)

Motivo da Exclusão: Apesar de ainda existir o código 41096 na Tabela SINAPI este código adotado, equivocadamente, no orçamento a 1ª aprovação do projeto refere-se á “Insumo”, portanto em projeto onde o BDI é de “Serviço” o mesmo fora substituído pelo Item de serviço “101460 – Sinapi -VIGIA DIURNO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES”.

• ITEM 3.4 - APONTADOR OU APROPRIADOR DE MAO DE OBRA (MENSALISTA)

Motivo da Exclusão: Apesar de ainda existir o código 40810 na Tabela SINAPI este código adotado, equivocadamente, no orçamento a 1ª aprovação do projeto refere-se á “Insumo”, portanto em projeto onde o BDI é de “Serviço” o mesmo fora substituído pelo Item de serviço “93564 – Sinapi - APONTADOR OU APROPRIADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES”.

3.3– SERVIÇOS PRELIMINARES

3.3.1 - Itens 1.1.A e 1.3.A Orçamento / Memória de Cálculo de Quantidades.

O item 1.1.A “Placas Padrão de Obra” fora mantido com mesmo quantitativo

Eng.º *Vieira Pinheiro*
CREA-CE: 95096



anterior, vez que a placa da não é reaproveitável.

O item 1.3.A "Locação de Contêiner Escritório com Banheiro" fora considerado 8,00 meses acompanhando o cronograma de execução da obra.

3.3.2 - Item 1.2.A Orçamento / Memória de Cálculo de Quantidades.

O item 1.2.A "Locação da Obra com Auxílio Topográfico (área >5000 m2)" fora considerado a extensão da Estaca 305 até a Estaca 824 +15m com largura de 6,00m, perfazendo uma área total de 62.370,00 M2, aplicado 6,24Ha.

3.4- PAVIMENTAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO

3.4.1 - Item 2.1 Orçamento / Memória de Cálculo de Quantidades.

O item 2.1 "Reconformação/Patrolagem da Plataforma" fora considerado a extensão da Estaca 305 até a Estaca 824 +15m com largura de 6,00m, perfazendo uma área total de 62.370,00 M2, e desta foram descontados 45.061,20 M2 já executados e medidos no contrato anterior, restando neste orçamento de readequação a quantidade de 17.308,80 M2.

3.4.2 - Itens 2.2.A e 2.3.A Orçamento / Memória de Cálculo de Quantidades.

Os itens 2.2.A "Retirada de Guias (meio fio) Pré Fabricadas de Concreto" e 2.3.A "Demolição de Sarjeta ou Sarjetão de Concreto" foram inseridos por serem referentes aos serviços de meio - fio e sarjeta executados no âmbito do projeto anterior, e que por tratarem-se de serviços, **em peças em concreto, uma vez condenadas por baixa qualidade não podem ser reaproveitadas, mas sim demolidas e refeitas.**

Os quantitativos deste serviços estão explicados na Memória de Cálculo de Quantitativos, e quais como sejam:

- Item 2.2.A "Retirada de Guias (meio fio) Pré Fabricadas de Concreto":
= comprimento executado, até 3ª medição do contrato cancelado pelo TCU, e recomendada sua demolição por baixa qualidade pelo parecer nº 141/2021/pcf-cgoa/deru/smdru/mdr (sei/mdr - 3365180) = 6.801,65 Metros.
- Item 2.3.A "Demolição de Sarjeta ou Sarjetão de Concreto":
= área executada, até 3ª medição do contrato cancelado pelo TCU, e recomendada sua demolição por baixa qualidade pelo parecer nº

Eng.º *Vieira Amavelde*
CREA nº 55098



141/2021/pcf-cgoa/deru/smdru/mdr (sei/mdr - 3365180), sendo:

- a. Comprimento Executado até 3ª Medição = 6.794,00 Metros.
- b. Largura da Sarjeta = 0,30 Metros
- c. Quantidades de lados = 2,00 unidades
- d. Total de Área de Sarjeta à demolir = $6.794,00 \times 0,30 \times 2,00 = 4.076,40$ M2.

3.4.3 - Item 2.4 Orçamento / Memória de Cálculo de Quantidades.

O item 2.4 "Guia (meio-fio) e Sarjeta Conjugados de Concreto, Moldada in loco com Extrusora" fora considerado a extensão da Estaca 305 até a Estaca 824 +15m, perfazendo um comprimento de 10.395,00M que multiplicado pelos dois lados totaliza em 20.790,00 Metros à executar.

3.4.4 - Item 2.5 Orçamento / Memória de Cálculo de Quantidades.

O item 2.5 "Pavimentação em Pedra Tosca C/ Rejuntamento" fora considerado a extensão entre as Estaca 323 até a Estaca 790, porém com intervalos de estacas intercaladas, conforme verifica-se no Anexo 3.0 – Memória de Quantitativos com largura de 6,00m, perfazendo uma área total de 26.400,00 M2, que descontados 2.640,00 M2 referente a Sarjeta, e descontados 1.242,00 M2 executados no contrato anterior, totaliza em 22.518,00 M2 à executar.

3.4.5 - Item 2.6 Orçamento / Memória de Cálculo de Quantidades.

O item 2.6 "Recomposição de Pavimentação em Pedra Tosca C/ Rejuntamento" fora considerado a área executada, até 3ª medição do contrato cancelado pelo TCU, e recomendada sua recomposição pelo parecer nº 141/2021/pcf-cgoa/deru/smdru/mdr (sei/mdr - 3365180) na quantidade de 1.242,00 M2.

Eng.º *Vieira Lima Verde*
CREA - CE: 55096

3.4.6 - Item 2.7 Orçamento / Memória de Cálculo de Quantidades.

O item 2.7 "Pavimentação em Pedra Tosca S/ Rejuntamento" fora considerado a extensão entre as Estaca 305 até a Estaca 824 + 15 Metros, porém com intervalos de estacas intercaladas, conforme verifica-se no Anexo 3.0 – Memória de Quantitativos com largura de 6,00m, perfazendo uma área total de

35.970,00 M2, que descontados 3.597,00 M2 referente a Sarjeta, e descontados 18.673,80 M2 executados no contrato anterior, totaliza em 13.699,20 M2 à executar.

3.4.7 - Item 2.8 Orçamento / Memória de Cálculo de Quantidades.

O item 2.8 "Recomposição de Pavimentação em Pedra Tosca S/ Rejuntamento" fora considerado a área executada, até 3ª medição do contrato cancelado pelo TCU, e recomendada sua recomposição pelo parecer nº 141/2021/pcf-cgoa/deru/smdru/mdr (sei/mdr - 3365180) na quantidade de 18.673,80 M2.

3.4.8 - Item 2.9 Orçamento / Memória de Cálculo de Quantidades.

O item 2.9 "Meio Fio de Pedra Granítica - (travamento de ruas)" fora considerado a largura da rua no início e final do trecho, assim como a largura do trecho é 6,00 Metros x 2,00 (início e fim) do trecho a extensão do travamento perfaz 12,00 Metros.

3.4.9 - Item 2.10 Orçamento / Memória de Cálculo de Quantidades.

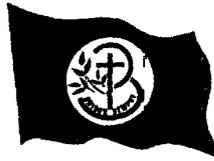
O item 2.10 refere-se ao transporte de material granítico (Pedra Tosca e Meio Fio de Travamento), sendo:

- Item 2.10 - Transporte com caminhão basculante de 6 m³, em via urbana pavimentada, DMT **ATÉ 30 km** (unidade: m3xkm). af_07/2020 - DMT = 41.30 km

3.3.9.1 – Cálculo da DMT da Pedra

Segue abaixo **Quadro 1.0** do DMT da Jazida de Pedra:

leitor *Vieira Lima Verde*
Eng. Civil
CREA/CE 89096



CÁLCULO DMT - DISTÂNCIA MÉDIA DE TRANSPORTE - PEDRA TOSCA

CÁLCULO DMT: DMT = A + (B / 2)

Onde :

A = Distância da Jazida ao Início do Trecho

B = Extensão do Trecho

CÁLCULO DMT - TRECHO (KM):

A = A1 + A2

A1 = Distância da Jazida ao Entroncamento

A2 = Distância do Entroncamento ao Início do Trecho Estaca 305

A1 = 30.000,00 M

A2 = [(305 - 0) X 20] = 6.100,00 M

A = 36.100,00 M

B = Estaca 824 + 16M à Estaca 305

B = [(824 - 305) x 20] + 15 m

B = 10.395,00 M

DMT = 41.297,500 M

DMT ADOTADO = 41,30 KM

3.3.9.2 – Cálculo do Transporte da Pedra Tosca até 30 KM (Unid. M3xKM)

a) Coeficiente de Quant. Pedra Tosca (M3) por M2 Pavimentado = 0,150

b) Área Pav. C/ Rejuntameto (Item 2.5) = 22.518,00 M2

c) Área Pav. S/ Rejuntameto (Item 2.6) = 13.699,20 M2

d) Coeficiente de Empolamento = 1,50

e) DMT = 30 KM

**f) Total Transporte da Pedra Tosca = a * (b + c) * d * e = 244.466,10
(M3 x KM)**

3.3.9.3 – Cálculo do Transporte do Meio Fio Granítico até 30 KM (Unid. M3xKM)

g) Coeficiente (Altura do Meio Fio de Travamento) = 0,30 M

h) Comprimento do Meio Fio de Travamento (Item 2.9) = 12,00 M

i) Largura do Meio Fio de Travamento = 0,07 M

j) Coeficiente de Empolamento = 1,50

k) DMT = 30 KM

Engenheiro
CREA/CE 154098
Vieira Zimaverde



l) **Total Transporte do Meio Fio Granítico = (g * h * i * j * k) = 11,34
(M3 x KM)**

TOTAL DO ITEM 2.10 = (f + l) = 244.466,10 + 11,34 = 244.477,44 (M3 x

KM)

3.4.10 - Item 2.11 Orçamento / Memória de Cálculo de Quantidades.

O item 2.11 refere-se ao transporte de material granítico (Pedra Tosca e Meio Fio de Travamento), sendo:

- Item 2.11 - Transporte com caminhão basculante de 6 m³, em via urbana pavimentada, **adicional para DMT excedente a 30 km** (unidade: m³xkm), sendo a DMT Total 41,30 km, conforme apresentado no item 3.3.9.1, e já sendo orçado os 30 km primeiros no Item 2.10, este item 2.11 considera o excedente de 11,30 KM.

3.3.10.1 – Cálculo do Transporte da Pedra Tosca adicional para DMT excedente a 30 km (unid. m³xkm)

- m) Coeficiente de Quant. Pedra Tosca (M3) por M2 Pavimentado = 0,150
- n) Área Pav. C/ Rejuntameto (Item 2.5) = 22.518,00 M2
- o) Área Pav. S/ Rejuntameto (Item 2.6) = 13.699,20 M2
- p) Coeficiente de Empolamento = 1,50
- q) DMT = 11,30 KM

r) **Total Transporte da Pedra Tosca = m * (n + o) * p * q = 92.082,23
(M3 x KM)**

3.3.10.2 – Cálculo do Transporte do Meio Fio Granítico adicional para DMT excedente a 30 km (unid. m³xkm)

- s) Coeficiente (Altura do Meio Fio de Travamento) = 0,30 M
- t) Comprimento do Meio Fio de Travamento (Item 2.9) = 12,00 M
- u) Largura do Meio Fio de Travamento = 0,07 M

Heitor Vieira Linaverde
Eng. Civil
CREA-CE: 56096



v) Coeficiente de Empolamento = 1,50

w) DMT = 11,30 KM

x) Total Transporte do Meio Fio Granítico = (s * t * u * v * w) = 4,27
(M3 x KM)

TOTAL DO ITEM 2.11 = (r + x) = 92.082,23 + 4,27 = 92.086,50 (M3 x KM)

3.4.11 - Item 2.12 Orçamento / Memória de Cálculo de Quantidades.

O item 2.12 refere-se ao transporte de material arenoso para execução da pavimentação, sendo:

- Transporte com Caminhão Basculante de 10 m³, em via urbana em revestimento primário (unidade: m3xkm). af_07/2020 - DMT = 7,20 km

3.3.11.1 – Cálculo da DMT da Areia

Segue abaixo **Quadro 2.0** do DMT da Jazida de Areia:

CÁLCULO DMT - DISTÂNCIA MÉDIA DE TRANSPORTE - AREIA

CÁLCULO DMT: DMT = A + (B / 2)

Onde :

A = Distância da Jazida ao Início do Trecho
B = Extensão do Trecho

CÁLCULO DMT - TRECHO (KM):

A = 2.000,00 M
B = Estaca 824 + 15M à Estaca 305
B = [(824 - 305) x 20] + 15 m
B = 10.395,00 M

DMT = 7.197,500 M

DMT ADOTADO = 7,20 KM

Eng.º *Vieira Camar Verde*
Eng.º Civil
CREA-CE 55093

3.3.11.2 – Areia Vermelha

As composições de preços das Tabelas de referência C2895/ C2896, quais sejam: "Pavimentação em Pedra Tosca C / Rejuntamento e Pavimentação em



"Pedra Tosca S / Rejuntamento" tem o mesmo coeficiente (0,150) de areia vermelha para o assentamento da pedra. Desta forma, o volume de areia vermelha transportado é o que segue:

a) Coeficiente de Quant. Areia Vermelha (M3) por M2 Pavimentado = 0,150

b) Área Pav. C/ Rejuntameto (Item 2.5) = 22.518,00 M2

c) Área Pav. S/ Rejuntameto (Item 2.6) = 13.699,20 M2

d) Coeficiente de Empolamento = 1,30

e) DMT = 7,20 KM

f) **Total Transporte da Pedra Tosca = $a * (b + c) * d * e = 50.848,95$ (M3 x KM)**

3.3.11.3 – Areia Média

A composição de preços da Tabela de referência C2895, qual seja: "Pavimentação em Pedra Tosca C / Rejuntamento" e que tem como composição auxiliar composição C0171 "Argamassa de Cimento e Areia s/pen. traço 1:4 - m3" perfaz um coeficiente de Areia Média de (0,0523) para o assentamento da pedra.

Desta forma, o volume de areia média transportado é o que segue:

g) Coeficiente de Quant. Areia Vermelha (M3) por M2 Pavimentado = 0,0523

h) Área Pav. C/ Rejuntameto (Item 2.5) = 22.518,00 M2

i) Coeficiente de Empolamento = 1,30

j) DMT = 7,20 KM

k) **Total Transporte da Areia Vermelha = $(g * h * i * j) = 11.020,66$ (M3 x KM)**

TOTAL DO ITEM 2.12 = $(f + k) = 50.848,95 + 11.020,66 = 61.869,61$ (M3 x

KM)

Leitor Vieira Lima Verde
Eng. Civil
CREA-CE: 55096

3.4.12 - Item 2.13 Orçamento / Memória de Cálculo de Quantidades.

O item 2.13 "Limpeza de Piso em Área Urbanizada" fora considerado a extensão da Estaca 305 até a Estaca 824 +15m com largura de 6,00m, perfazendo



uma área total de 62.370,00 M2.

3.5- ADMINISTRAÇÃO DE OBRA

O item 3.0 "Administração de Obra" fora considerado 8,00 meses acompanhando o cronograma de execução da obra, sendo:

- Item 3.1 - Engenheiro Civil de Obra = 5 Meses
- Item 3.2 – Encarregado Geral = 8 Meses
- Item 3.3 – Vigia, sendo 2 turnos, portanto = 16 Meses
- Item 3.4 – Apontador ou Apropriador = 8 Meses
- Item 3.5 – Almoxarife = 8 Meses

4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS GENÉRICAS

4.1- GENERALIDADES

As especificações contidas neste relatório se destinam a regulamentar as disposições deste objeto.

4.2- TERMOS E DEFINIÇÕES

Quando nas presentes especificações e em outros documentos do contrato figurarem as palavras, expressões ou abreviaturas abaixo, as mesmas deverão ser interpretadas como a seguir:

- FISCALIZAÇÃO – Composta pela equipe de fiscalização do município, que atuarão como fiscais para os propósitos do Contrato. Também poderá significar os representantes da Fiscalização responsáveis pelo controle direto do andamento das obras, no sentido de assegurar a sua execução em plena conformidade com o projeto e o contrato, de que tratam estas especificações.
- CONSTRUTOR - Pessoa, pessoas, firmas ou associação de firmas (consórcio) que subscreveram o contrato para execução e fornecimento de todos os trabalhos, materiais e equipamentos permanentes, a que se referem estas especificações.
- CONTRATO - Documento subscrito pela Prefeitura do município, pelo construtor e / ou consultor, de acordo com a legislação em vigor, e que define as obrigações



de ambas as partes, com relação a elaboração do projeto, fiscalização, consultoria, assessoramento técnico e gerencial da obra e execução das obras a que se referem este contrato.

- RESIDENTE DO CONSTRUTOR - O representante credenciado do construtor, com função executiva no canteiro das obras, durante todo o decorrer dos trabalhos e autorizada a receber e cumprir as decisões da fiscalização.
- ESPECIFICAÇÕES - As instruções, diretrizes, exigências, métodos e disposições detalhadas quanto a maneira de execução dos trabalhos.
- CAUSAS IMPREVISÍVEIS - São cataclismos, tais como inundações, incêndios e transformações geológicas bruscas, de grande amplitude; desastres e perturbações graves na ordem social, tais como motins e epidemias.
- ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS - Determinações contidas nos contratos, para início e execução de serviços contratuais.
- CRONOGRAMA - Organização e distribuição dos diversos prazos para execução das Obras e que será proposto pelo Concorrente.
- CONCORRENTE - Pessoa física ou jurídica que apresentam propostas à concorrência para execução das obras.
- OBRAS - Conjunto de estruturas de caráter permanente que o Construtor terá de executar de acordo com o Contrato.
- DOCUMENTO DO CONTRATO - Conjunto de todos os documentos que definem e regulamentam a execução das obras, compreendendo os editais de concorrência, especificações, o projeto executivo, a proposta do Construtor, o cronograma ou quaisquer outros documentos suplementares que se façam necessários à execução das obras de acordo com as presentes especificações e as condições contratuais.

4.3- DESCRIÇÃO DOS TRABALHOS E RESPONSABILIDADES

Heitor Vieira Amaverde
Eng. Civil
CREA - RJ: 53096

- GENERALIDADES - Em qualquer uma das etapas de implantação das obras, os trabalhos serão executados, pelo Consultor/Fiscalização e pelo Construtor (empresa ganhadora da licitação), que terão encargos e responsabilidades distintas. Estas atribuições são descritas e definidas nos contratos.
- ENCARGOS E RESPONSABILIDADES - Os Encargos e Responsabilidades são aqueles contidos nos contratos de serviços.
- ENCARGOS E RESPONSABILIDADES DO CONSULTOR / FISCALIZAÇÃO - A



fiscalização terá sob seus cuidados tantos encargos técnicos como administrativos que deverão ser desempenhados de maneira rápida e diligente. Estes encargos serão os seguintes:

- **ENCARGOS ADMINISTRATIVOS** - A Fiscalização ou Consultor, se houver, como órgão fiscalizador e supervisor das obras, deverá exigir o fiel cumprimento do contrato e seus aditivos pelo construtor e fornecedores.

Verificar o fiel cumprimento pelo construtor das obrigações legais e sociais, das disciplinas nas obras, da segurança dos trabalhadores e do público e de outras medidas necessárias a boa administração desta.

- **ENCARGOS TÉCNICOS** - Zelar pela fiel execução do projeto, como pleno atendimento às especificações explícitas ou implícitas.

Controlar a qualidade dos materiais utilizados e dos serviços executados, rejeitando materiais ou equipamentos, que estejam em desacordo com os padrões exigidos pelas especificações e outros documentos, que fazem parte do contrato;

Rejeitar materiais ou equipamentos, que não atendam as exigências de normas de fabricação e testes previstos nas especificações;

Autorizar a CONTRATADA a dar início a qualquer dos serviços contratados, se assim entender, cumpridas ou constatadas as condições preliminares exigidas nas Especificações Técnicas do Edital;

Paralisar ou suspender os serviços por impreterível interesse administrativos superior da CONTRATANTE;

Exigir da CONTRATADA o cumprimento do cronograma físico do contrato;

Assistir ao construtor na escolha dos métodos executivos mais adequados, para melhor qualidade e economia das obras.

Exigir do construtor a modificação de técnicas de execução inadequadas e a recomposição dos serviços não satisfatórios.

Revisar quando necessário, o projeto e as disposições técnicas adaptando-os a situações específicas do local e momento.

Executar todos os ensaios necessários ao controle de construção das obras e interpretá-los devidamente.

Heitor Vieira Lima Verde
Eng. Civil
CREA-RJ 15096



- Dirimir as eventuais omissões e discrepâncias dos desenhos e especificações. Verificar a adequabilidade dos recursos empregados pelo construtor quanto a produtividade, exigindo deste acréscimo e melhorias necessárias a execução dos serviços dentro dos prazos previstos.
- **ENCARGOS E RESPONSABILIDADES DO CONSTRUTOR** - Os encargos e responsabilidades do construtor serão aqueles que se encontram descritos a seguir.
 - **CONHECIMENTO DAS OBRAS** - O construtor deve estar plenamente informado de tudo o que se relaciona com a natureza e localização das obras, suas condições gerais e locais e tudo o mais que possa influir sobre estas. Sua execução, conservação e custo, especialmente no que diz respeito a transporte, aquisição, manuseio e armazenamento de materiais; disponibilidade de mão-de-obra, água e energia elétrica; vias de comunicação; instabilidade e variações meteorológicas; vazões dos cursos d'água e suas flutuações de nível; conformação e condições do terreno; tipo dos equipamentos necessários; facilidades requeridas antes ou durante as execuções das obras; e outros assuntos a respeito dos quais seja possível obter informações e que possam de qualquer forma interferir na execução, conservação e no custo das obras controladas.

O construtor deve estar plenamente informado de tudo o que se relaciona com os tipos, qualidades e quantidades dos materiais que se encontram na superfície do solo e subsolo, até o ponto em que essa informação possa ser obtida por meio de reconhecimento e investigação dos locais das obras.

De modo a facilitar o conhecimento das obras a serem construídas todos os relatórios que compõem o projeto se encontrará a disposição do construtor. Entretanto em nenhum caso serão concedidos reajustes de quaisquer tipos de ressarcimentos que sejam alegados pelo construtor, tornando por base o desconhecimento parcial ou total das obras a executar.

- **INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CANTEIRO DE OBRAS, ACAMPAMENTOS E ESTRADAS DE SERVIÇO E OPERAÇÃO** - Caberá ao construtor, de acordo com os cronogramas físicos de implantação, a execução de todos os serviços relacionados com a construção e manutenção de todas as



instalações do canteiro de obras, de alojamentos, depósitos, escritórios e outras obras indispensáveis a realização dos trabalhos. Ainda a seu encargo ficará a construção e conservação das estradas necessárias ao acesso e a exploração de empréstimos e de quaisquer outras estradas de serviços que se façam necessárias, assim como a conservação ou melhoramento das estradas já existentes.

Todos os canteiros e instalações deverão dispor de suficientes recursos materiais e técnicos, inclusive pessoal especializado, visando poder prestar assistência rápida e eficiente ao seu equipamento, de modo a não ficar prejudicado o bom andamento dos serviços. Além disto, todos os canteiros e equipamentos deverão permanecer em perfeitas condições de asseio e, após a conclusão dos trabalhos, deverão ser removidos todas as instalações, sucatas e detritos de modo a restabelecer o bom aspecto local.

As instalações do canteiro e métodos a serem empregados deverão ser submetidos a aprovação da fiscalização, cabendo ao construtor o transporte, montagem e desmontagem de todos os equipamentos, máquinas e ferramentas bem como as despesas diretas e indiretas relacionadas com a colocação e retirada do canteiro, de todos os elementos necessários ao bom andamento dos serviços.

A aprovação da fiscalização relativa a organização e as instalações dos canteiros propostos pelo construtor não eximirá, este último em caso de algum, de todas as responsabilidades inerentes a perfeita realização das obras no tempo previsto.

- LOCAÇÃO DAS OBRAS - A locação das obras será encargo do construtor.
- EXECUÇÃO DAS OBRAS - A execução das obras será responsabilidade do construtor que deverá, entre outras, se encarregar das seguintes tarefas:

Fornecer todos os materiais, mão-de-obra especializadas e equipamentos necessários a execução dos serviços e seus acabamentos salvo disposto em contrário.

Controlar as águas durante a construção por meio de bombeamento ou quaisquer outras providências necessárias.

Construir todas as obras de acordo com estas especificações e projeto.



Adquirir, armazenar e colocar na obra todos os materiais necessários ao desenvolvimento dos trabalhos.

Adquirir e colocar na obra todos os materiais constantes das listas de material.

Permitir a inspeção e o controle por parte da fiscalização, de todos os serviços, materiais e equipamentos, em qualquer época e lugar, durante a construção das obras. Tais inspeções não isentam o construtor das obrigações contratuais e das responsabilidades legais, dos termos do artigo 1245 do código civil brasileiro.

A execução das obras seguirá em todos os seus pormenores as presentes especificações, bem como os desenhos do projeto técnico, que serão fornecidos em cópias ao construtor, em tempo hábil para a execução das obras, e que farão parte integrante do contrato.

Em caso de divergências entre os elementos do projeto, caberá à CONTRATADA comunicá-las à FISCALIZAÇÃO - única competente para as providências e correções cabíveis.

Todos os aspectos particulares do projeto, os casos omissos e ainda os de obras complementares, não consideradas no projeto, serão especificadas e detalhadas pela FISCALIZAÇÃO. A CONTRATADA fica obrigada a executá-los, pois são necessários à complementação técnica do projeto.

Serão impugnados pela FISCALIZAÇÃO todos os trabalhos, que não satisfaçam às condições contratuais.

Ficará a CONTRATADA obrigada a demolir e a refazer os trabalhos impugnados, logo após a oficialização pela FISCALIZAÇÃO, ficando por sua conta exclusivas as despesas decorrentes dessas providências.

A CONTRATADA será responsável pelos danos causados à CONTRATANTE e a terceiros decorrentes de sua negligência, imperícia e omissão.

Todos os detalhes das obras, que constarem destas especificações sem estarem nos desenhos, ou que, estando nos desenhos, não constem explicitamente destas especificações, deverão ser executados e/ou fornecidos pelo construtor como se constasse em ambos os documentos.

O construtor se obriga a executar quaisquer trabalhos de construção, que não estejam eventualmente detalhados ou previstos nas especificações ou



desenhos, direta ou indiretamente, mas que sejam necessários a devida realização das obras em apreço, de modo tão completo como se estivessem particularmente delineados e escritos. O construtor empenhar-se-á em executar tais serviços em tempo hábil para evitar atrasos em outros trabalhos que deles dependam.

A CONTRATADA, mediante seu critério, poderá apresentar alternativas técnicas para substituição dos materiais construtivos das tubulações e conexões por outros diferentes daqueles constantes da planilha do Edital, desde que a CONTRATADA apresente alternativa, fornecendo as novas especificações, relatórios técnicos de inspeção de qualidade ou relatório setorial do Programa de Garantia de Qualidade de Tubulações de PVC do fornecedor, desenhos, custos, com memória de cálculo para submete-los a apreciação, análise e providências da FISCALIZAÇÃO, a qual emitirá parecer sobre o assunto. Estas alterações na trarão ônus para a CONTRATANTE.

Será de responsabilidade da CONTRATANTE a mão-de-obra, se indicada, especificada e quantificada nos subprojetos.

- **ADMINISTRAÇÃO DAS OBRAS** - O construtor compromete-se a manter, em caráter permanente, a frente dos serviços, um engenheiro civil de reconhecida capacidade, e um substituto. O primeiro terá a posição de residente e representará o construtor, sendo todas as instruções dadas a ele válidas como sendo ao próprio construtor. Esses representantes, além de possuírem os conhecimentos e capacidade profissional requerido, deverão ter autoridade suficiente para resolver qualquer assunto relacionado com as obras a que se referem as presentes especificações. O residente só poderá ser substituído com o prévio conhecimento e aprovação da fiscalização.

O Construtor será inteiramente responsável por tudo quanto for pertinente ao pessoal necessário à execução dos serviços e particularmente:

Pelo cumprimento da legislação social em vigor no Brasil.

Pela proteção de seu pessoal contra acidentes de trabalho, adotando para tanto as medidas necessárias para prevenção dos mesmos.

Pelo afastamento, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, de qualquer empregado seu, cuja permanência nos serviços seja julgada inconveniente.

Heitor Vieira Lima Verde
Eng. Civil
CREA 05/65096



Pelo transporte ao local das obras, de seu pessoal;

Fornecer todos os materiais, mão-de-obra especializadas e equipamentos necessários a execução dos serviços e seus acabamentos salvo disposto em contrário.

- **RELACIONAMENTO CONTRATADA – FISCALIZAÇÃO** - Não se admiti, como justificativa ou defesa, por qualquer elemento da CONTRATADA, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições destas especificações e do Contrato, bem como de tudo que estiver contido no projeto, nas Normas, Especificações e Métodos da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas;

A existência e a atuação da FISCALIZAÇÃO em nada diminuem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne às obras e suas implicações próximas ou remotas, sempre em conformidade com o Contrato, o Código Civil e demais leis ou regulamentos vigentes;

A FISCALIZAÇÃO terá plena autoridade para suspender, por meios amigáveis ou não, os serviços da obra, total ou parcialmente, sempre que julgar conveniente por motivos técnicos, de segurança, disciplinar ou outros. Em todos os casos, os serviços só poderão ser reiniciados por outra ordem da FISCALIZAÇÃO;

A inspeção da obra não eximirá a CONTRATADA de quaisquer de suas obrigações no cumprimento do contrato. A obra defeituosa será corrigida e materiais inadequados poderão ser rejeitados, mesmo que tais obras e materiais tenham antes passado despercebido pela FISCALIZAÇÃO e sido aceitos. Se a obra ou qualquer parte desta se apresentar defeituosa, a qualquer tempo, antes da aceitação final de toda obra, a CONTRATADA corrigirá imediatamente tal defeito, sem remuneração adicional, de maneira satisfatória, a critério da FISCALIZAÇÃO;

Todas as despesas com novos testes e reinspeção, que sejam necessárias, devido a materiais e/ou confecção defeituosa, correrão exclusivamente por conta da CONTRATADA.

- **PROTEÇÃO DAS OBRAS, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS** - O construtor deverá, a todo o momento, proteger e conservar todas as instalações,



equipamentos, maquinaria, instrumentos, provisões e materiais de qualquer natureza, assim como todas as obras executadas até sua aceitação final pela fiscalização.

O construtor responsabilizar-se á durante a vigência do contrato até a entrega definitiva das obras, por quaisquer danos pessoais ou materiais causados a terceiros por negligência ou imperícia na execução das obras.

O construtor deverá executar todas as obras provisórias e trabalhos necessários para drenar e proteger contra inundações as faixas de construções, fundações da obra, zonas de empréstimos e demais zonas onde a presença da água afete a qualidade da construção, ainda que elas não estejam indicadas nos desenhos nem tenham sido determinadas pela fiscalização.

Deverá também prover e manter nas obras, equipamentos suficientes para as emergências possíveis de ocorrer durante a execução das obras.

A aprovação pela fiscalização, do plano de trabalho e a autorização para que execute qualquer outro trabalho com o mesmo fim, não exime o construtor de sua responsabilidade quanto a este.

Por conseguinte, deverá ter cuidado para executar as obras e trabalhos de controle da água, durante a construção, de modo a não causar danos nem prejuízos ao contratante, ou a terceiros, sendo considerado como único responsável pelos danos que se produzam em decorrência destes trabalhos.

- **REMOÇÃO DE TRABALHOS DEFEITUOSOS OU EM DESACORDO COM O PROJETO E/OU ESPECIFICAÇÕES** - Qualquer material ou trabalho executado, que não satisfaça às especificações ou que difira do indicado nos desenhos do projeto ou qualquer trabalho não previsto, executado sem autorização escrita da fiscalização, será considerado como não aceitáveis ou não autorizados, devendo o construtor remover, reconstruir ou substituir o mesmo em qualquer parte da obra comprometida pelo trabalho defeituoso, ou não autorizado, sem direito a qualquer pagamento extra.

Qualquer omissão ou falta por parte da fiscalização em rejeitar algum trabalho que não satisfaça as condições do projeto ou das especificações não eximirá o construtor da responsabilidade em relação a estes.

A negativa do construtor em cumprir prontamente as ordens da fiscalização, de



construção e remoção dos referidos materiais e trabalho, implicará na permissão a Prefeitura para promover, por outros meios, a execução da ordem, sendo os custos dos serviços e materiais debitados e deduzidos de quaisquer quantias devidas ao construtor.

5. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS ESPECÍFICAS DOS SERVIÇOS

5.1 - SERVIÇOS PRELIMINARES

Será executada uma placa de obra de acordo com o modelo fornecido pela Prefeitura Municipal de Pedra Branca e conforme os materiais da composição de custos.

5.1.1 - Placas Padrão de Obra (M2)

A placa da obra deverá ser afixada em local bem visível, conforme padrão do convênio, nas dimensões (4,00 x 3,00) m.

A placa será estruturada em madeira de lei, com chapa de aço galvanizado na superfície externa (GSG 32), pintura com sulfato a pistola e posterior pintura a base de esmalte sintético para fundo e letras. A proporção da placa deverá ser de 2 para 1, onde sua largura deverá ser dividida em 02 (duas) partes iguais (2X) e a altura em 05 (cinco) partes (5Y), também iguais.

A parte destinada à inscrição de títulos, nome da obra, identificação do programa de financiamento, fonte de recursos, valor investido, ação e números de famílias beneficiadas deverá ter altura igual à 4 quintos (4Y) e largura igual da placa (2X).

5.1.2 - Locação da Obra com Auxílio Topográfico (área >5000 M2)

Em todo trecho envolvido no projeto foram realizados estudos topográficos divididos em três etapas:

- Locação do eixo da estrada, com estaqueamento de 20,0m em 20,0m. Pontos demarcados com uso de piquetes e testemunhas de madeira.
- Nivelamento do eixo da estrada, com estaqueamento de 20,0m em 20,0m e locação por método geométrico.



- Nivelamento das seções transversais, realizado a cada estaca, onde se loca os obstáculos encontrados para caracterizar um cadastro. Empregou-se o método taqueométrico.

5.1.3 - Locação de Contêiner Escritório com Banheiro (Mês)

Este serviço fora considerado 8,00 meses acompanhando o cronograma de execução da obra.

5.2 - PAVIMENTAÇÃO DO SISTEMA VIARIO

5.2.1 - Reconformação/Patrolagem da Plataforma (M2)

A patrolagem é a operação destinada a conformar o leito da via, transversal e longitudinalmente, compreendendo cortes ou aterros de forma que a camada concluída atenda às condições de greide e seção transversal recomendados para uma plataforma transitável.

EQUIPAMENTOS

São indicados os seguintes equipamentos para execução do serviço:

- a) Moto niveladoras pesadas
- b) Trator de pneus com escarificador (madal);

5.2.2 - Retirada de Guias (Meio Fio) Pré Fabricadas de Concreto (M)

Deverão serem retirados os Meio - Fios por serem referentes aos serviços de **meio - fio executados no âmbito do projeto anterior**, e que por tratarem-se de serviços, **em peças em concreto, uma vez condenadas por baixa qualidade não podem ser reaproveitas, mas sim demolidas e refeitas.**

5.2.3 - Demolição de Sarjeta ou Sarjetão de Concreto (M2)

Deverão serem retirados as Sarjetas por serem referentes aos serviços de **sarjeta executados no âmbito do projeto anterior**, e que por tratarem-se de serviços, **em peças em concreto, uma vez condenadas por baixa qualidade não podem ser reaproveitas, mas sim demolidas e refeitas.**

5.2.4 - Guia (Meio-fio) e Sarjeta Conjugados de Concreto, Moldada in

loco com Extrusora (M)

a) Condição Física da Camada de Apoio da Guia e Sarjeta Extrusada

A camada de apoio sobre a qual serão executadas as guias e sarjetas extrusadas deverá ser previamente preparada e acabada com motoniveladora, sendo isenta de materiais orgânicos, sem quaisquer problemas de infiltrações d'água, com grau de compactação igual a 100% do proctor intermediário.

b) Considerações Gerais

Não será permitida a execução dos serviços durante dias de chuva

c) Extrusão das Guias e Sarjetas

Após os serviços de locação e nivelamento, conforme projeto, as guias e sarjetas serão moldadas por extrusão do concreto, utilizando máquina de perfil contínuo, dependendo da situação.

Durante a fase de moldagem, o concreto empregado deverá apresentar uma plasticidade e umidade tais que, após ser processado na extrusora, deverá constituir uma massa compacta sem buracos ou ninhos.

Para a cura do concreto será utilizado o método de irrigação ou aspersão de água em intervalos freqüentes.

Após a extrusão, antes do endurecimento do concreto, as superfícies deverão ser alisadas com desempenadeiras e o perfil resultante, deverá apresentar perfeita concordância com as modificações de direção e curvas.

Deverão ser efetuados frisos com ferramenta cortante, sem seccionar totalmente a estrutura da guia e sarjeta, que servirão de juntas de dilatação.

O serviço de rebaixamento das guias em locais tipo entrada de veículos, deverá ser executado antes da cura do concreto, para permitir um bom acabamento.

5.2.5 - PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA C/ REJUNTAMENTO

(M2)

A execução de pavimentação poliédrica com pedra tosca consiste no assentamento de pedras irregulares sobre um colchão de material granular, com posterior compactação. Essa pavimentação é executada sobre o subleito devidamente compactado e regularizado.

Não será permitida a execução desse serviço em dias chuvosos.

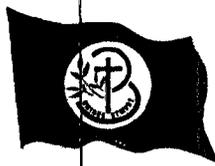
A execução da pavimentação poliédrica terá início somente após a liberação, por parte da fiscalização, de trechos da camada subjacente ao colchão. A fiscalização só autorizará o início desse serviço após a execução dos meios fios que delimitam a área do pavimento.

O colchão deverá ser executado com areia vermelha. O material deverá ser espalhado em uma camada uniforme de 15 cm (quinze centímetros) de espessura sobre o subleito, ocupando toda a largura da plataforma. No caso de mistura, a homogeneização será executada mecanicamente, utilizando-se equipamento adequado (motoniveladora e grade de disco).

Quando a área a ser pavimentada não justificar a mobilização de equipamentos, a fiscalização poderá permitir a homogeneização manual.

Quando a fiscalização constatar a colocação na pista de material impróprio ou prejudicial, o mesmo deverá ser removido, correndo os encargos dessa colocação e remoção por conta da executante.

Todas as pedras a serem utilizadas deverão ter origem granítica, sem apresentar vestígios de decomposição. As pedras deverão ser quebradas de maneira tal que o diâmetro da face plana de rolamento fique em torno de 15 cm (quinze centímetros) e que sua altura fique entre 10 e 15 cm (dez e quinze centímetros).



de material granular, outros materiais, equipamentos, ferramentas, mão-de-obra e encargos sociais.

O preço unitário definido para o pavimento em pedra tosca deverá considerar todas as despesas para a execução do serviço, inclusive fornecimento, carga, transporte e descarga de pedras e material para rejunte, assentamento de pedras, rejuntamento, compactação, outros materiais, equipamentos, ferramentas, mão-de-obra e encargos sociais. Quando se tratar de serviço de reforma de pavimentação poliédrica com pedra tosca, deverá ser excluído do preço unitário o custo referente a fornecimento, carga, transporte e descarga de pedras. A pedra tosca será rejuntada com argamassa de cimento e areia grossa no traço 1:3.

Será executada a pavimentação em pedra tosca com rejuntamento em locais definidos no projeto em situação de declive acentuado.

5.2.6 - Recomposição de Pavimentação em Pedra Tosca C/ Rejuntamento (M2)

Deverá ser feita a recomposição do Pavimento C/ Rejuntamento, conforme orientação do PARECER Nº 141/2021/PCF-CGOA/DERU/SMDRU/MDR.

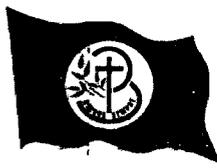
5.2.7 - Pavimentação em Pedra Tosca S/ Rejuntamento (M2)

A execução de pavimentação poliédrica com pedra tosca consiste no assentamento de pedras irregulares sobre um colchão de material granular, com posterior compactação. Essa pavimentação é executada sobre o subleito devidamente compactado e regularizado.

Não será permitida a execução desse serviço em dias chuvosos.

A execução da pavimentação poliédrica terá início somente após a liberação, por parte da fiscalização, de trechos da camada subjacente ao colchão. A fiscalização só autorizará o início desse serviço após a execução dos meios fios que delimitam a área do pavimento.

Heitor Vieira Almeida
Engenheiro
CREA 02/55096



O colchão deverá ser executado com areia vermelha. O material deverá ser espalhado em uma camada uniforme de 15 cm (quinze centímetros) de espessura sobre o subleito, ocupando toda a largura da plataforma. No caso de mistura, a homogeneização será executada mecanicamente, utilizando-se equipamento adequado (motoniveladora e grade de disco). Quando a área a ser pavimentada não justificar a mobilização de equipamentos, a fiscalização poderá permitir a homogeneização manual.

Quando a fiscalização constatar a colocação na pista de material impróprio ou prejudicial, o mesmo deverá ser removido, correndo os encargos dessa colocação e remoção por conta da executante.

Todas as pedras a serem utilizadas deverão ter origem granítica, sem apresentar vestígios de decomposição. As pedras deverão ser quebradas de maneira tal que o diâmetro da face plana de rolamento fique em torno de 15 cm (quinze centímetros) e que sua altura fique entre 10 e 15 cm (dez e quinze centímetros).

As pedras serão cravadas justapostas no colchão, de modo a não deixar juntas com largura superior a 1,5 cm (um centímetro e meio). As pedras de forma alongada deverão ficar no sentido transversal ao eixo.

Após o assentamento das pedras, será executado o rejuntamento. As pedras serão rejuntadas com a mesma mistura utilizada no colchão, através do espalhamento de uma camada fina dessa mistura sobre as pedras.

A compressão inicial se dará através da utilização de malho manual de 10 a 15 kg (dez a quinze quilogramas). Após a compressão inicial, executar-se-á uma compactação mecânica com um mínimo de 6 (seis) passadas de um rolo liso vibratório. Em locais inacessíveis ao rolo, a fiscalização poderá autorizar a utilização de placas vibratórias.



Será executada a pavimentação em pedra tosca sem rejuntamento em demais locais definidos no projeto sem declive acentuado.

5.2.8 - Recomposição de Pavimentação em Pedra Tosca S/ Rejuntamento (M2)

Deverá ser feita a recomposição do Pavimento S/ Rejuntamento, conforme orientação do PARECER Nº 141/2021/PCF-CGOA/DERU/SMDRU/MDR.

5.2.9 - Meio Fio de Pedra Granítica - (Travamento do Trecho) (M)

No início e final do Trecho deverá ser feito o travamento da pavimentação com meio fio em pedra granítica. O travamento tem por função o confinamento do pavimento executado, evitando assim o afrouxamento das pedras e destruição do pavimento executado, principalmente pelo tráfego de veículos.

5.2.10 - Transporte com Caminhão Basculante de 6 M³, em via urbana pavimentada, DMT até 30 km (M3 x KM)

O transporte do material pétreo para composição do pavimento será feito por caminhões basculantes, com proteção superior, a uma distância estabelecida, pela Tabela Sinapi, não superior a 30 km. E quando a distância da jazida for superior a 30 km o excedente será apropriado e pago conforme item a seguir e como consta no orçamento e memória de quantitativos (ANEXO 2.0).

A medição efetuar-se-á levando em consideração o volume transportado em M³x Km, e no cálculo volumétrico considerado os fatores de empolamento dos materiais.

5.2.11 - Transporte com Caminhão Basculante de 6 m³, em via urbana pavimentada, Adicional para DMT excedente a 30 km (M3 x KM)

O transporte do material pétreo para composição do pavimento será feito por caminhões basculantes, com proteção superior, a uma distância estabelecida, pela Tabela Sinapi, **referente ao excedente superior à 30 km.**

A medição efetuar-se-á levando em consideração o volume transportado em M³x Km, e no cálculo volumétrico considerado os fatores de empolamento dos materiais.

5.2.12 - Transporte com Caminhão Basculante de 10 m³, em via urbana em Revestimento Primário (M3 x KM)

Heitor Vieira Lima Verde
Eng. Civil
CREA-CEA 55096

O transporte do material de solo arenoso para composição do pavimento será feito por caminhões basculantes, com proteção superior, a uma distância pré - estabelecida de 7,20 Km á ser aferida pela fiscalização da prefeitura.

A medição efetuar-se-á levando em consideração o volume transportado em M³x Km, e no cálculo volumétrico considerado os fatores de empolamento dos materiais.

5.2.13 – Limpeza da Obra (M2)

A obra será entregue em perfeito estado de limpeza e conservação. Será removido todo o entulho do terreno, sendo limpos e varridos os excessos.

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Somente serão medidos os serviços quando previstos em contrato, no projeto ou expressamente autorizados pelo contratante e ainda, desde que executado mediante e de acordo com a "ordem de serviço " e o estabelecido nestas especificações técnicas.

Para efeito de pagamento ou liberação de recursos, a FISCALIZAÇÃO não incluirá a aquisição de materiais como serviço executado, apenas observará se estarão dentro das normas e especificações projetadas.

7. ANEXOS

- ANEXO 1.0 – RESUMO DO ORÇAMENTO
- ANEXO 2.0 – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
- ANEXO 3.0 – MEMÓRIA DE QUANTITATIVOS
- ANEXO 4.0 – CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO
- ANEXO 5.0 – COMPOSIÇÃO DE BDI
- ANEXO 6.0 – COMPOSIÇÃO CUSTOS UNITÁRIO - SINAPI
- ANEXO 7.0 – COMPOSIÇÃO CUSTOS UNITÁRIO - SEINFRA
- ANEXO 8.0 – ENCARGOS SOCIAIS – SEINFRA
- ANEXO 9.0 – ENCARGOS SOCIAIS - SINAPI

Heitor Vieira Lima Verde
Eng. Civil
CREA-CE 55096



Heitor Vieira Amaverde
Eng. Civil
CREA RJ/55096

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA - CE

OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA NA VIA DE ACESSO AO DISTRITO DE CAPITÃO MOR - ZONA RURAL

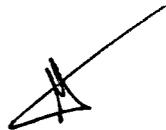
PREFEITURA DE
**PEDRA
BRANCA**
M N T S L 4 2 4



RESUMO DO ORÇAMENTO

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR	PERCENTUAL
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES	14.502,78	0,27%
2.0	PAVIMENTAÇÃO DO SISTEMA VIARIO	4.995.267,43	94,36%
3.0	ADMINISTRAÇÃO DE OBRA	283.859,27	5,36%
TOTAL DO ORÇAMENTO		5.283.629,48	100,00%

Leitor *Vieira Lima Verde*
Eng. Civil
CREA-CE/55086



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA - CE

OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA NA VIA DE ACESSO AO DISTRITO DE CAPITÃO MOR - ZONA RURAL

CONVÊNIO (PM PEDRA BRANCA / SDR) : 879298 / 2019

TABELAS DE REFERÊNCIA: SINAPI 12/ 2021 - SEINFRA 27.0 (SEM DESONERAÇÃO)

BDI SERVIÇO : 20,97%



ORÇAMENTO PAVIMENTAÇÃO CAPITÃO MOR - MDR

ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	PREÇOS UNITÁRIOS		PREÇO TOTAL COM BDI	PERCENTUAL
						PREÇO SEM BDI	PREÇO COM BDI		
SERVIÇOS PRELIMINARES									
1.0								14.502,78	0,27%
1.1	SEINFRA	C1937	PLACAS PADRÃO DE OBRA	M2	12,00	154,65	187,08	2.244,96	0,04%
1.2	SEINFRA	C2872	LOCAÇÃO DA OBRA COM AUXÍLIO TOPOGRÁFICO (ÁREA >5000 M2)	HA	6,24	520,50	629,65	3.929,02	0,07%
1.3	SEINFRA	C4997	LOCAÇÃO DE CONTÊNER ESCRITÓRIO COM BANHEIRO (01 VASO SANITÁRIO, 01 LAVATÓRIO E 01 CHUVEIRO), JANELA EM VIDRO, PORTAS, LUMINÁRIAS, TOMADAS, FORRO EM PVC, AR CONDICIONADO E ISOLAMENTO TERMO-ACÚSTICO EM ISOPOR - 6,00 X 2,35M	MÊS	8,00	860,63	1.041,10	8.328,80	0,16%
PAVIMENTAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO									
2.1	SEINFRA	C3232	RECONFORMAÇÃO/PATROLAGEM DA PLATAFORMA	M2	17.308,80	0,07	0,08	4.995.267,43	94,36%
2.2	SEINFRA	C2207	RETIRADA DE GUIAS (MEIO FIO) PRÉ FABRICADAS DE CONCRETO	M	6.801,65	9,73	11,77	1.384,70	0,03%
2.3	SEINFRA	C1075	DEMOLIÇÃO DE SARJETA OU SARJETÃO DE CONCRETO	M2	4.076,40	15,57	18,84	80.055,42	1,51%
2.4	SINAPI	94267	GUIA (MEIO-FIO) E SARJETA CONJUGADOS DE CONCRETO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO COM EXTRUSORA, 45 CM BASE (15 CM BASE DA GUIA + 30 CM BASE DA SARJETA) X 22 CM ALTURA. AF_06/2016	M	20.790,00	42,93	51,93	76.799,38	1,45%
2.5	SEINFRA	C2895	PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA C/ REJUNTAMENTO (AGREGADO ADQUIRIDO)	M2	22.518,00	58,15	70,34	1.079.624,70	20,39%
2.6	SEINFRA	C2932	RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA C/ REJUNTAMENTO	M2	1.242,00	29,10	35,20	1.583.916,12	29,92%
								43.718,40	0,83%




 Victor Lima Verde
 Eng.º Civil
 CRECBA/02/55006

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA - CE

OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA NA VIA DE ACESSO AO DISTRITO DE CAPITÃO MOR - ZONA RURAL

CONVÊNIO (PM PEDRA BRANCA / SDR) : 879298 / 2019

TABELAS DE REFERÊNCIA: SINAPI 12/ 2021 - SEINFRA 27.0 (SEM DESONERAÇÃO)

BDI SERVIÇO : 20,97%



PREFEITURA DE
**PEDRA
BRANCA**
C.E.

ORÇAMENTO PAVIMENTAÇÃO CAPITÃO MOR - MDR

ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	PREÇOS UNITÁRIOS		PREÇO TOTAL COM BDI	PERCENTUAL
						PREÇO SEM BDI	PREÇO COM BDI		
2.7	SEINFRA	C2896	PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA S/ REJUNTAMENTO (AGREGADO ADQUIRIDO)	M2	13.699,20	38,46	46,53	637.423,78	12,04%
2.8	SEINFRA	C2933	RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA SIREJUNTAMENTO	M2	18.673,80	19,28	23,32	436.473,02	8,23%
2.9	SEINFRA	C3097	MEIO FIO DE PEDRA GRANÍTICA - (TRAVAMENTO DE RUAS)	M	12,00	20,14	24,36	292,32	0,01%
2.10	SINAPI	97914	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020 - DMT = 41.30 KM	M3 X KM	244.477,44	2,41	2,92	713.874,12	13,49%
2.11	SINAPI	97915	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020 - DMT = 41.30 KM	M3 X KM	92.086,50	0,96	1,16	106.820,34	2,02%
2.12	SINAPI	93569	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020 - DMT = 7.20 KM	M3 X KM	61.869,61	1,85	2,24	138.587,93	2,62%
2.13	SEINFRA	C3447	LIMPEZA DE PISO EM ÁREA URBANIZADA	M2	62.370,00	1,29	1,56	97.297,20	1,84%
3.0			ADMINISTRAÇÃO DE OBRA					283.859,27	5,36%
3.1	SINAPI	93565	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	5,00	18.406,77	22.266,67	111.333,35	2,10%
3.2	SINAPI	93572	ENCARREGADO GERAL DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	8,00	4.915,78	5.946,62	47.572,96	0,90%
3.3	SINAPI	101460	VIGIA DIURNO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	16,00	3.185,50	3.853,50	61.656,00	1,16%

Heitor Vieira Lima Verde
Escr. Fiscal
CREFAS 55096

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA
283
Páginas
C.P. 4

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA - CE

OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA NA VIA DE ACESSO AO DISTRITO DE CAPITÃO MOR - ZONA RURAL

CONVÊNIO (PM PEDRA BRANCA / SDR) : 879298 / 2019

TABELAS DE REFERÊNCIA: SINAPI 12/ 2021 - SEINFRA 27.0 (SEM DESONERAÇÃO)

BDI SERVIÇO : 20,97%



PREFEITURA DE
**PEDRA
BRANCA**
M. N. S. S.

ORÇAMENTO PAVIMENTAÇÃO CAPITÃO MOR - MDR

ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	PREÇOS UNITÁRIOS		PREÇO TOTAL COM BDI	PERCENTUAL
						PREÇO SEM BDI	PREÇO COM BDI		
3.4	SINAPI	93564	APONTADOR OU APROPRIADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	8,00	3.328,92	4.024,58	32.196,64	0,81%
3.5	SINAPI	93563	ALMOXARIFE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	8,00	3.213,64	3.887,54	31.100,32	0,59%
VALOR TOTAL COM B.D.I = 20,97 %								5.293.629,48	100,00%

Airton Vieira Lima Verde
 Eng. Civil
 134755096



[Handwritten mark]



MEMORIAL DE CÁLCULO DOS QUANTITATIVOS

Item	Descrição	=	Largura	X	Comprimento	X	Quantidade	=	Total		
	E305 A E323	=	6,00	x	360,00	x	1,00	=	2.160,00	M2	
	E349 A E360	=	6,00	x	220,00	x	1,00	=	1.320,00	M2	
	E375 A E410	=	6,00	x	700,00	x	1,00	=	4.200,00	M2	
	E459 A E470	=	6,00	x	220,00	x	1,00	=	1.320,00	M2	
	E485 A E598	=	6,00	x	2260,00	x	1,00	=	13.560,00	M2	
	E612 A E615	=	6,00	x	60,00	x	1,00	=	360,00	M2	
	E646 A E692	=	6,00	x	920,00	x	1,00	=	5.520,00	M2	
	E722 A E750	=	6,00	x	560,00	x	1,00	=	3.360,00	M2	
	E790 A E824 +15M	=	6,00	x	695,00	x	1,00	=	4.170,00	M2	
	DESCONTO DAS SARJETAS	=	0,30	x	5.995,00	x	2,00	=	3.597,00	M2	
	DESCONTO DA ÁREA EXECUTADA, ATÉ 3ª MEDIÇÃO DO CONTRATO CANCELADO PELO TCU, E RECOMENDADA SUA RECOMPOSIÇÃO PELO PARECER nº 141/2021/PCF-CGOA/DERU/SMDRU/MDR (SEI/MDR - 3365180)								=	18.673,80	M2
	Total							=	13.699,20	M2	
2.8	C2933	RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA S/REJUNTAMENTO									
	ÁREA EXECUTADA, ATÉ 3ª MEDIÇÃO DO CONTRATO CANCELADO PELO TCU, E RECOMENDADA SUA RECOMPOSIÇÃO PELO PARECER nº 141/2021/PCF-CGOA/DERU/SMDRU/MDR (SEI/MDR - 3365180)								=	18.673,80	M2
	Total							=	18.673,80	M2	
2.9	C3097	MEIO FIO DE PEDRA GRANÍTICA - (TRAVAMENTO DE RUAS)									
			INÍCIO		Comprimento	x	Quantidade	=	Total		
			FIM		6,00	x	1,00	=	6,00	M	
					6,00	x	1,00	=	6,00	M	
							Total	=	12,00	M	
2.10	97914	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020 - DMT = 41.30 KM									
		Coefficiente de M3 por 1,0 M2 de pedra (De acordo com a CPU - SEINFRA C2895/ C2896 / C0171)	x	Área Pavimentada	x	Empolameto (50% - Pedra / 30% - Solo)	x	DMT	=	Total	
		PEDRA POLIÉDRICA 0,150	x	36.217,20	x	1,50	x	30,00	=	244.466,10 M3XKM	
		MEIO FIO - TRAVAMENTO 0,300	x	0,84	x	1,50	x	30,00	=	11,34 M3XKM	
		Total						=	244.477,44	M3XKM	
2.11	97915	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020 - DMT = 41.30 KM									
		Coefficiente de M3 por 1,0 M2 de pedra (De acordo com a CPU - SEINFRA C2895/ C2896 / C0171)	x	Área Pavimentada	x	Empolameto (50%)	x	DMT	=	Total	
		PEDRA POLIÉDRICA 0,150	x	36.217,20	x	1,50	x	11,30	=	92.082,23 M3XKM	
		MEIO FIO - TRAVAMENTO 0,300	x	0,84	x	1,50	x	11,30	=	4,27 M3XKM	
		Total						=	92.086,50	M3XKM	
2.12	93589	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020 - DMT = 7.20 KM									
		Coefficiente de M3 por 1,0 M2 de pedra (De acordo com a CPU - SEINFRA C2895/ C2896 / C0171)	x	Área Pavimentada	x	Empolameto (50% - Pedra / 30% - Solo)	x	DMT	=	Total	
		AREIA VERMELHA 0,150	x	36.217,20	x	1,30	x	7,20	=	50.848,95 M3XKM	
		AREIA MEDIA (ARGAMASSA) 0,0523	x	22.518,00	x	1,30	x	7,20	=	11.020,66 M3XKM	
		Total						=	61.869,61	M3XKM	
2.13	C3447	LIMPEZA DE PISO EM ÁREA URBANIZADA									
			Comprimento	x	Largura	x	Quantidade	=	Área		
		PAVIMENTAÇÃO + SARJETAS + MEIO FIO DE VIA ESTACA E305 À E824,00 + 15M	10.395,00	x	6,00	x	1,00	=	62.370,00	M2	
		Total						=	62.370,00	M2	

Item	Descrição	Mês	=	Total	
3.1	93565 ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	5,00	=	5,00	MES
3.2	93572 ENCARREGADO GERAL DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	5,00	=	5,00	MES
		Total	=	5,00	
		Mês	=	Total	

Heitor Vieira Amorim
 Eng. Civil
 CRFA 155096



MEMORIAL DE CÁLCULO DOS QUANTITATIVOS

ITEM	QUANT.	SERVIÇOS							
						8,00	=	8,00	MES
						Total	=	8,00	MES
3.3	101460	VIGIA DIURNO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES							
			Quantidade			Mês	=	Total	
			2,00	x		8,00	=	16,00	MES
						Total	=	16,00	MES
3.4	93564	APONTADOR OU APROPRIADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES							
						Mês	=	Total	
						8,00	=	8,00	MES
						Total	=	8,00	MES
3.5	93563	ALMOXARIFE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES							
						Mês	=	Total	
						8,00	=	8,00	MES
						Total	=	8,00	MES

Heitor Vieira Dinaverde
 Eng. Civil
 CREA/CE/35096

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

ITEM	DESCRIÇÃO	TOTAL	30DIAS	60DIAS	90DIAS	120DIAS	150DIAS	180DIAS	210DIAS	240DIAS	ACUM.
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES	14.502,78	48,41%	7,37%	7,37%	7,37%	7,37%	7,37%	7,37%	7,37%	100,00%
2.0	PAVIMENTAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO	4.995.267,43	12,50%	12,50%	12,50%	12,50%	12,50%	12,50%	12,50%	12,50%	100,00%
3.0	ADMINISTRAÇÃO DE OBRA	283.859,27	12,50%	12,50%	12,50%	12,50%	12,50%	12,50%	12,50%	12,50%	100,00%
	PERCENTAGEM	100,00%	12,60%	12,49%	100,00%						
	TOTAL GERAL	5.293.629,48	666.911,63	660.959,69	5.293.629,48						



Heitor Vieira Lima Verde
 Eng. Civil
 CREA 5755096

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA - CE



PREFEITURA DE
**PEDRA
BRANCA**

OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA NA VIA DE ACESSO
AO DISTRITO DE CAPITÃO MOR - ZONA RURAL

COMPOSIÇÃO DE BDI - SERVIÇOS

COD	DESCRIÇÃO	%
	Despesas Indiretas	
AC	Administração central	4,01
DF	Despesas financeiras	1,11
R	Riscos	0,56

Benefício		%
S + G	Garantia/seguros	0,40
L	Lucro	7,54

Impostos		%
I		5,65
	PIS	0,65
	COFINS	3,00
	ISS	2,00
	CPRB (4,5%, Apenas quando tiver desoneração INSS)	
	TOTAL DOS IMPOSTOS	5,65

BDI =		20,97%
--------------	--	---------------

A partir de agora com o fechamento do contrato, não há mais alteração de valores.

Heitor Vieira Lima Verde
Eng. Civil
CREA-CE: 555096

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA - CE



OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA NA VIA DE ACESSO AO DISTRITO DE CAPITÃO MOR - ZONA RURAL

COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS DA TABELA SINAPI-CE - SEM DESONERAÇÃO

94267	GUIA (MEIO-FIO) E SARJETA CONJUGADOS DE CONCRETO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO COM EXTRUSORA, 45 CM BASE (15 CM BASE DA GUIA + 30 CM BASE DA SARJETA) X 22 CM ALTURA. AF_06/2016	M			42,93
370	AREIA MÉDIA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	M3	0,0150000	90,00	1,35
34482	CONCRETO USINADO BOMBEAVEL, CLASSE DE RESISTENCIA C20, COM BRITA 0 E 1, SLUMP = 100 +/- 20 MM, EXCLUI SERVIÇO DE BOMBEAMENTO (NBR 8953)	M3	0,0630000	367,50	23,15
88243	AJUDANTE ESPECIALIZADO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,1090000	20,44	2,22
88309	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,2440000	23,09	5,63
88316	SERVEANTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,4870000	17,28	8,41
88631	ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (EM VOLUME DE CIMENTO E AREIA MÉDIA ÚMIDA), PREPARO MANUAL. AF_08/2019	M3	0,0030000	464,89	1,39
92960	MÁQUINA EXTRUSORA DE CONCRETO PARA GUIAS E SARJETAS, MOTOR A DIESEL, POTÊNCIA 14 CV - CHP DIURNO. AF_12/2015	CHP	0,0180000	18,86	0,33
92961	MÁQUINA EXTRUSORA DE CONCRETO PARA GUIAS E SARJETAS, MOTOR A DIESEL, POTÊNCIA 14 CV - CHI DIURNO. AF_12/2015	CHI	0,0910000	5,04	0,45
Total:					42,93
Total Simples:					42,93
Encargos Sociais:					0,00
Total Geral s/ BDI:					42,93
97914	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M ³ , EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020 - DMT = 41,30 KM	M3XKM			2,41
67826	CAMINHÃO BASCULANTE 6 M3 TOCO, PESO BRUTO TOTAL 16.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 11.130 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 5,36 M, POTÊNCIA 185 CV, INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA - CHP DIURNO. AF_06/2014	CHP	0,0139000	155,05	2,15
67827	CAMINHÃO BASCULANTE 6 M3 TOCO, PESO BRUTO TOTAL 16.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 11.130 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 5,36 M, POTÊNCIA 185 CV, INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA - CHI DIURNO. AF_06/2014	CHI	0,0060000	44,37	0,26
Total:					2,41
Total Simples:					2,41
Encargos Sociais:					0,00
Total Geral s/ BDI:					2,41
97915	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M ³ , EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020 - DMT = 41,30 KM	M3XKM			0,96
67826	CAMINHÃO BASCULANTE 6 M3 TOCO, PESO BRUTO TOTAL 16.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 11.130 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 5,36 M, POTÊNCIA 185 CV, INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA - CHP DIURNO. AF_06/2014	CHP	0,0056000	155,05	0,86
67827	CAMINHÃO BASCULANTE 6 M3 TOCO, PESO BRUTO TOTAL 16.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 11.130 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 5,36 M, POTÊNCIA 185 CV, INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA - CHI DIURNO. AF_06/2014	CHI	0,0024000	44,37	0,10
Total					0,96
Total Simples:					0,96
Encargos Sociais:					0,00
Total Geral s/ BDI:					0,96
93589	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M ³ , EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020 - DMT = 7,20 KM	M3XKM			1,85
91386	CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3, TRUCADO CABINE SIMPLES, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTÊNCIA 230 CV INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA - CHP DIURNO. AF_06/2014	CHP	0,0090000	184,95	1,66
91387	CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3, TRUCADO CABINE SIMPLES, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTÊNCIA 230 CV INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA - CHI DIURNO. AF_06/2014	CHI	0,0039000	49,11	0,19
Total					1,85
Total Simples:					1,85
Encargos Sociais:					0,00
Total Geral s/ BDI:					1,85
93565	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES			18.406,77
40811	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR (MENSALISTA)	MES	1,0000000	17.953,81	17.953,81
40863	EXAMES - MENSALISTA (COLETADO CAIXA)	MES	1,0000000	152,35	152,35
40864	SEGURO - MENSALISTA (COLETADO CAIXA)	MES	1,0000000	11,80	11,80
43474	FERRAMENTAS - FAMÍLIA ENGENHEIRO CIVIL - MENSALISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	MES	1,0000000	1,90	1,90
43498	EPI - FAMÍLIA ENGENHEIRO CIVIL - MENSALISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	MES	1,0000000	123,54	123,54
95415	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JÚNIOR (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - MENSALISTA	MES	1,0000000	163,37	163,37
Total:					18.406,77
Total Simples:					18.406,77
Encargos Sociais:					0,00
Total Geral s/ BDI:					18.406,77

Heitor Vieira Almaverde
Eng. Civil
CRE-ACE-55096

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA - CE



OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA NA VIA DE ACESSO AO DISTRITO DE CAPITÃO MOR - ZONA RURAL

COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS DA TABELA SINAPI-CE - SEM DESONERAÇÃO

93572	ENCARREGADO GERAL DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES				4.915,78
		Unidade	Coefficiente	Preço	Total	
40818	ENCARREGADO GERAL DE OBRAS (MENSALISTA)	MES	1,0000000	4.471,54	4.471,54	
40863	EXAMES - MENSALISTA (COLETADO CAIXA)	MES	1,0000000	152,35	152,35	
40864	SEGURO - MENSALISTA (COLETADO CAIXA)	MES	1,0000000	11,80	11,80	
43475	FERRAMENTAS - FAMILIA ENCARREGADO GERAL - MENSALISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	MES	1,0000000	18,58	18,58	
43499	EPI - FAMILIA ENCARREGADO GERAL - MENSALISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	MES	1,0000000	202,94	202,94	
95422	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA ENCARREGADO GERAL DE OBRAS (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - MENSALISTA	MES	1,0000000	58,57	58,57	
					Total:	4.915,78
					Total Simples:	4.915,78
					Encargos Sociais:	0,00
					Total Geral s/ BDI:	4.915,78
101460	VIGIA DIURNO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES				3.185,50
		Unidade	Coefficiente	Preço	Total	
40861	TRANSPORTE - MENSALISTA (COLETADO CAIXA)	MES	1,0000000	165,47	165,47	
40862	ALIMENTAÇÃO - MENSALISTA (COLETADO CAIXA)	MES	1,0000000	532,77	532,77	
40863	EXAMES - MENSALISTA (COLETADO CAIXA)	MES	1,0000000	152,35	152,35	
40864	SEGURO - MENSALISTA (COLETADO CAIXA)	MES	1,0000000	11,80	11,80	
41096	VIGIA DIURNO (MENSALISTA)	MES	1,0000000	1.994,00	1.994,00	
43479	FERRAMENTAS - FAMILIA SERVENTE - MENSALISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	MES	1,0000000	106,33	106,33	
43503	EPI - FAMILIA SERVENTE - MENSALISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	MES	1,0000000	216,60	216,60	
101372	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA VIGIA DIURNO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - MENSALISTA	MES	1,0000000	6,18	6,18	
					Total:	3.185,50
					Total Simples:	3.185,50
					Encargos Sociais:	0,00
					Total Geral s/ BDI:	3.185,50
93564	APONTADOR OU APROPRIADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES				3.326,92
		Unidade	Coefficiente	Preço	Total	
40810	APONTADOR OU APROPRIADOR DE MAO DE OBRA (MENSALISTA)	MES	1,0000000	2.984,04	2.984,04	
40863	EXAMES - MENSALISTA (COLETADO CAIXA)	MES	1,0000000	152,35	152,35	
40864	SEGURO - MENSALISTA (COLETADO CAIXA)	MES	1,0000000	11,80	11,80	
43470	FERRAMENTAS - FAMILIA ALMOXARIFE - MENSALISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	MES	1,0000000	9,21	9,21	
43494	EPI - FAMILIA ALMOXARIFE - MENSALISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	MES	1,0000000	130,43	130,43	
95414	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA APONTADOR OU APROPRIADOR (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - MENSALISTA	MES	1,0000000	39,09	39,09	
					Total:	3.326,92
					Total Simples:	3.326,92
					Encargos Sociais:	0,00
					Total Geral s/ BDI:	3.326,92
93563	ALMOXARIFE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES				3.213,64
		Unidade	Coefficiente	Preço	Total	
40809	ALMOXARIFE (MENSALISTA)	MES	1,0000000	2.900,86	2.900,86	
40863	EXAMES - MENSALISTA (COLETADO CAIXA)	MES	1,0000000	152,35	152,35	
40864	SEGURO - MENSALISTA (COLETADO CAIXA)	MES	1,0000000	11,80	11,80	
43470	FERRAMENTAS - FAMILIA ALMOXARIFE - MENSALISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	MES	1,0000000	9,21	9,21	
43494	EPI - FAMILIA ALMOXARIFE - MENSALISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	MES	1,0000000	130,43	130,43	
95413	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA ALMOXARIFE (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - MENSALISTA	MES	1,0000000	8,99	8,99	
					Total:	3.213,64
					Total Simples:	3.213,64
					Encargos Sociais:	0,00
					Total Geral s/ BDI:	3.213,64

Heitor Vieira Lima Verde
Eng. Civil
CREA/CE/55096

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA - CE



OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA NA VIA DE ACESSO AO DISTRITO DE CAPITÃO MOR - ZONA RURAL

COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS DA TABELA SEINFRA-CE - SEM DESONERAÇÃO

C1937	PLACAS PADRÃO DE OBRA	M2			154,65
MAO DE OBRA					
I2543	SERVEENTE	Unidade	Coefficiente	Preço	Total
		H	2,0000	17,1400	34,2800
					Total: 34,2800
MATERIAIS					
I0537	CHAPA DE AÇO GALVANIZADA ESP. 0.3MM	M2	1,0200	35,5900	36,3018
I1100	ESMALTE SINTETICO	L	1,0000	24,9900	24,9900
I1691	PONTALETE / BARROTE DE 3"x3"	M	4,5000	12,6100	56,7450
I1725	PREGO 15X15	KG	0,1500	15,5400	2,3310
					Total: 120,3678
					Total Simples: 154,65
					Encargos Sociais: INCLUSO
					Total Geral s/ BDI: 154,65
C2872	LOCAÇÃO DA OBRA COM AUXÍLIO TOPOGRÁFICO (ÁREA >5000 M2)	M2			520,50
EQUIPAMENTOS (CHORARIO)					
I0700	CAMINHONETE SAVEIRO (CHP)	Unidade	Coefficiente	Preço	Total
		H	2,0000	77,1754	154,3509
I0758	NÍVEL (CHP)	H	4,0000	0,6895	2,7579
I0775	TEODOLITO (CHP)	H	4,0000	1,3612	5,4449
					Total: 162,5537
MAO DE OBRA					
I0037	AJUDANTE	H	4,0000	18,6300	74,5200
I2382	NIVELADOR	H	4,0000	27,9700	111,8800
I2445	TOPOGRAFO	H	5,0000	34,3100	171,5500
					Total: 357,9500
					Total Simples: 520,50
					Encargos Sociais: INCLUSO
					Total Geral s/ BDI: 520,50
C4997	LOCAÇÃO DE CONTÊINER ESCRITÓRIO COM BANHEIRO (01 VASO SANITÁRIO, 01 LAVATÓRIO E 01 CHUVEIRO), JANELA EM VIDRO, PORTAS, LUMINÁRIAS, TOMADAS, FORRO EM PVC, AR CONDICIONADO E ISOLAMENTO TERMO-ACÚSTICO EM ISOPOR - 6,00 X 2,35M	MÊS			860,63
MATERIAIS					
I9478	LOCAÇÃO DE CONTÊINER ESCRITÓRIO COM BANHEIRO (01 VASO SANITÁRIO, 01 LAVATÓRIO E 01 CHUVEIRO), JANELA EM VIDRO, PORTAS, LUMINÁRIAS, TOMADAS, FORRO EM PVC, AR CONDICIONADO E ISOLAMENTO TERMO-ACÚSTICO EM ISOPOR - 6,00 X 2,35M	Unidade	Coefficiente	Preço	Total
		MÊS	1,0000	860,6300	860,6300
					Total: 860,6300
					Total Simples: 860,63
					Encargos Sociais: INCLUSO
					Total Geral s/ BDI: 860,63
C3232	RECONFORMAÇÃO/PATROLAGEM DA PLATAFORMA	M2			0,07
EQUIPAMENTOS (CHORARIO)					
I0642	MOTO NIVELADORA (CHI)	Unidade	Coefficiente	Preço	Total
		H	0,0000	80,0647	0,0000
I0756	MOTO NIVELADORA (CHP)	H	0,0003	221,8416	0,0616
					Total: 0,0616
MAO DE OBRA					
I2543	SERVEENTE	H	0,0006	17,1400	0,0095
					Total: 0,0095
					Total Simples: 0,07
					Encargos Sociais: INCLUSO
					Total Geral s/ BDI: 0,07
C2207	RETIRADA DE GUIAS (MEIO FIO) PRÉ FABRICADAS DE CONCRETO	M			9,73
MAO DE OBRA					
I2391	PEDREIRO	Unidade	Coefficiente	Preço	Total
		H	0,0500	23,1700	1,1585
I2543	SERVEENTE	H	0,5000	17,1400	8,5700
					Total: 9,7285
					Total Simples: 9,73
					Encargos Sociais: INCLUSO

Heitor Vieira Almavverde
Eng. Civil
CREA/CE 55096

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA - CE



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA
C.P.L.

OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA NA VIA DE ACESSO AO DISTRITO DE CAPITÃO MOR - ZONA RURAL

COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS DA TABELA SEINFRA-CE - SEM DESONERAÇÃO

Total Geral s/ BDI: 9,73

C1075 DEMOLIÇÃO DE SARJETA OU SARJETÃO DE CONCRETO M2 15,57

MAO DE OBRA		Unidade	Coefficiente	Preço	Total
12391	PEDREIRO	H	0,0800	23,1700	1,8536
12543	SERVENTE	H	0,8000	17,1400	13,7120
Total:					15,5656
Total Simples:					15,57
Encargos Sociais:					INCLUSO
Total Geral s/ BDI:					15,57

C2895 PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA C/ REJUNTAMENTO (AGREGADO ADQUIRIDO) M2 58,15

EQUIPAMENTOS (CHORARIO)		Unidade	Coefficiente	Preço	Total
10724	COMPACTADOR DE PLACA VIBRATORIA HP 4 (CHP)	H	0,0500	26,1936	1,3097
10726	COMPACTADOR LISO TANDEM AUTOPROPELIDO (CHP)	H	0,0100	87,0684	0,8707
Total:					2,1804
MAO DE OBRA		Unidade	Coefficiente	Preço	Total
10445	CALCETEIRO	H	0,3000	23,1700	6,9510
12543	SERVENTE	H	0,6000	17,1400	10,2840
Total:					17,2350
MATERIAIS		Unidade	Coefficiente	Preço	Total
10111	AREIA VERMELHA	M3	0,1500	60,8800	9,1320
11600	PEDRA DE MÃO (RACHÃO)	M3	0,1500	66,0600	9,9090
Total:					19,0410
SERVIÇO		Unidade	Coefficiente	Preço	Total
C0171	ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA S/PEN. TRAÇO 1:4	M3	0,0430	457,8800	19,6888
Total:					19,6888
Total Simples:					58,15
Encargos Sociais:					INCLUSO
Total Geral s/ BDI:					58,15

C2932 RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA C/ REJUNTAMENTO M2 29,10

MAO DE OBRA		Unidade	Coefficiente	Preço	Total
10445	CALCETEIRO	H	0,5000	23,1700	11,5850
12543	SERVENTE	H	0,4500	17,1400	7,7130
Total:					19,2980
MATERIAIS		Unidade	Coefficiente	Preço	Total
10108	AREIA GROSSA	M3	0,0088	74,7200	0,6575
10111	AREIA VERMELHA	M3	0,1200	60,8800	7,3056
10805	CIMENTO PORTLAND	KG	3,2800	0,5600	1,8368
Total:					9,7999
Total Simples:					29,10
Encargos Sociais:					INCLUSO
Total Geral s/ BDI:					29,10

C2896 PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA S/ REJUNTAMENTO (AGREGADO ADQUIRIDO) M2 38,46

EQUIPAMENTOS (CHORARIO)		Unidade	Coefficiente	Preço	Total
10724	COMPACTADOR DE PLACA VIBRATORIA HP 4 (CHP)	H	0,0500	26,1936	1,3097
10726	COMPACTADOR LISO TANDEM AUTOPROPELIDO (CHP)	H	0,0100	87,0684	0,8707
Total:					2,1804
MAO DE OBRA		Unidade	Coefficiente	Preço	Total
10445	CALCETEIRO	H	0,3000	23,1700	6,9510
12543	SERVENTE	H	0,6000	17,1400	10,2840
Total:					17,2350
MATERIAIS		Unidade	Coefficiente	Preço	Total
10111	AREIA VERMELHA	M3	0,1500	60,8800	9,1320
11600	PEDRA DE MÃO (RACHÃO)	M3	0,1500	66,0600	9,9090
Total:					19,0410
Total Simples:					38,46
Encargos Sociais:					INCLUSO
Total Geral s/ BDI:					38,46

C2933 RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA S/REJUNTAMENTO M2 19,28

MAO DE OBRA		Unidade	Coefficiente	Preço	Total
10445	CALCETEIRO	H	0,4000	23,1700	9,2680

Heitor Vieira Lima Verde
Eng. Civil
CREA-CE 55096



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA - CE



PREFEITURA DE
**PEDRA
BRANCA**
A.P.M. Nº 12374, 12374, 12374

OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA NA VIA DE ACESSO AO DISTRITO DE
CAPITÃO MOR - ZONA RURAL

COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS DA TABELA SEINFRA-CE - SEM DESONERAÇÃO

I2543	SERVENTE	H	0,3000	17,1400	5,1420
					Total: 14,4100
MATERIAIS					
I0111	AREIA VERMELHA	M3	0,0800	60,8800	4,8704
					Total: 4,8704
					Total Simples: 19,28
					Encargos Sociais: INCLUSO
					Total Geral s/ BDI: 19,28

C3097	MEIO FIO DE PEDRA GRANÍTICA - M	M3				20,14
MAO DE OBRA						
I2391	PEDREIRO	H	0,1500	23,1700	3,4755	
I2543	SERVENTE	H	0,3000	17,1400	5,1420	
					Total: 8,6175	
MATERIAIS						
I2520	MEIO FIO DE PEDRA GRANITICA	M	1,0000	9,1000	9,1000	
					Total: 9,1000	
SERVIÇOS						
C0588	CAIAÇÃO EM DUAS DEMÃOS COM SUPERCAL	M2	0,2500	4,9790	1,2448	
C2784	ESCAVAÇÃO MANUAL SOLO DE 1ª CAT. PROF. ATÉ 1.50m	M3	0,0200	45,4210	0,9084	
C3324	ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA TRAÇO 1:4 COM AREIA PRODUZIDA	M3	0,0007	385,1580	0,2696	
					Total: 2,4228	
					Total Simples: 20,14	
					Encargos Sociais: INCLUSO	
					Total Geral s/ BDI: 20,14	

C3447	LIMPEZA DE PISO EM ÁREA URBANIZADA	M				1,29
SERVIÇOS						
I2543	SERVENTE	H	0,0750	17,1400	1,2855	
					Total: 1,2855	
					Total Simples: 1,29	
					Encargos Sociais: INCLUSO	
					Total Geral s/ BDI: 1,29	

leitor Vieira Lima verde
Eng. Civil
CREA-CE/55096



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Infraestrutura

ENCARGOS SOCIAIS - HORISTAS E MENSALISTAS - TABELA SEINFRA 027.1 (DESONERADA) E 027					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	TABELA 027.1		TABELA 027	
		HORISTAS %	MENSALISTAS %	HORISTAS %	MENSALISTA S %
A	ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS	16,80	16,80	36,80	36,80
A1	INSS	0,00	0,00	20,00	20,00
A2	SESI	1,50	1,50	1,50	1,50
A3	SENAI	1,00	1,00	1,00	1,00
A4	INCRA	0,20	0,20	0,20	0,20
A5	SEBRAE	0,60	0,60	0,60	0,60
A6	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50	2,50	2,50	2,50
A7	SEGURO DE ACIDENTES	3,00	3,00	3,00	3,00
A8	FGTS	8,00	8,00	8,00	8,00
B	ENCARGOS SOCIAIS C/ INCIDÊNCIA DE A	44,41	16,46	44,41	16,46
B1	DESCANSO SEMANAL REMUNERADO	17,84	0,00	17,84	0,00
B2	FERIADOS	3,71	0,00	3,71	0,00
B3	AUXILIO ENFERMIDADE	0,87	0,67	0,87	0,67
B4	13º SALÁRIO	10,80	8,33	10,80	8,33
B5	LICENÇA PATERNIDADE	0,07	0,06	0,07	0,06
B6	FALTAS JUSTIFICADAS	0,72	0,56	0,72	0,56
B7	DIAS DE CHUVAS	1,55	0,00	1,55	0,00
B8	AUXÍLIO ACIDENTE DE TRABALHO	0,11	0,08	0,11	0,08
B9	FÉRIAS GOZADAS	8,71	6,73	8,71	6,73
B10	SALÁRIO MATERNIDADE	0,03	0,03	0,03	0,03
C	ENCARGOS SOCIAIS S/ INCIDÊNCIA DE A	14,73	11,38	14,73	11,38
C1	AVISO PRÉVIO INDENIZADO	5,40	4,17	5,40	4,17
C2	AVISO PRÉVIO TRABALHADO	0,13	0,10	0,13	0,10
C3	FÉRIAS INDENIZADAS	4,85	3,75	4,85	3,75
C4	DÉPOSITO DE RECISÃO S/ JUSTA CAUSA	3,90	3,01	3,90	3,01
C5	INDENIZAÇÃO ADICIONAL	0,45	0,35	0,45	0,35
D	REINCIDÊNCIAS DE UM GRUPO SOBRE O OUTRO	7,91	3,12	16,82	6,43
D1	REINCIDÊNCIA DE GRUPO A SOBRE GRUPO B	7,46	2,77	16,34	6,06
D2	REINCIDÊNCIA DE GRUPO A SOBRE AVISO PRÉVIO TRABALHADO E REINCIDÊNCIA DO FGTS SOBRE AVISO PRÉVIO INDENIZADO	0,45	0,35	0,48	0,37
TOTAL (A+B+C+D)		83,85	47,76	112,76	71,07

Leitor Vieira Lima Verde
Eng. Civil
CREA-CE/55096

Apêndice 6 – Encargos Sociais – Ceará

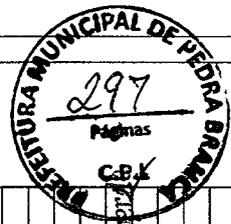


CEARÁ VIGÊNCIA A PARTIR DE 10/2021

ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA						
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	COM DESONERAÇÃO		SEM DESONERAÇÃO		
		HORISTA %	MENSALISTA %	HORISTA %	MENSALISTA %	
GRUPO A						
A1	INSS	0,00%	0,00%	20,00%	20,00%	
A2	SESI	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%	
A3	SENAI	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%	
A4	INCRA	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%	
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%	0,60%	0,60%	
A6	Salário Educação	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%	
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	
A8	FGTS	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	
A9	SECONCI	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	
A	Total	16,80%	16,80%	36,80%	36,80%	
GRUPO B						
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,84%	Não incide	17,84%	Não incide	
B2	Feriados	3,71%	Não incide	3,71%	Não incide	
B3	Auxílio - Enfermidade	0,85%	0,66%	0,85%	0,66%	
B4	13º Salário	10,81%	8,33%	10,81%	8,33%	
B5	Licença Paternidade	0,07%	0,06%	0,07%	0,06%	
B6	Faltas Justificadas	0,72%	0,56%	0,72%	0,56%	
B7	Dias de Chuvas	1,56%	Não incide	1,56%	Não incide	
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,10%	0,08%	0,10%	0,08%	
B9	Férias Gozadas	8,95%	6,90%	8,95%	6,90%	
B10	Salário Maternidade	0,03%	0,02%	0,03%	0,02%	
B	Total	44,64%	16,61%	44,64%	16,61%	
GRUPO C						
C1	Aviso Prévio Indenizado	5,41%	4,17%	5,41%	4,17%	
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,13%	0,10%	0,13%	0,10%	
C3	Férias Indenizadas	4,36%	3,36%	4,36%	3,36%	
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	3,80%	2,93%	3,80%	2,93%	
C5	Indenização Adicional	0,46%	0,35%	0,46%	0,35%	
C	Total	14,16%	10,91%	14,16%	10,91%	
GRUPO D						
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	7,50%	2,79%	16,43%	6,11%	
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,45%	0,35%	0,48%	0,37%	
D	Total	7,95%	3,14%	16,91%	6,48%	
TOTAL(A+B+C+D)		83,55%	47,46%	112,51%	70,80%	

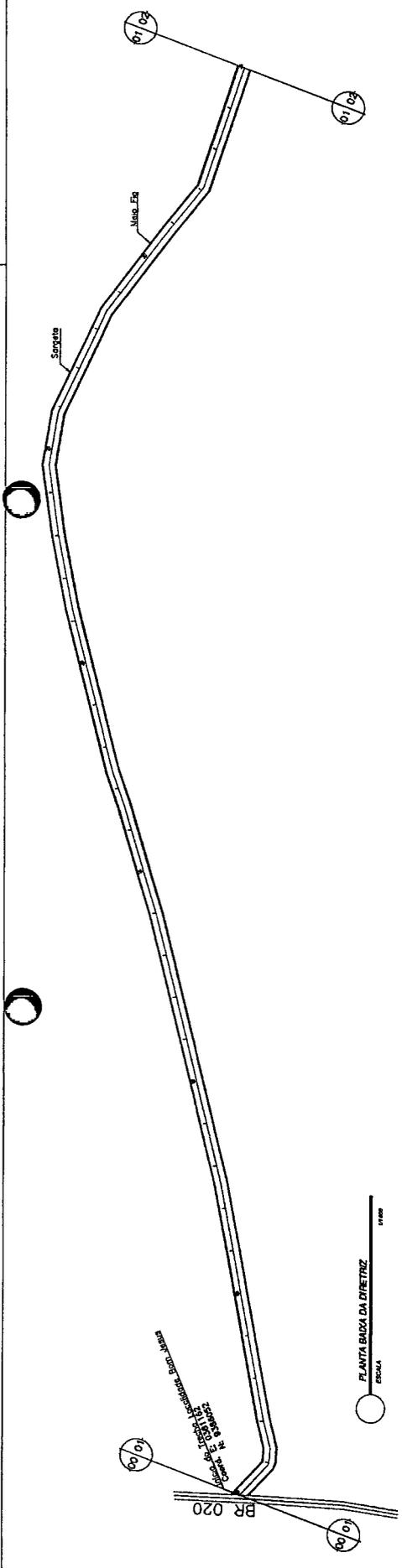
Fonte: Informação Dias de Chuva – INMET

Eng.º Civil
CREA-CE: 15096

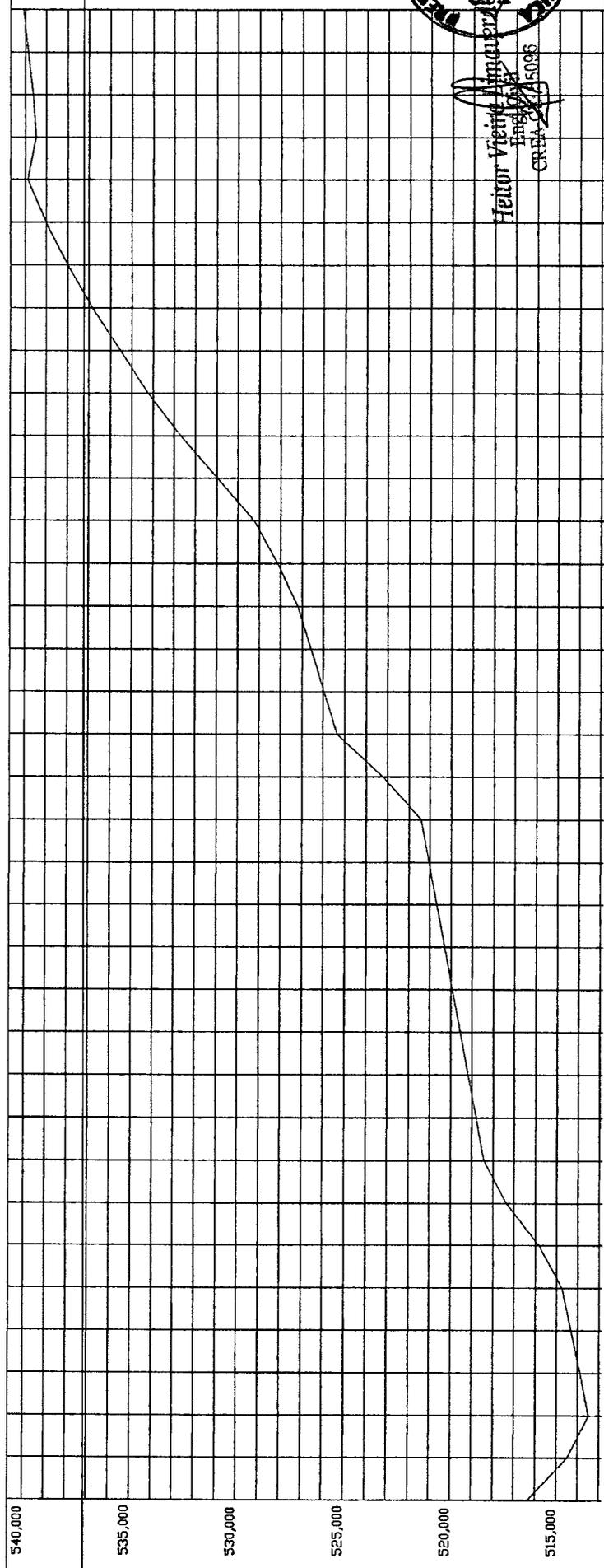


Héctor Viqueiro
 Eng. Civil
 CRPA 520505

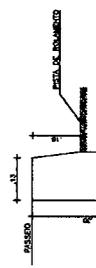
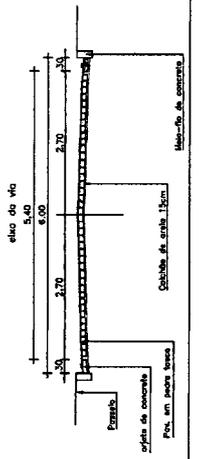
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA LOGO DA VILA (BR-202/CARTÃO URB) - PEDRA BRANCA - CEARA PROPOSTA DE LICITAÇÃO Nº 001/2018 - TIPO ABERTO OBJETO: REVESTIMENTO DA PAVIMENTAÇÃO		Nº 01/25 DATA: 01/25
CONTRATO:	PROJETO GEOMÉTRICO PERFL. LONGITUDINAL	DATA: AGOSTO/2018 ESCALA: 1/1000 DESenhO:



PLANTA BAIXA DA DREITIZ
 ESCALA



PERFL LONGITUDINAL
 ESCALA

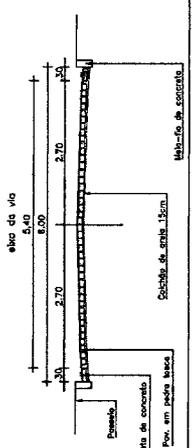
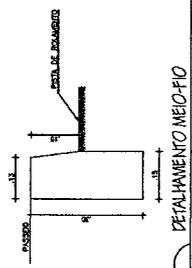
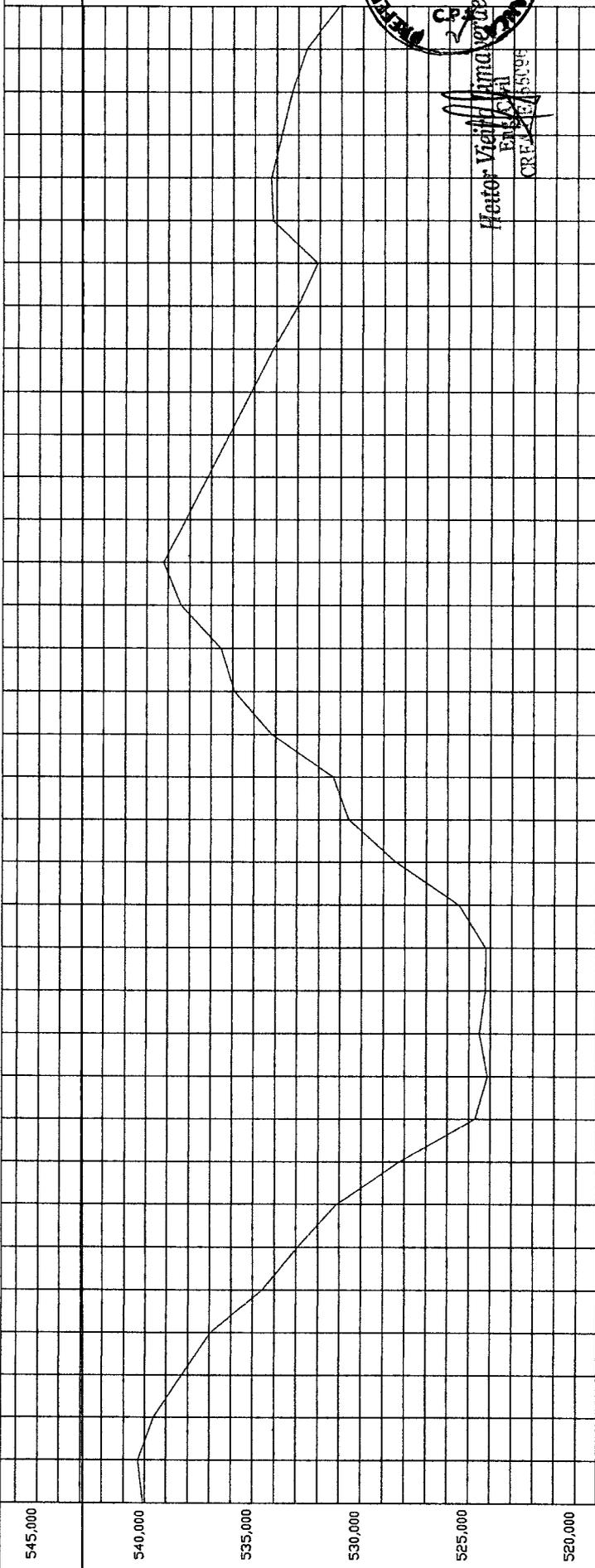
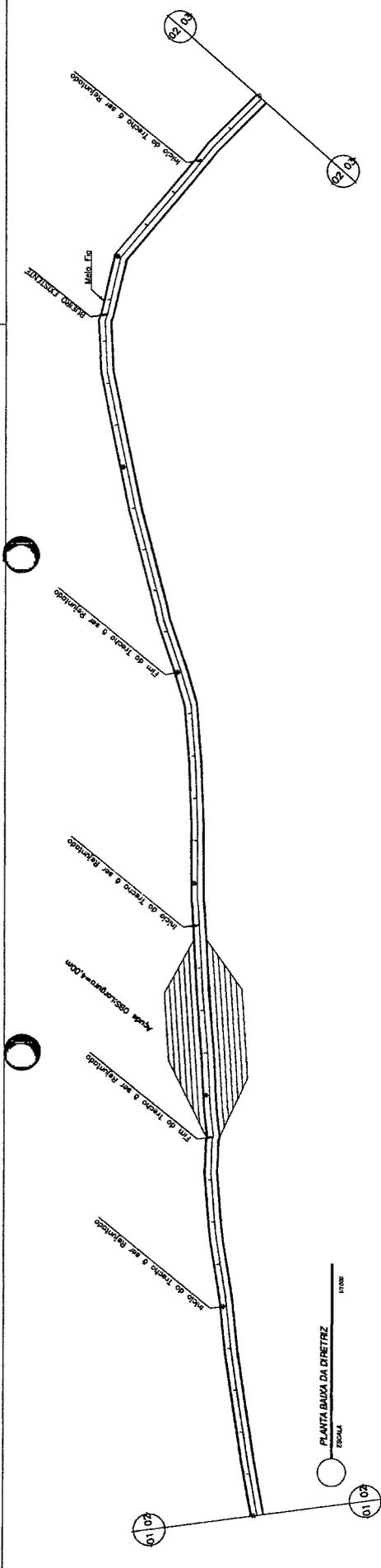


DETALHAMENTO MEO-FIO



Eng.º **Hector Vieira Lima**
CREA RJ 125.987

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA	
RUA VICINA (BR-030/CAJATI-MG) - PEDRA BRANCA - CEARA	
PROPOSTA DE PROJETO DE REVESTIMENTO EM PEDRA BRANCA	
CANTO: REVESTIMENTO EM PEDRA BRANCA	
PROJETO GEOMÉTRICO	
PERFIL LONGITUDINAL	
ÁREA SUPERFICIAL	ESCALA 1/1.000
DATA	AGOSTO/2018
DESENHADO	PROJETO
02/25	



DETALHAMENTO MEIO-FIO

DETALHAMENTO MEIO-FIO

DETALHAMENTO MEIO-FIO

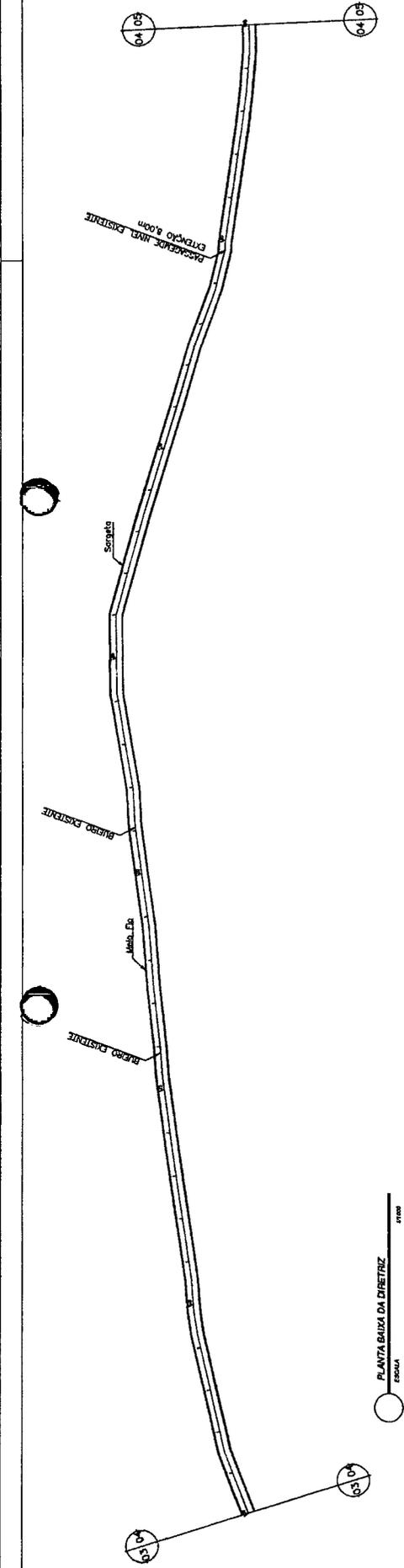
DETALHAMENTO MEIO-FIO

DETALHAMENTO MEIO-FIO

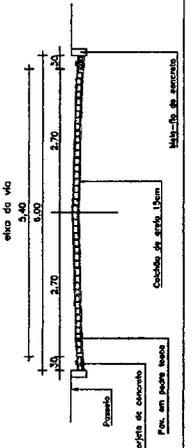
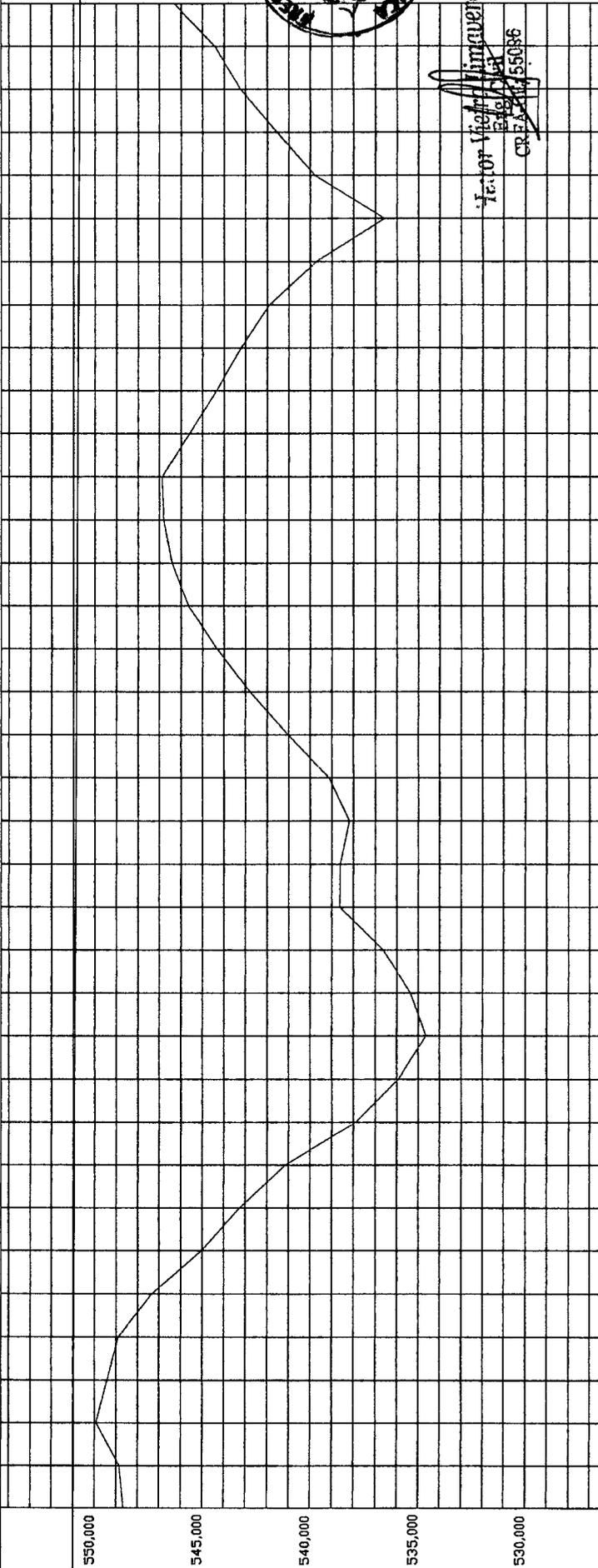


Victor Vitor Lima
 Eng.º Civil
 CREA RJ 55036

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA RODOVA VERMELHA (BR-220/GRANDE SAO) - PEDRA BRANCA - CEARA PROPOSTA DE LICITACAO Nº 001/2018 OBJETO: REVESTIMENTO DA PEDRA BRANCA		DATA: 04/25 VALOR: R\$ 1.500,00
CONTRATOR:	DATA: 04/25	VALOR: R\$ 1.500,00
PROJETO GEOMETRICO PERFIL LONGITUDINAL		DATA: 04/25



PLANTA BAIXA DA DIRETRIZ
 ESCALA 1/1000



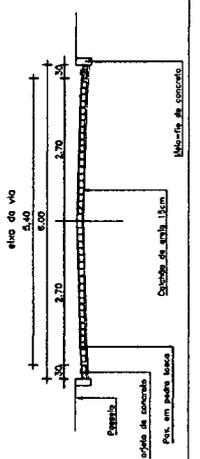
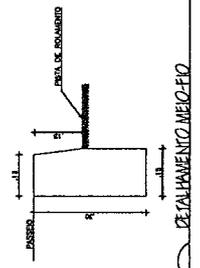
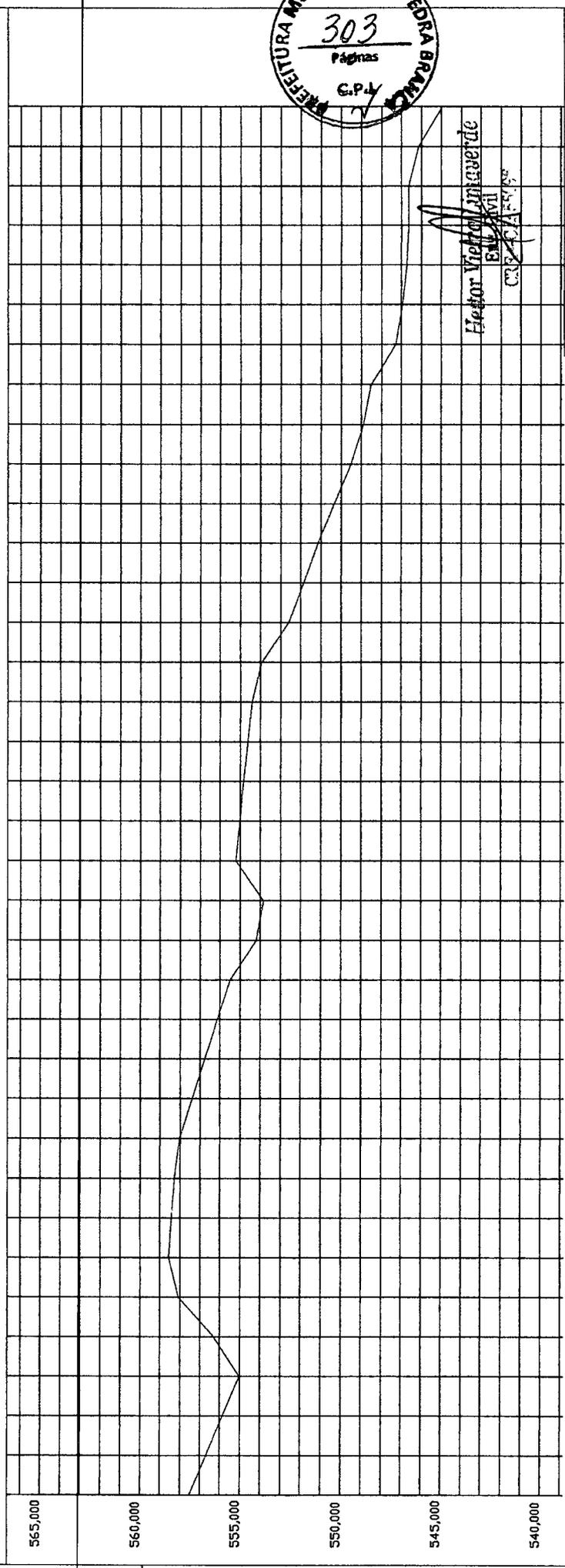
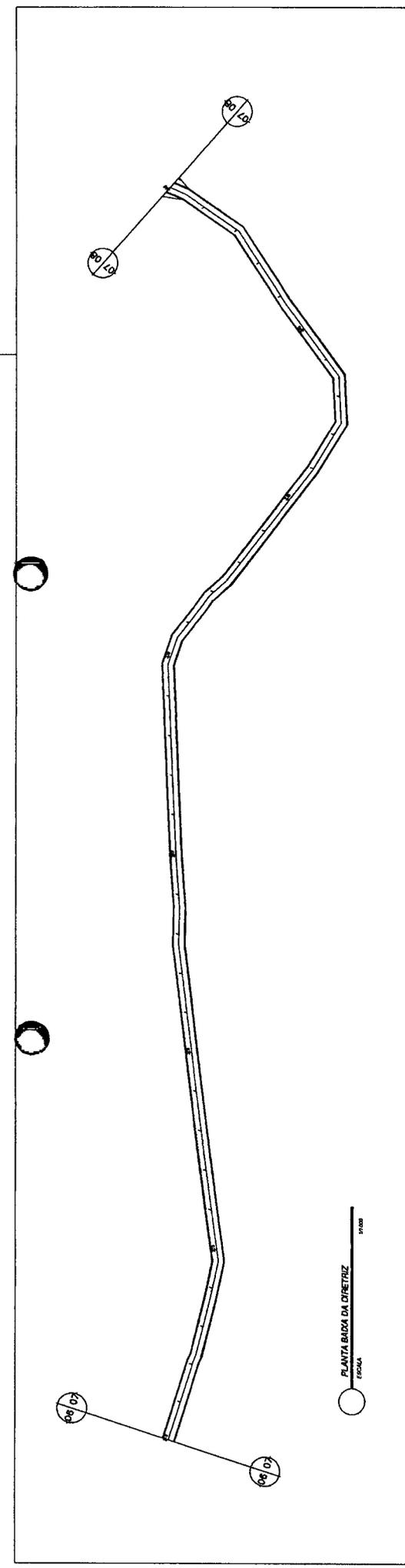
PERFIL LONGITUDINAL
 ESCALA 1/1000

DETALHAMENTO MECANICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA
 303
 Páginas
 G.P.L.

Hector Vielha Anquerde
 ENGENHEIRO
 CREA 10.000/00000000

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA	
RUA JOAQUIM VICARI, (89-200/CARTELO MOB) - PEDRA BRANCA - CEARA	
PROPOSTA DE LICITAÇÃO Nº 001/2018 - OBJETO: REVESTIMENTO EM PEDRA BRANCA	
CONTORNO	14,25m
PROJETO GEOMÉTRICO	
PERFIL LONGITUDINAL	
ÁREA SUPERFÍCIE	17/1000
DATA	05/05/2018
DESENHADO	
07/25	

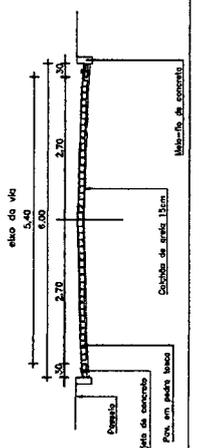
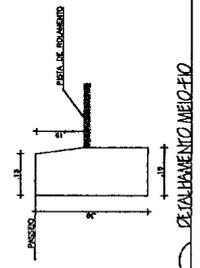
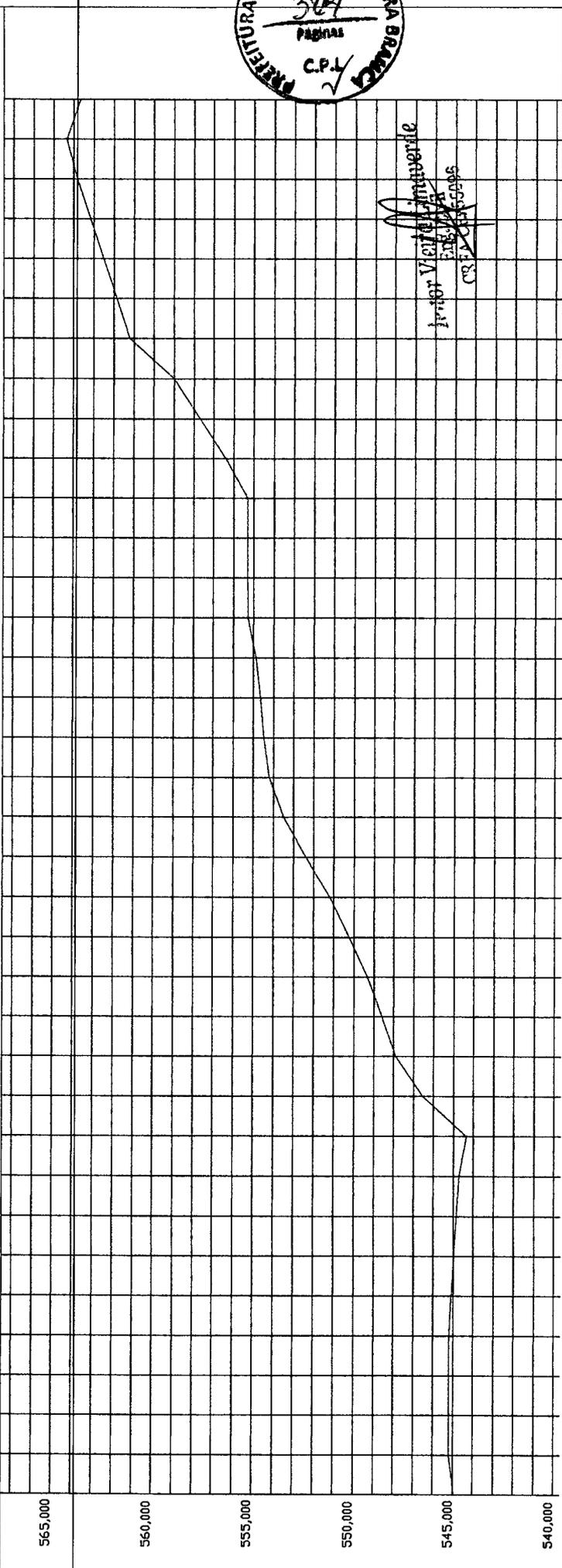
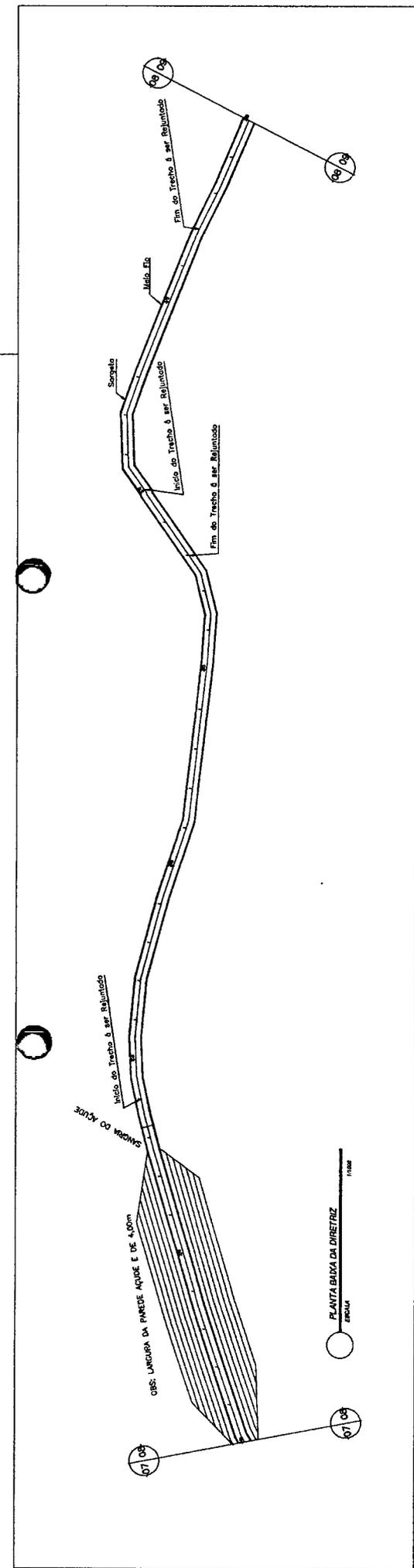


PERFILAMENTO MEIO-DIÁRIO



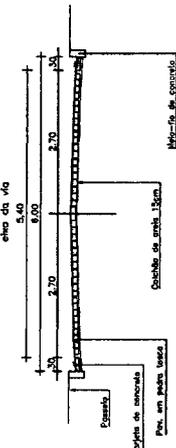
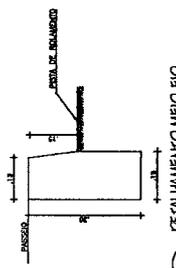
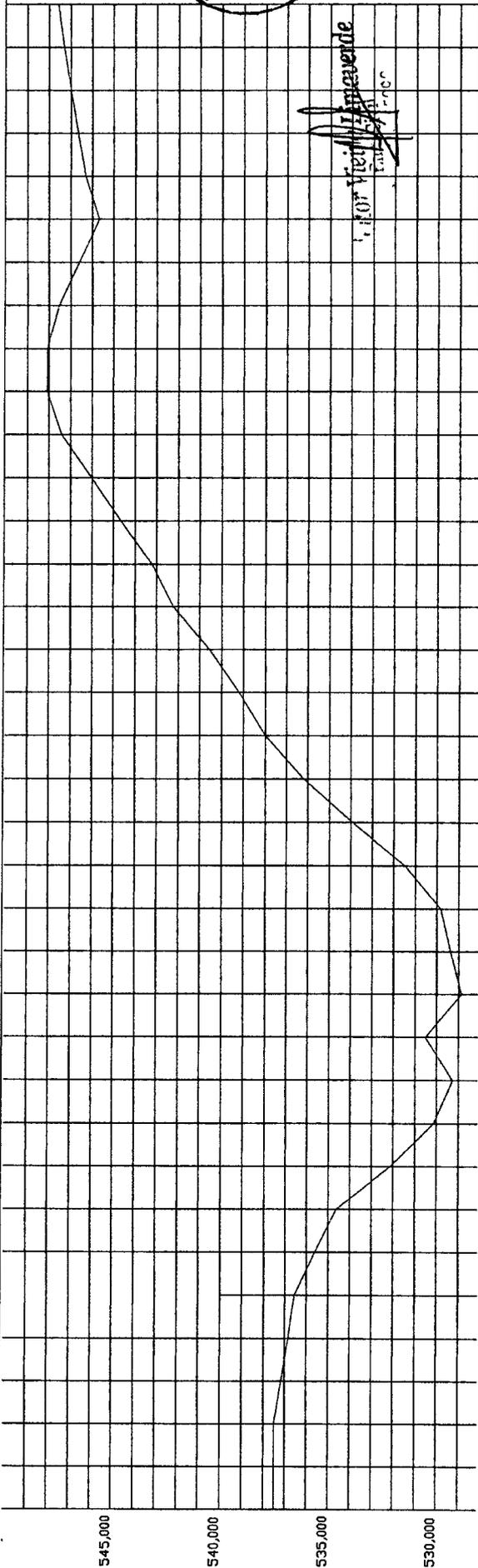
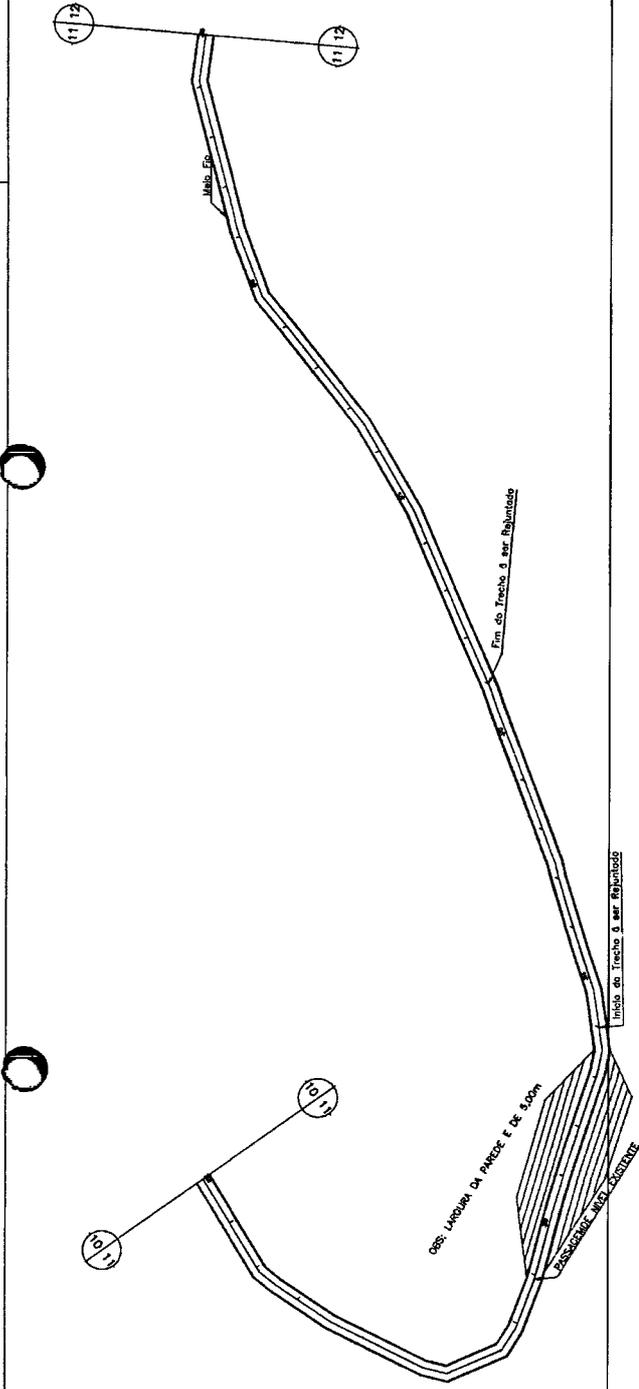
Victor Américo
 ENG. CIVIL
 CREA 155505

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA	
TÍTULO:	RODOVIA FEDERAL (BR-202/CENTRO NOR) - PEDRA BRANCA - GERMA
PROJETO/EXECUÇÃO:	REVESTIMENTO EM PEDA TOSA
CONTORNE:	PERFIL GEOMÉTRICO
PROJETO:	PERFIL LONGITUDINAL
DATA SUPERIORE:	1/1000
DATA:	AGOSTO/2018
PROJETADE:	Victor Américo
PROJETO:	08/25



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA TUBO: PEDRA BRANCA (BR-020/CONTRO MOE) - PEDRA BRANCA - GERAR		DATA: 11/25 ASSINATURA:
PROPOSTA DE PROJETO DE REVESTIMENTO EM PEDRA LUSCA		DATA: 11/25 ASSINATURA:
PROJETO GEOMETRICO PERFIL LONGITUDINAL		DATA: 11/25 ASSINATURA:
AREA SUPERFICIAL: 1/1000	DATA: AGOSTO/2018	TUBO:

Por Victor Almeida
 Engenheiro Civil



PLANTA BARRA DA DRETAZ
 ESCALA:

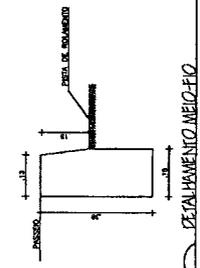
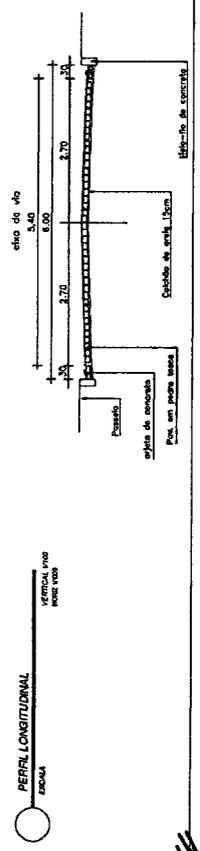
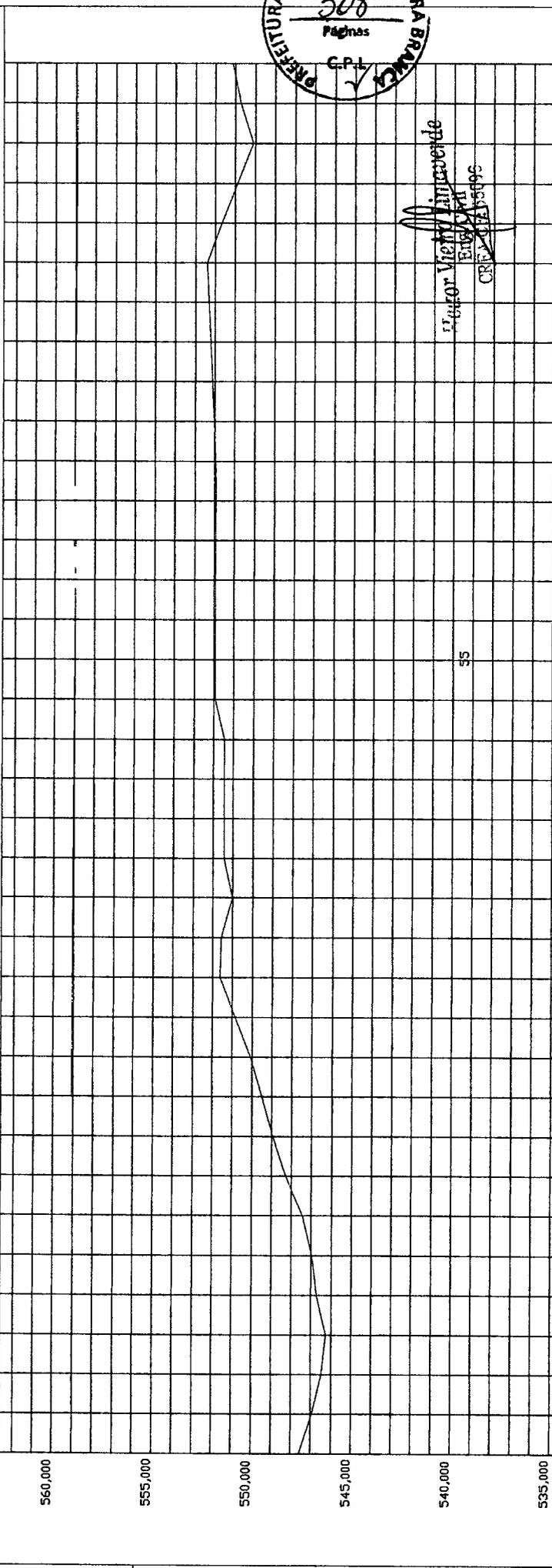
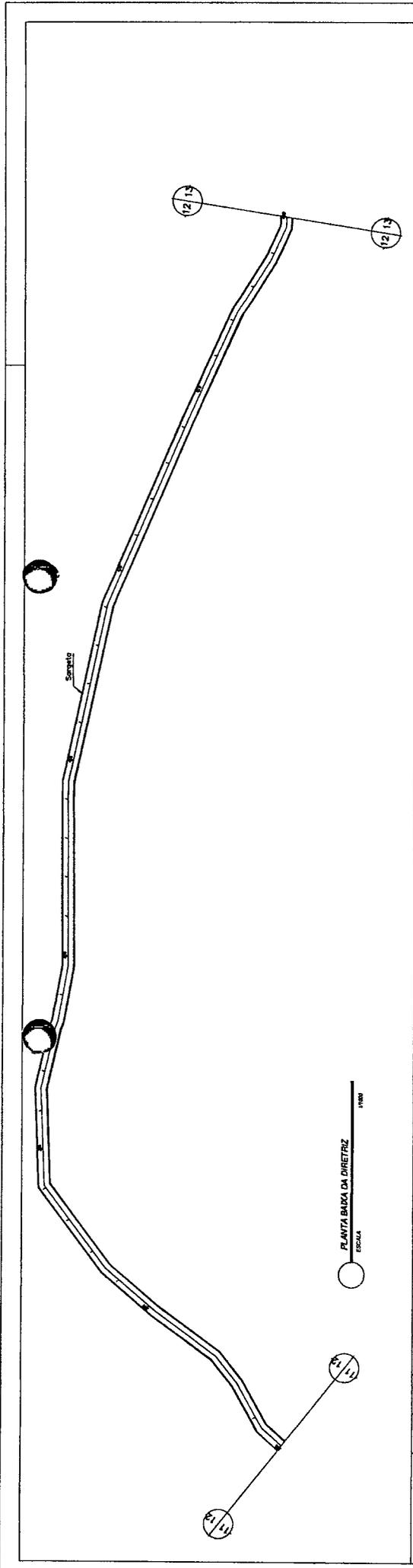
PERFIL LONGITUDINAL
 ESCALA:

DETAHAMENTO MEC-FIO



Eng.º Victor Vinícius
 Eng.º Civil
 CRÉD. 125.599

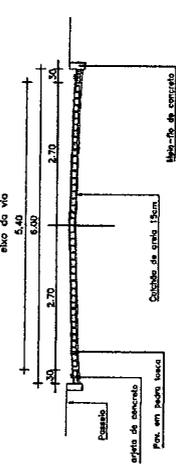
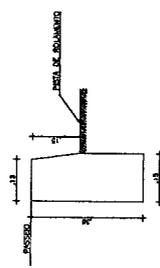
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA	
TÍTULO	RODOVIA VICINAL (BR-020/CAPIM MÓR) - PEDRA BRANCA - CEARÁ
PROPOSTA	RECONSTRUÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO - PAVIMENTO DE PEDRA TOSA
PROJETO	PROJETO GEOMÉTRICO
PERFIL	LONGITUDINAL
DATA	12/25
FECHA	17/09/2018
PROJ. SUPLENTE	1/1000
PROJ. EXECUTIVO	1/1000
PROJ. EXECUTIVO	1/1000



Handwritten signature and initials.

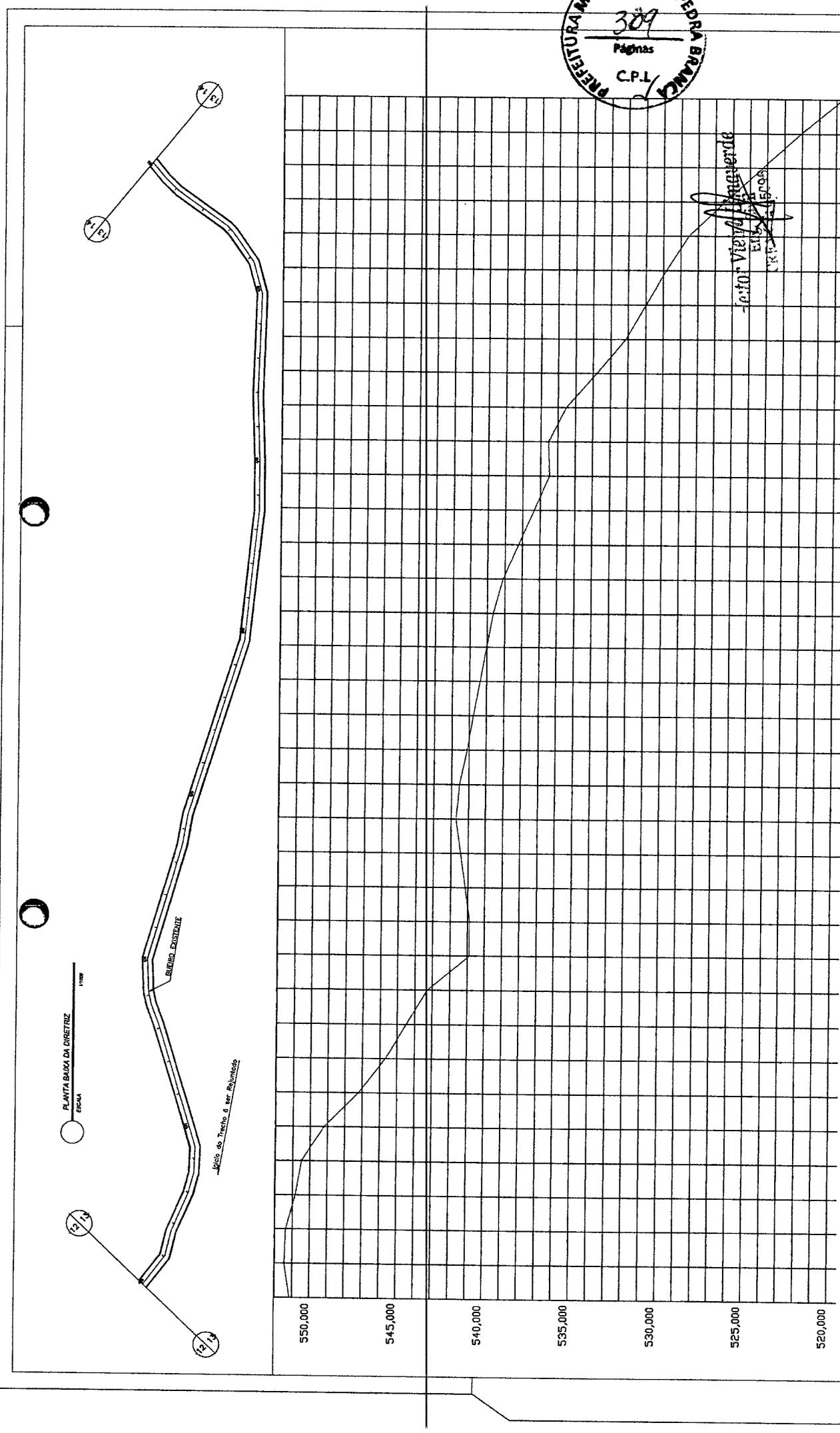
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA RUA DA VIGIA (BR-002/CARTELO 4003) - PEDRA BRANCA - CEARÁ PROPOSTA DE LICITAÇÃO Nº 003/2018 - TIPO: TAMBOR	
CONTEÚDO: REVESTIMENTO EM PEDRA TOSSCA	PLANÍCIE: 
PROJETO GEOMÉTRICO PERFIL LONGITUDINAL	DATA: 13/25
ESCALA: 1/1000	DATA: AGOSTO/2018

-setor Vigiado - Pedra Branca
 13/25



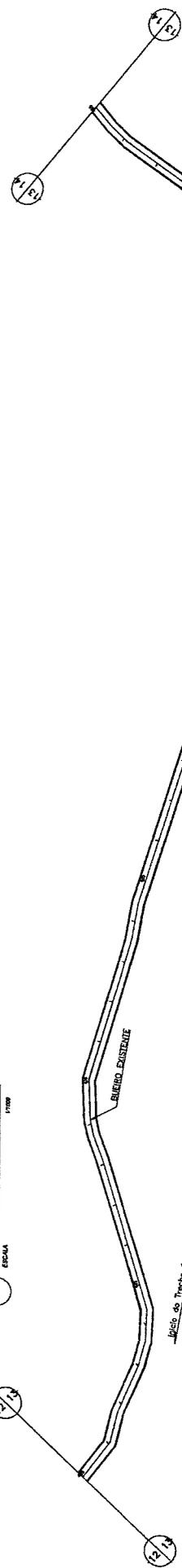
PERFIL LONGITUDINAL
 ESCALA
 VERTICAL 1/10

DETALHAMENTO MECÂNICO



PLANTA BARRA DA DIRETRIZ
 ESCALA 1/1000

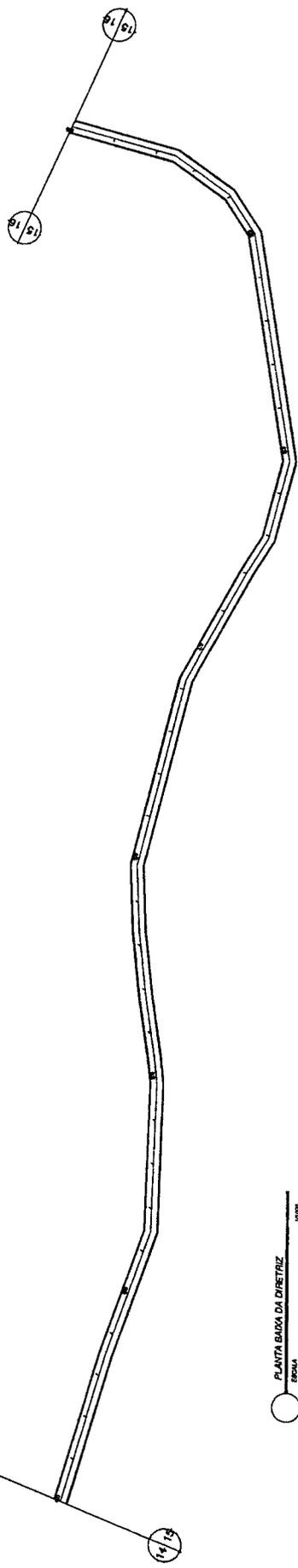
Alçada do Trecho 2 em Reunidade



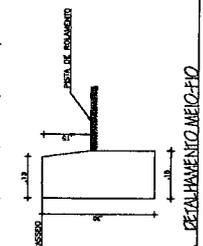
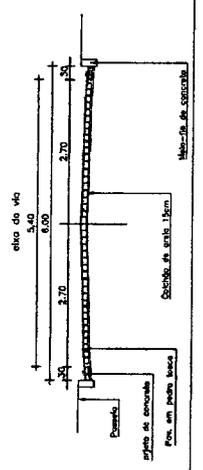
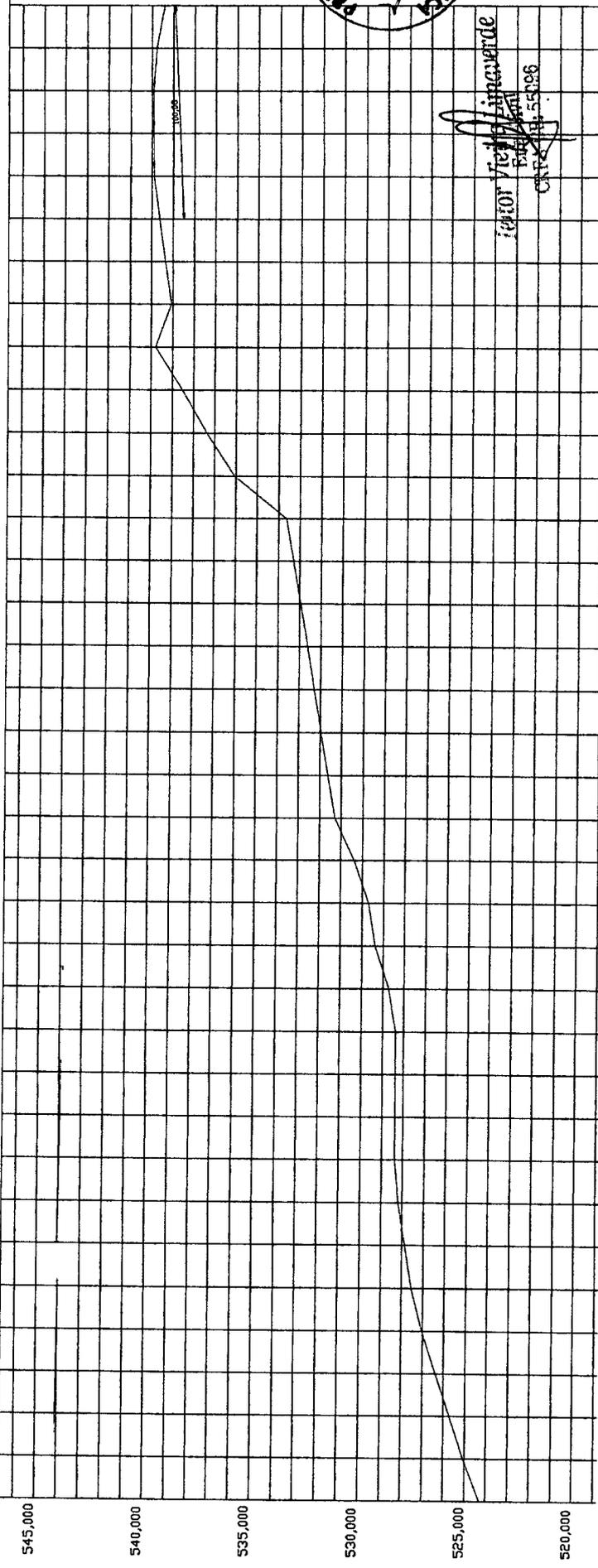


Projeto Vitor A. Lins Cavalcante
 Eng.º Civil - 55026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA	
TIPO DE PROJETO	PROJETO GEOMÉTRICO PERFL LONGITUDINAL
PROPOSTANTE	PROPOSTANTE
DATA	15/25
ESCALA	1/1000
DATA	06/07/2018
PROJETADE	PROJETADE



PLANTA BASTA DA DIRETRIZ
 ESCALA 1/1000



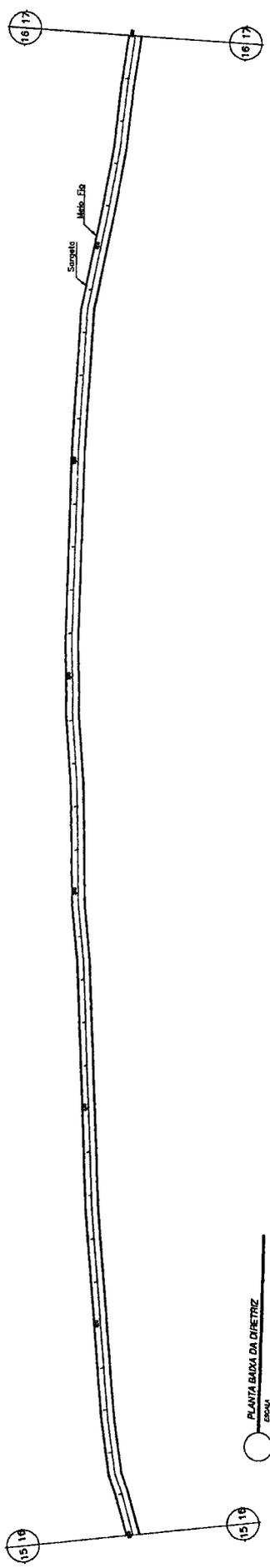
PERFIL LONGITUDINAL
 ESCALA 1/1000

RETALHAMENTO MECÂNICO

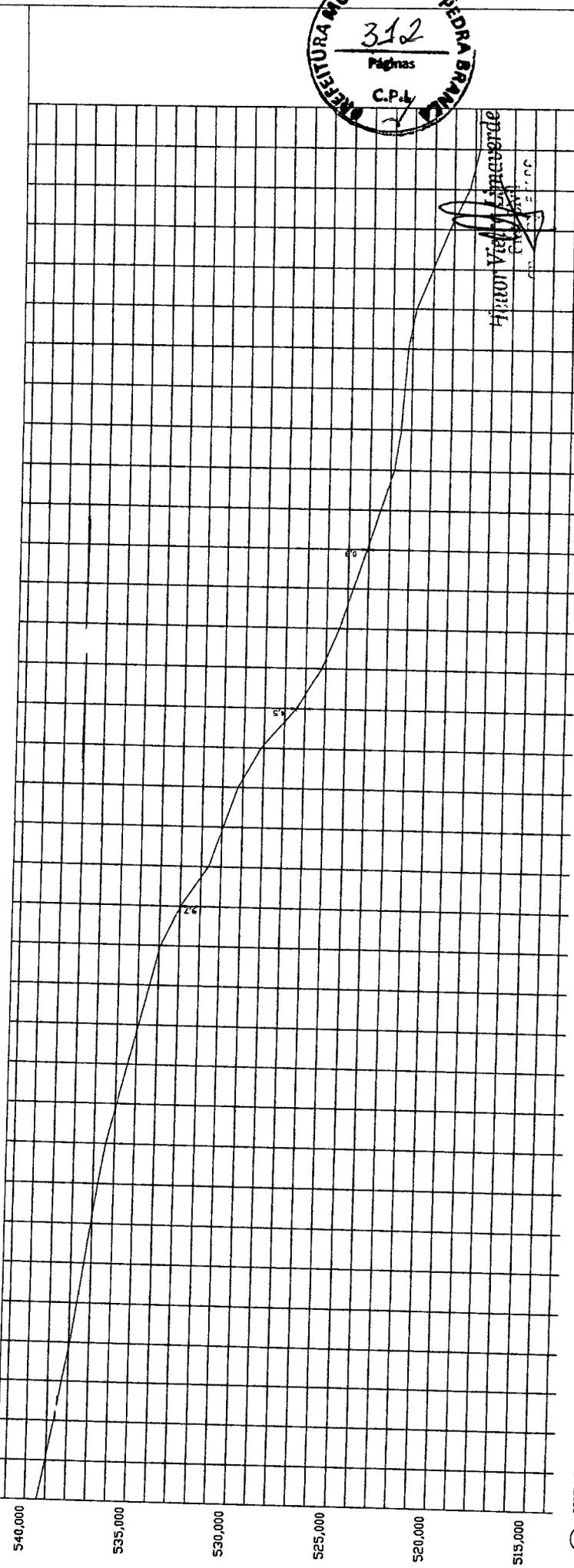
AA

LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA	
LOCAL: RODOVIA NOROIA (BR-020/CANTÃO NOR) - PEDRA BRANCA - CEARA	
PROPOSTA DE PAVIMENTAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO - RESP. TÉCNICO	
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROJETO GEOMÉTRICO	
PROJETO GEOMÉTRICO	
PERFIL LONGITUDINAL	
DATA: 16/25	DATA: 16/25
ESCALA: 1/1000	DATA: AGOSTO/2018
PROJETO:	AUTORES:

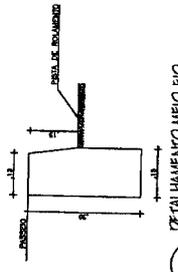
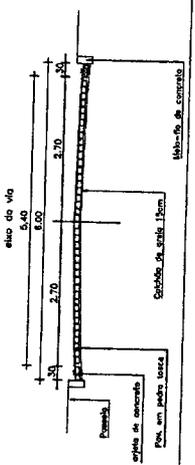
HIRTON VIEIRA LAMARCA
 CREA 100.000.000-0
 R. S. S.



PLANTA BAIXA DA DIRETRIZ
 ESCALA:



PERFIL LONGITUDINAL
 ESCALA:

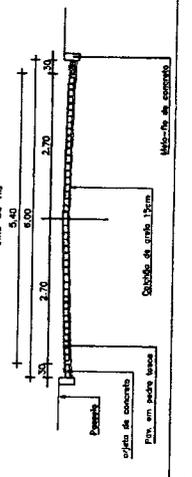
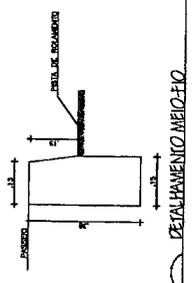
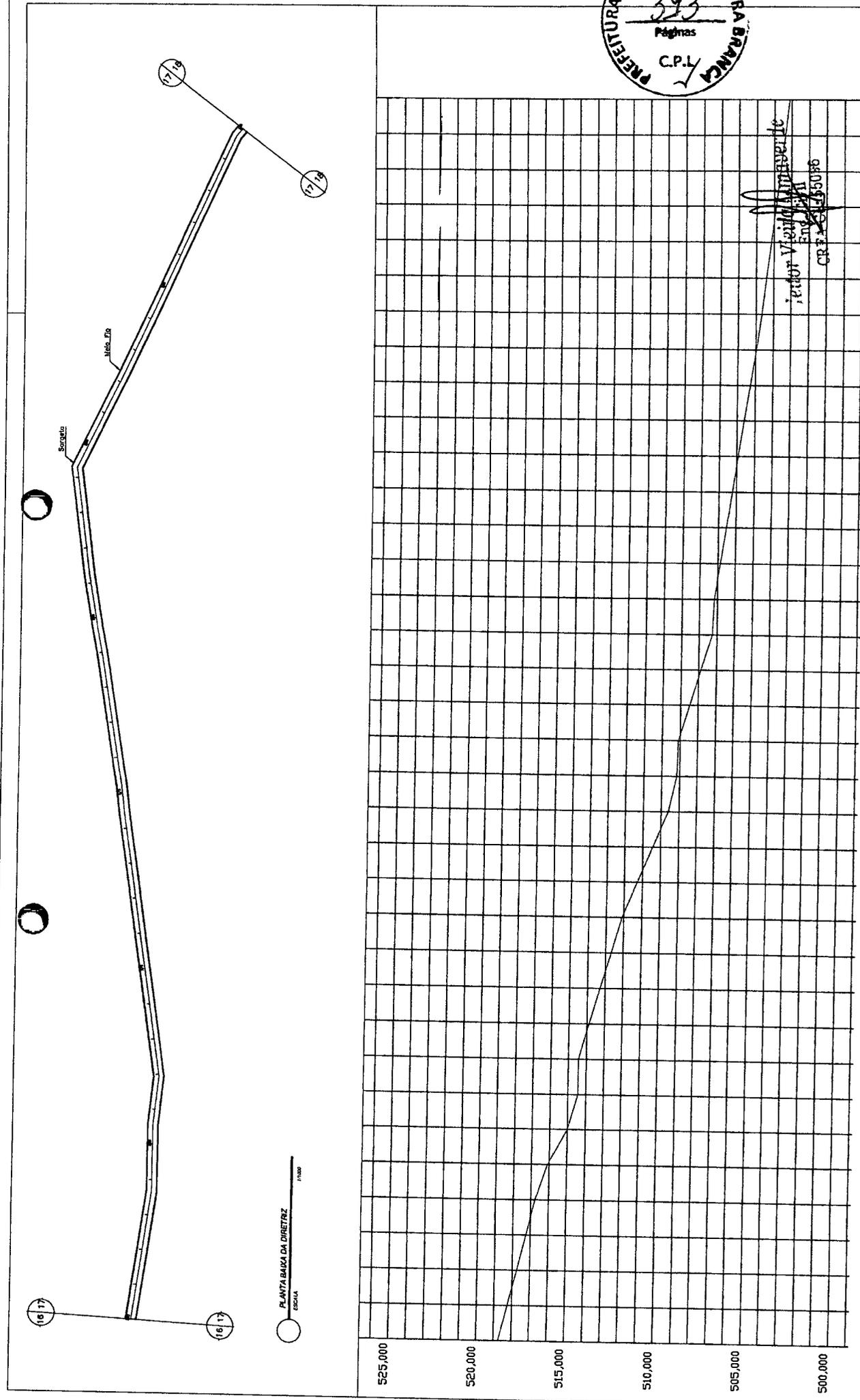


DETALHE DO BORDADO

[Signature]

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA PROJETO DE REFORMA DO SISTEMA VIÁRIO - PEDRA BRANCA - CEARA CONDIÇÕES DE PAVIMENTO EM PEDRA TOSCA	
PROJETO GEOMÉTRICO PERFIL LONGITUDINAL	DATA: 26/06/2016 Nº: 17125
TÍTULO: 17125 ESCALA: 1/1000 DATA: AOSTO/2016	TÍTULO: 17125 DATA: AOSTO/2016

Victor Vieira Albuquerque
 Eng.º Civil
 CRP. 15.550/96



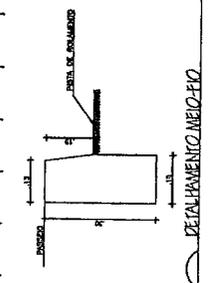
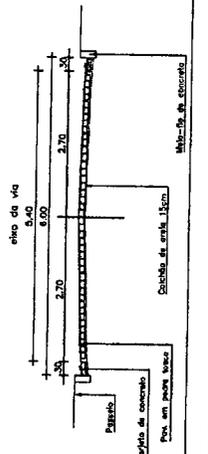
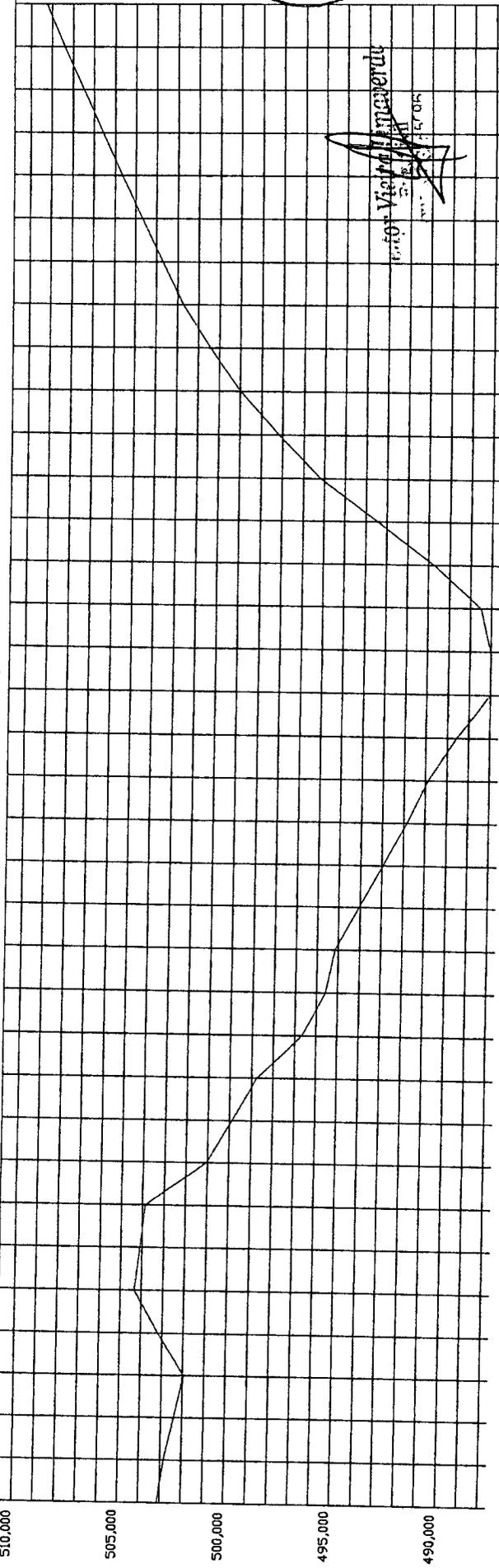
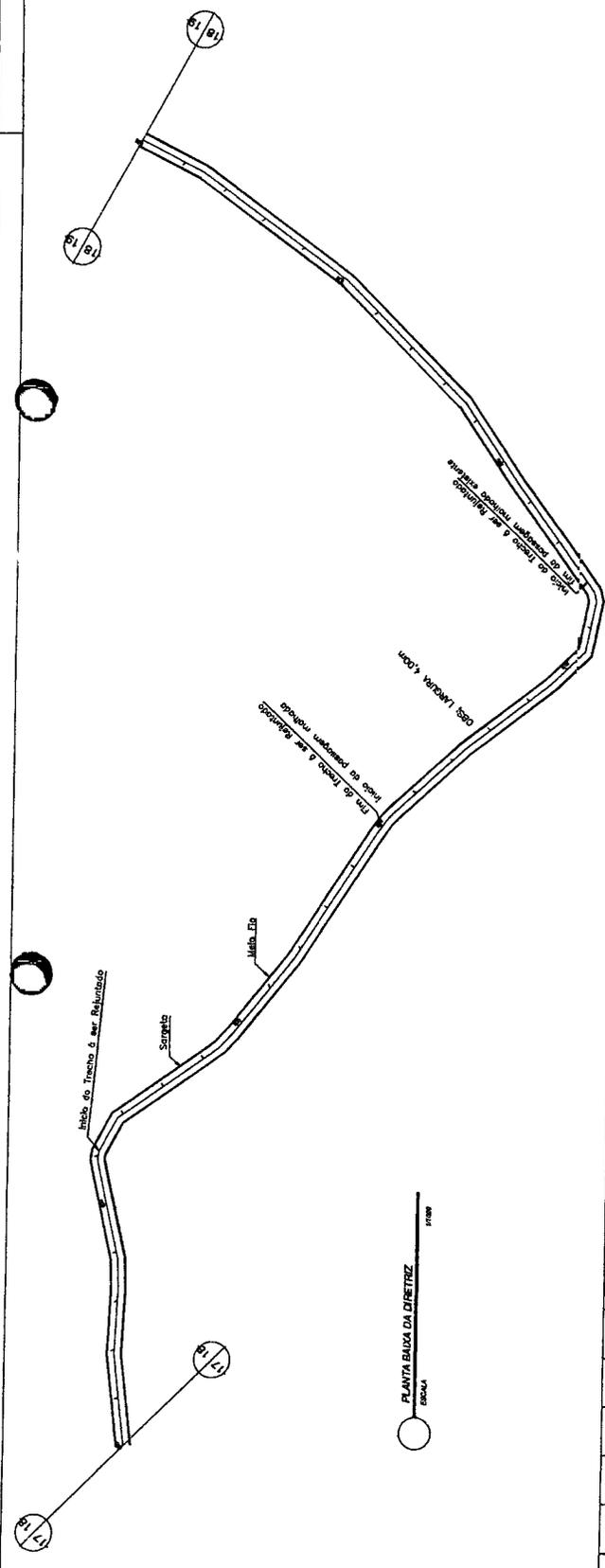
PLANTA BARRA DA DIRETRIZ
 ESCALA: 1/1000

PERFIL LONGITUDINAL
 ESCALA: 1/1000

DETALHAMENTO MEIO-DIA

LOCAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA
PROJETO	RODOVIA VICINAL (BR-020/CAPIM MOI) - PEDRA BRANCA - CEARA
PROJETO-PATRIMONIO DO SISTEMA VIARIO	PROJ. TERCIO
TERMINOS	ESTRUTURAMENTO EM PEDRA TOSCA
PROFUMO GEOMETRICO	
PERFIL LONGITUDINAL	
DATA DO PROJETO	18/25
ESCALA	1/1000
DATA	AGOSTO/2018
PROJ. EXECUTIVO	

Prof.ª *Viviane Menezes*
 Eng.ª Civil
 CRP 12345



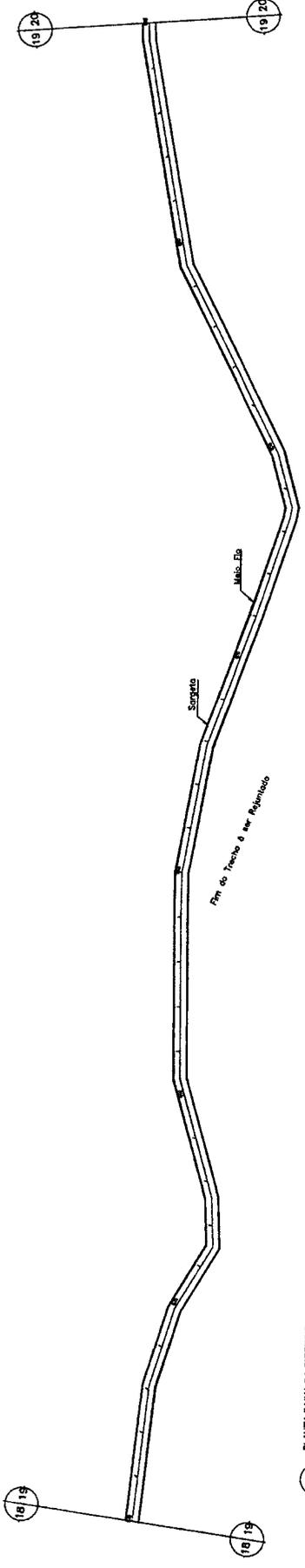
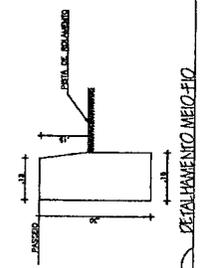
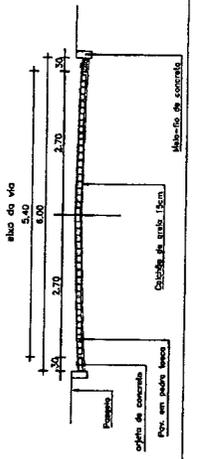
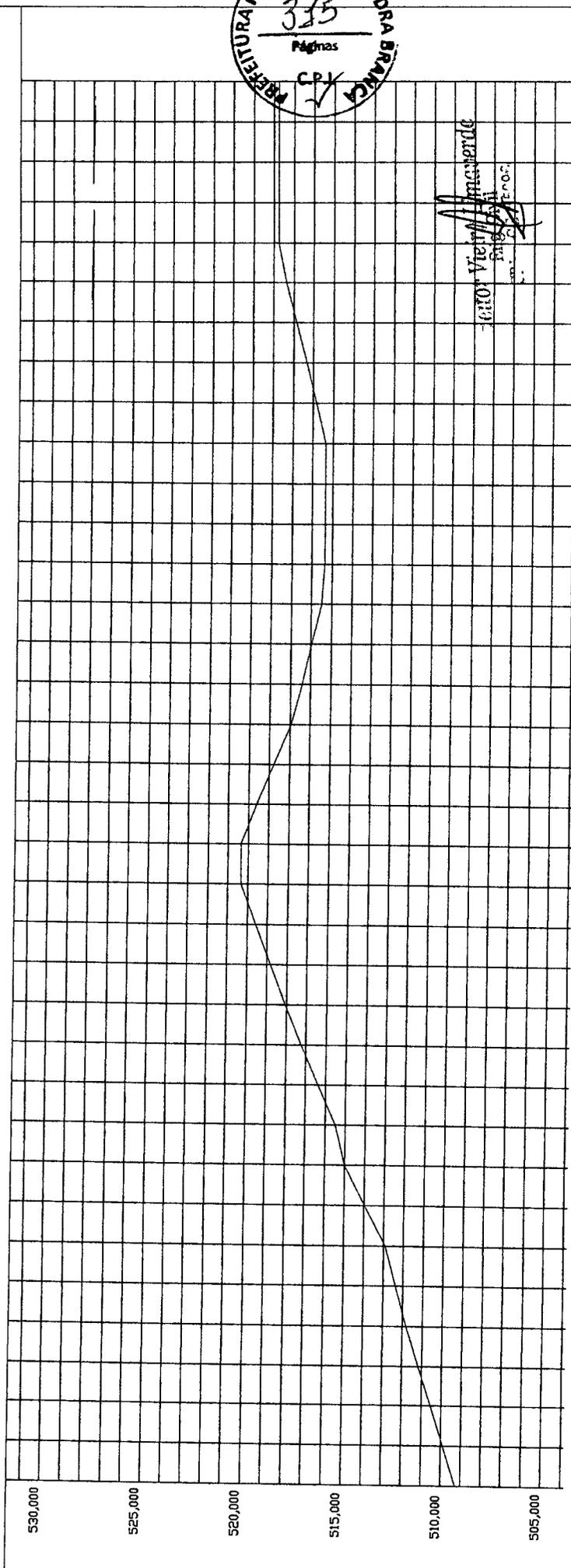
PERFIL LONGITUDINAL
 ESCALA 1/1000

PLANTA BAIXA DA DIRETZ
 ESCALA 1/1000



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA	
TÍTULO: RECONSTRUÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO - PEDRA BRANCA - CEARÁ PROJETO DE RECONSTRUÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO REVESTIMENTO EM PEDRA TOSA	DATA: 19/25
PROJETO GEOMÉTRICO PERLA LONGITUDINAL	ASSINATURA:
PROJETO RESPONSÁVEL: ESCALA: 1/1000	DATA: AOSTO/2018

Eng.º Victor Almeida
 R. 100 - J. 100 - F. 100

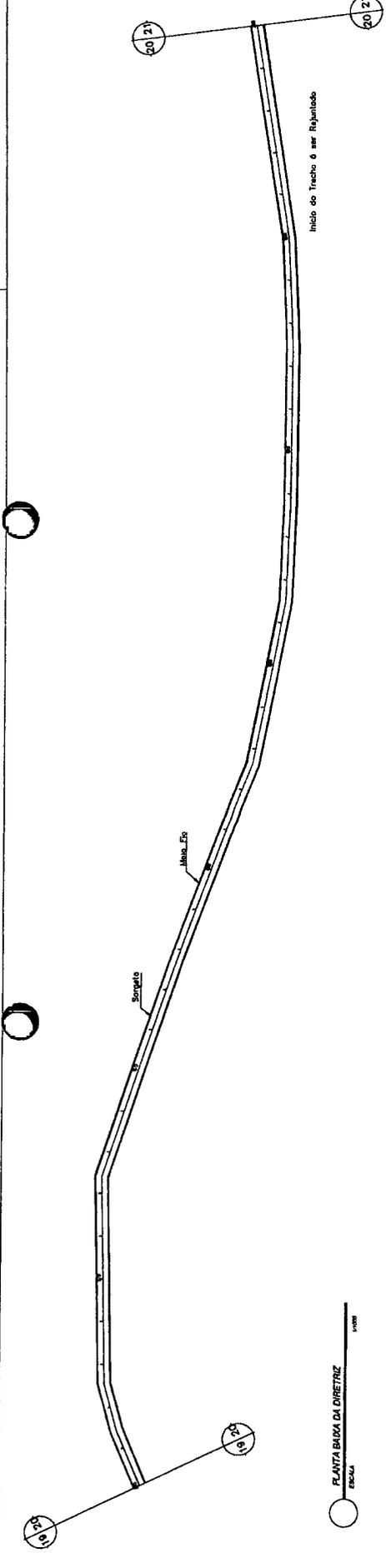
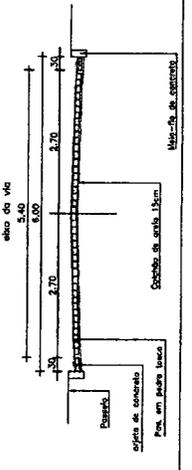
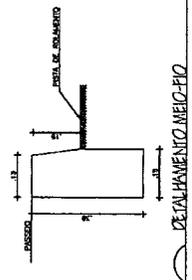
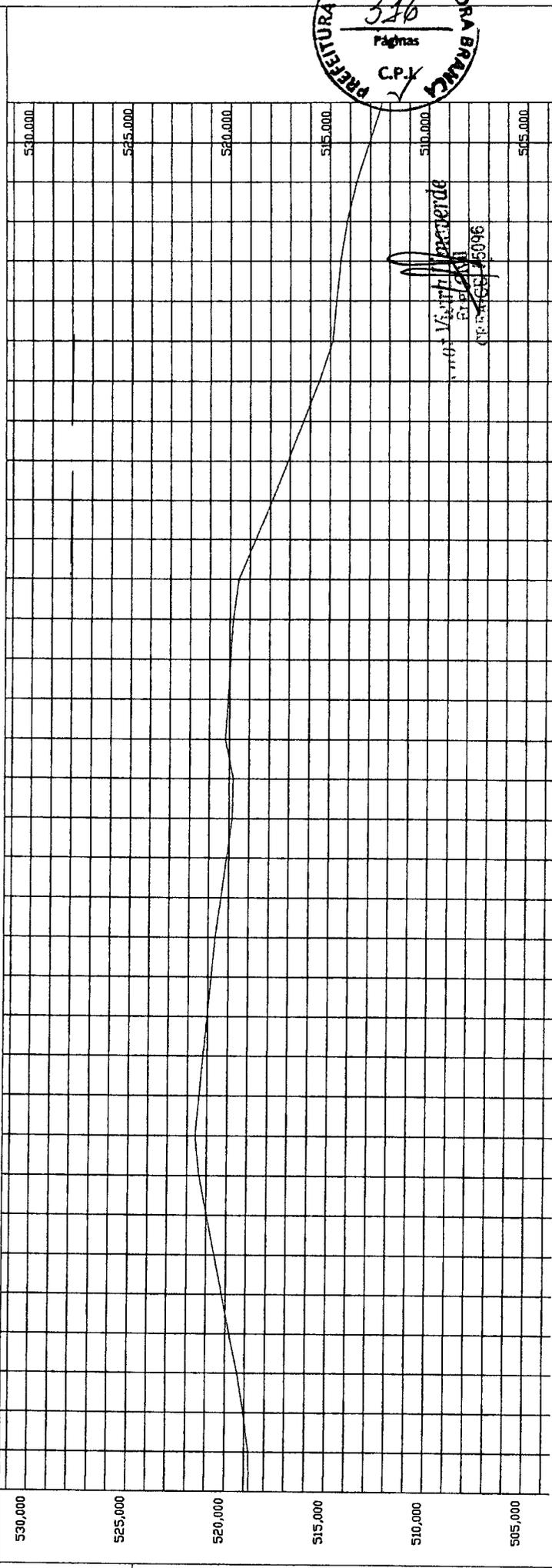


PLANTA BAIXA DA DIRETRIZ
 ESCALA 1/1000

PERLLONGITUDINAL
 ESCALA

TÍTULO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA PROJETO: RECONSTRUÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO - PEDRA BRANCA - CEARÁ CONDIÇÃO: ESTACIONADO EM PEDRA BRANCA		DATA: 20/25 ASSINATURA:
PROJETO GEOMÉTRICO PERFIL LONGITUDINAL	ESCALA: 1/1000 DATA: ABRIL/2018	TÍTULO:

Eng.º Vitor Hugo
 Engenharia Civil
 Nº 15996



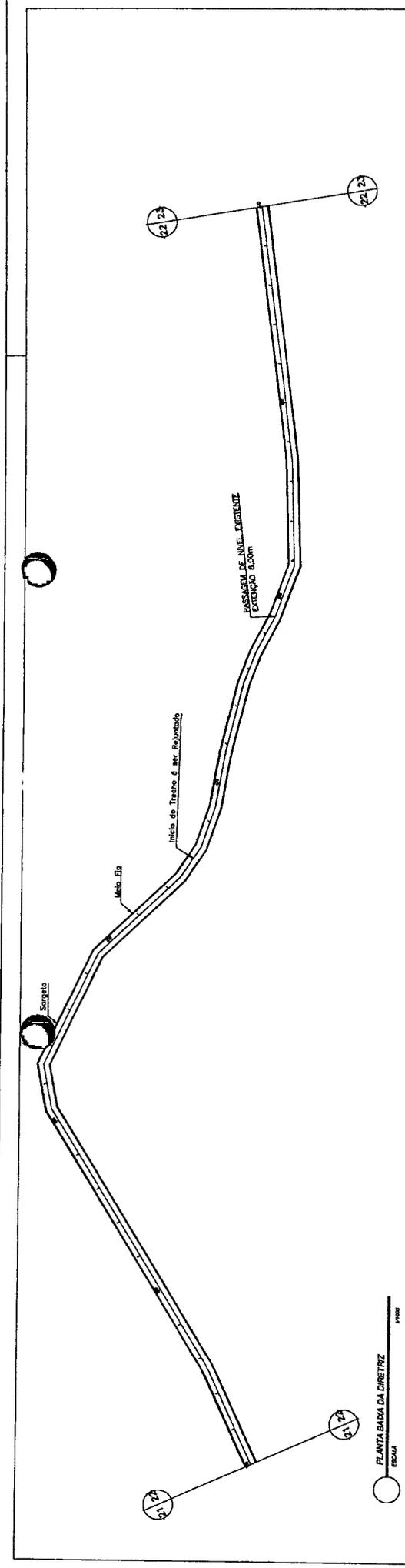
PERFIL LONGITUDINAL
 ESCALA: VERTICAL 1/20
 HORIZONTAL 1/1000

FLANTA BAIXA DA DIRETRIZ
 ESCALA: 1/1000

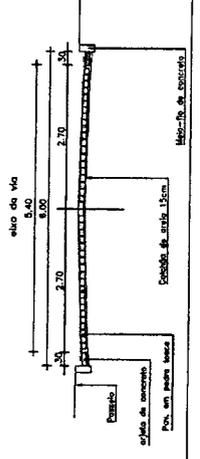
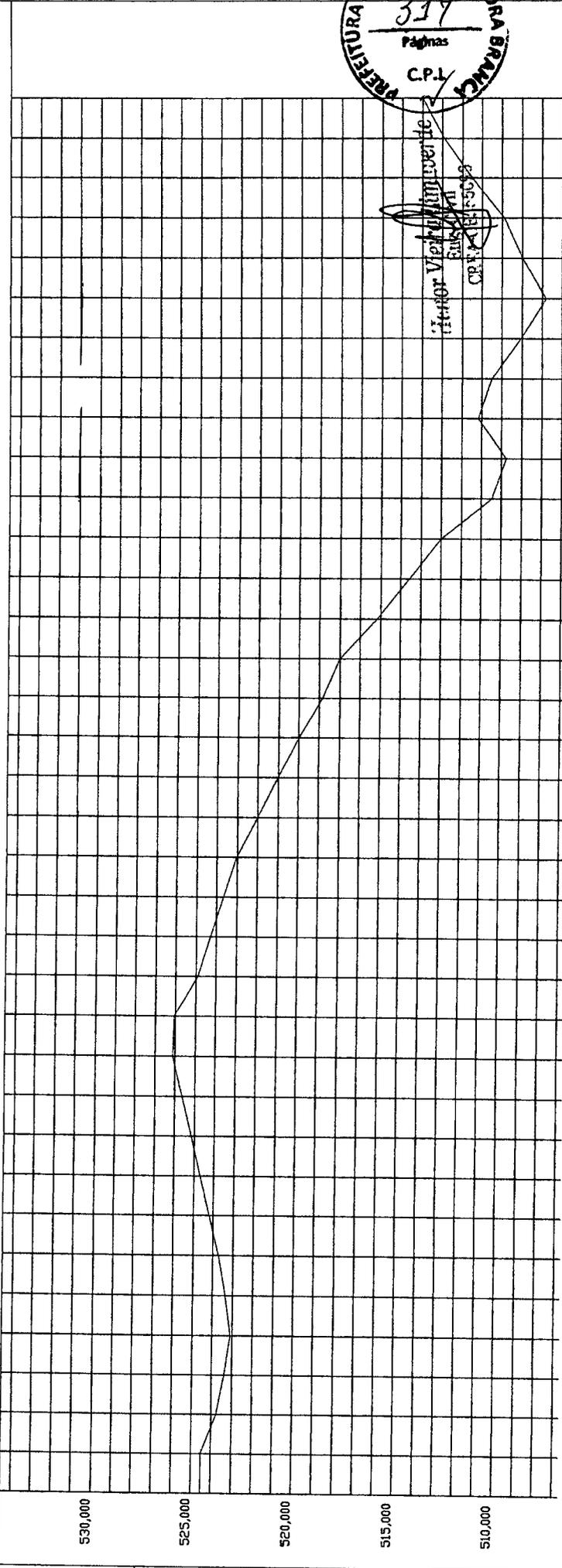


Arquiteto Vitor Augusto de Fátima
 CREA RJ 15553

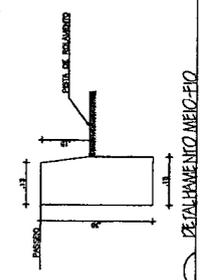
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA	
TIPO DE OBRA	RECONSTRUÇÃO DE PAVIMENTO
PROPOSTA Nº	001/2018
PROPOSTA DE	REVESTIMENTO EM PEDRA TOSCA
PROPOSTA DE	PROJETO GEOMÉTRICO
PROPOSTA DE	PERFIL LONGITUDINAL
DATA DE ELABORAÇÃO	11/08/2018
DATA DE APROVAÇÃO	21/08/2018
PROJETO DE	ARQUITETO
PROJETO DE	ENGENHEIRO



PLANTA BAIXA DA DIRETRIZ
 ESCALA 1:100



PERFIL LONGITUDINAL
 ESCALA 1:100



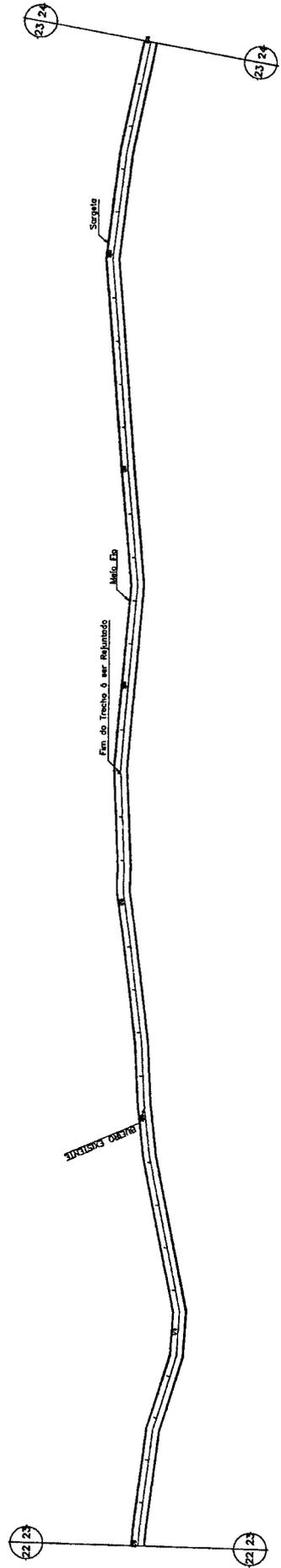
PERFIL DE ENLARGAMENTO
 ESCALA 1:100

21/25

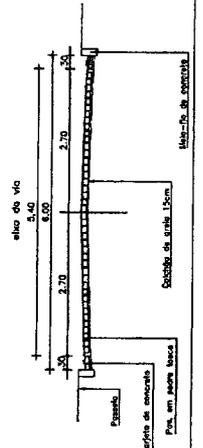
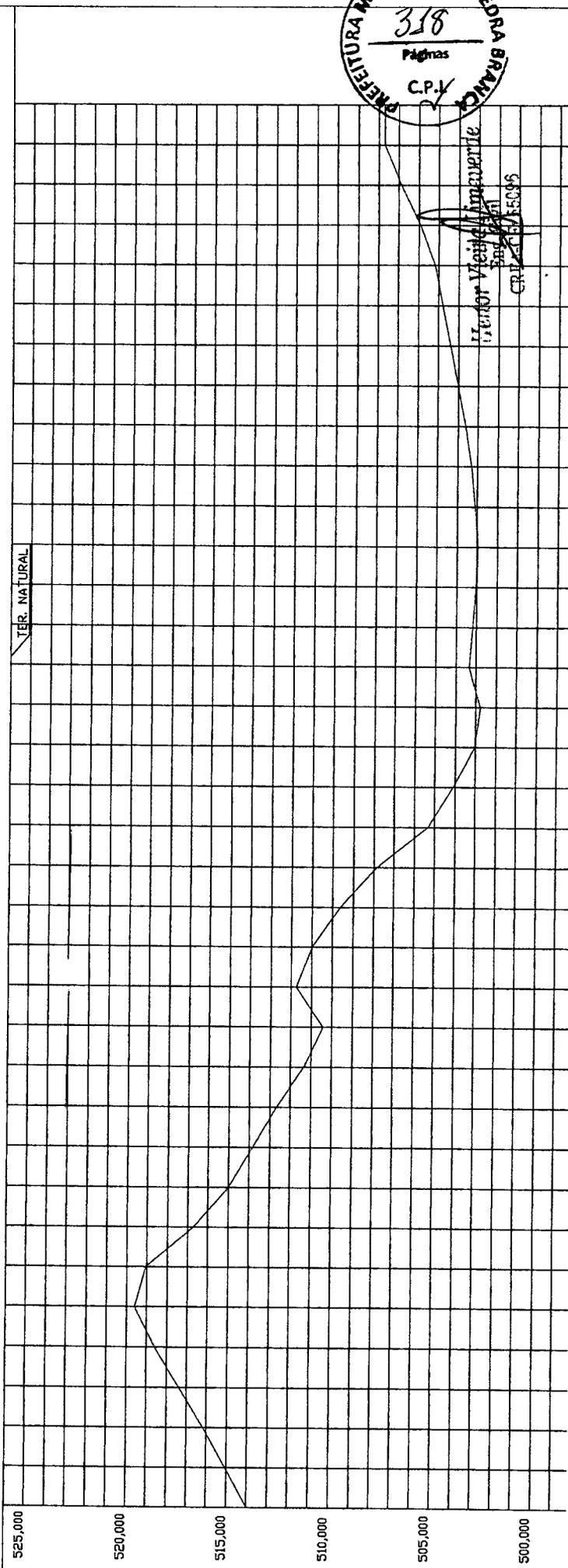
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA
318
Páginas
C.P.V.

Eng.º Vitor Viana
C.R.E. 015/15095

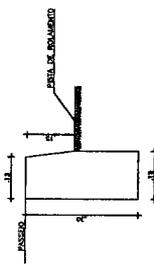
TÍTULO	PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA
PROPOSTA	PROPOSTA Nº 001/2018
PROJETO	PROJETO DE RECONSTRUÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO - PEDRA BRANCA - CEARÁ
CONTEÚDO	RECONSTRUÇÃO DE PEDRA BRANCA
PROJETO GEOMÉTRICO	
PERFIL LONGITUDINAL	
DATA	22/25
DATA DE EMISSÃO	2018, AOSTO/2018
ESCALA	1/1000
PROJ. RESPONSÁVEL	
PROJ. EXECUTIVO	



PLANTA BAIXA DA DIRETRIZ
ESCALA 1/1000

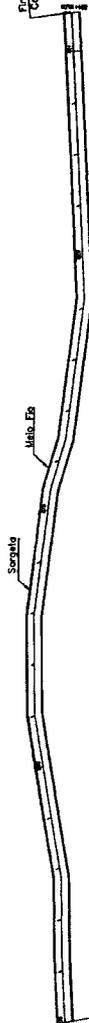


PERFIL LONGITUDINAL
ESCALA 1/1000

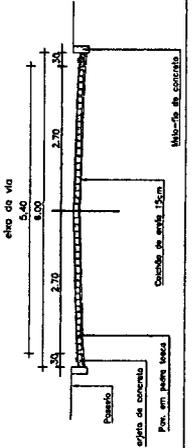
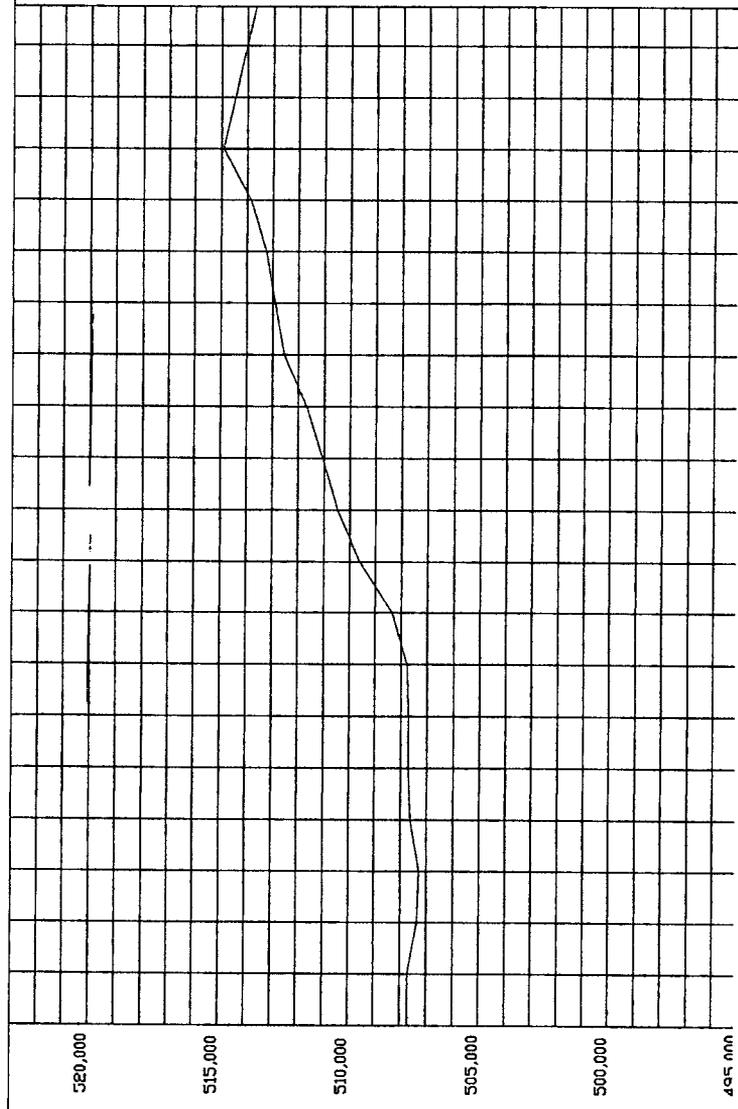


DETALHAMENTO MECÂNICO

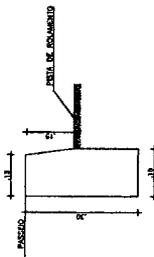
Fm. de Tracção Localidade Capão do
 Conto Nº 035833
 Conto Nº 937896



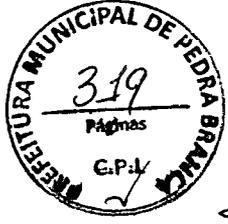
PLANTA BARRA DA DIRETRIZ
 ESCALA 1:1000



PERFIL LONGITUDINAL
 ESCALA



DETALHAMENTO MEIO-FIO



Victor Vieira
 Engenheiro

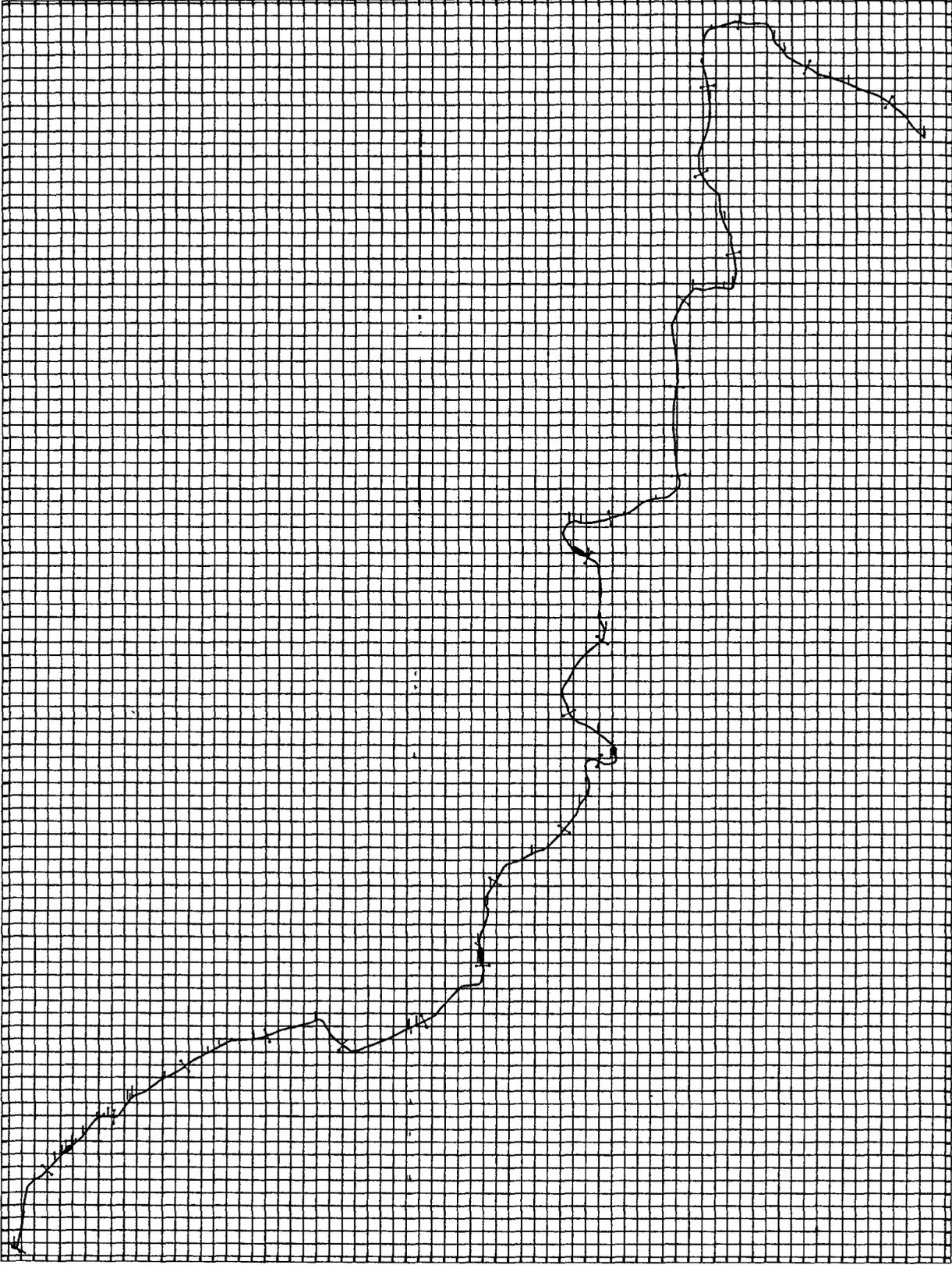
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA	
TÍTULO: RODOVIA VICINAL (BR-022/OPRIMO NOR) - PEDRA BRANCA - CEARA	RESP. TÉCNICO
PROPOSTA DE LICITAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO	PROJ. TÉCNICO
CONTINENTE: DISTRITO DE PEDRA BRANCA	PROJ. CIVIL
PROJETO GEOMÉTRICO	PROJ. CIVIL
PERFIL LONGITUDINAL	PROJ. CIVIL
DATA: 1/1000	DATA: AOSTO/2018
RELAZ. SUPERVISOR	RELAZ. SUPERVISOR

23/25



Fluor Vitorino Amaru
Engenheiro
CREA-CE 55096

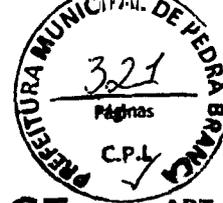
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA	
TERMO DE LICITAÇÃO Nº 001/2016 - PEDRA BRANCA - CEARA	
PROCESAMENTO DO SISTEMA DE LICITAÇÃO Nº 001/2016	
REVESTIMENTO EM PEDRA TOSCA	
CONTEUDO:	PROJETO GEOMÉTRICO
PROJETO:	24/25
DATA:	AGOSTO/2016
ESCALA:	1/10000
PROJETO:	
PROJETA:	





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-CE



ART OBRA / SERVIÇO
Nº CE20220945991

Página 1/2

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará

INICIAL

1. Responsável Técnico

HEITOR VIEIRA LIMAVERDE

Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL

RNP: 0613924789

Registro: 55096CE

Empresa contratada: FONSECA RODRIGUES ENGENHARIA EIRELI - EPP

Registro: 0000424530-CE

2. Dados do Contrato

Contratante: Município de Pedra Branca

CPF/CNPJ: 07.726.540/0001-04

RUA José Joaquim de Souza

Nº: 10

Complemento: Paço Municipal

Bairro: Centro

Cidade: Pedra Branca

UF: CE

CEP: 63630000

Contrato: 069/2021/001

Celebrado em: 22/11/2021

Valor: R\$ 2.750,00

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público

Ação Institucional: NENHUMA - NÃO OPTANTE

3. Dados da Obra/Serviço

RUA José Joaquim de Souza

Nº: 10

Complemento: Paço Municipal

Bairro: Centro

Cidade: Pedra Branca

UF: CE

CEP: 63630000

Data de início: 10/01/2022

Previsão de término: 10/01/2024

Coordenadas Geográficas: -5.453978, -39.716360

Finalidade: Infraestrutura

Código: Não Especificado

Proprietário: Município de Pedra Branca

CPF/CNPJ: 07.726.540/0001-04

4. Atividade Técnica

1 - Assessoria

Quantidade

Unidade

80 - Projeto > TRANSPORTES > INFRAESTRUTURA URBANA > DE PAVIMENTAÇÃO > #4.2.1.4 - EM PEDRA PARA VIAS URBANAS

1,00

un

80 - Projeto > OBRAS HIDRÁULICAS E RECURSOS HÍDRICOS > SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > DE SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > #5.3.1.8 - SARJETA

1,00

un

80 - Projeto > OBRAS HIDRÁULICAS E RECURSOS HÍDRICOS > SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > DE SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > #5.3.1.7 - MEIO-FIO

1,00

un

35 - Elaboração de orçamento > TRANSPORTES > INFRAESTRUTURA URBANA > DE PAVIMENTAÇÃO > #4.2.1.4 - EM PEDRA PARA VIAS URBANAS

1,00

un

35 - Elaboração de orçamento > OBRAS HIDRÁULICAS E RECURSOS HÍDRICOS > SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > DE SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > #5.3.1.8 - SARJETA

1,00

un

35 - Elaboração de orçamento > OBRAS HIDRÁULICAS E RECURSOS HÍDRICOS > SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > DE SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > #5.3.1.7 - MEIO-FIO

1,00

un

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

ART Readequação do Projeto e Atualização da Planilha Orçamentária da Obra de Pav. Pedra Tosca na via de Acesso ao Distrito de Capitão Mor - Zona Rural de Pedra Branca-CE. Convênio 879298/2018

6. Declarações

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

7. Entidade de Classe

NENHUMA - NÃO OPTANTE

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://crea-ce.silac.com.br/publico/>, com a chave: 23C6w
Impresso em: 08/03/2022 às 13:49:00 por: ip: 138.219.180.9



www.crea.org.br
Tel: (85) 3453-6800

faleconosco@crea.org.br
Fax: (85) 3453-6804



[Handwritten signature]



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-CE

ART OBRA / SERVIÇO
Nº CE20220945991



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará

8. Assinaturas _____

Declaro serem verdadeiras as informações acima

_____ de _____ de _____
Local data

9. Informações _____

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor _____

Valor da ART: R\$ 88,78 Registrada em: 03/03/2022 Valor pago: R\$ 88,78 Nosso Número: 8215196367

Heitor Vieira Lima Verde
Eng. Civil
CREA/CE 55096

INICIAL

HEITOR VIEIRA LIMA VERDE CPF: 039.878.673/5

Eurilândia Fernandes
Município de Pedra Branca - CE

Município de Pedra Branca - CE
CNPJ nº 07.248.742/0001-21
Pedra Branca - CE

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://crea-ce.altac.com.br/publico/> com a chave: Z3C6w
Impresso em: 08/03/2022 às 13:49:00 por ip: 138.219.180.9





Ministério do Desenvolvimento Regional
Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano
Departamento de Estruturação Regional e Urbana
Coordenação-Geral de Obras e Aquisições

Parecer nº 10/2022/CGOA/DERU/SMDRU/MDR

Referência: 59553.000936/2018-64

Interessado: Prefeitura Municipal de Pedra Branca - CE

Assunto: **Aprovação do Readequação do Projeto Básico do Convênio nº 879298/2018 – Pedra Branca - CE**

1. **SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de manifestação técnica a respeito do objeto do Convênio nº 879298/2018 para fins do Readequação do projeto básico aprovado.

2. O Plano de Trabalho (1070891) foi aprovado pela Nota Técnica nº 650/2018/SDR/CGCC (1070892), que consiste em solicitação de transferência de recursos, para "Pavimentação da Via de Acesso ao Distrito de Capitão Mor, no Município de Pedra Branca/CE" e foi compactuado no valor de R\$ 6.008.913,81 (seis milhões, oito mil novecentos e treze reais e oitenta e um centavos), dos quais, R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) consiste em cooperação deste Ministério e R\$ 8.913,81 (oito mil novecentos e treze reais e oitenta e um centavos) na contrapartida do Município.

3. O Projeto Básico de engenharia foi aprovado em 05 de novembro de 2018, conforme Parecer nº 411/2018/CGCC/SDR - MI (1041146) no valor de R\$ 6.008.913,81 (seis milhões, oito mil novecentos e treze reais e oitenta e um centavos).

4. Foi repassado ao Convenente o valor de R\$ 804.000,01 (oitocentos e quatro mil reais e um centavo) conforme Ordem Bancária nº 2021OB800197 (3215667), referente à primeira parcela dos recursos.

5. Consta no processo, o Parecer nº 141/2021/PCF-CGOA/DERU/SMDRU/MDR (3365180), o mesmo informa que o objeto não estava sendo executado em conformidade com o projeto aprovado.

6. Conforme Nota Técnica nº 45/2021/CGOA/DERU/SMDRU/MDR (3416241), o TCU determinou a desconstituição do Contrato nº 53/2020/001 firmado com a Monte Sião Empreendimentos - Eireli. Foi determinado também, que a Prefeitura de Pedra Branca - CE apresentasse nova licitação para continuidade da execução do objeto.

7. Após análise técnica dos documentos apresentados pelo Convenente, sugere-se, sob o ponto de vista técnico, a Aprovação do Readequação do Projeto Básico no valor de **R\$ 5.293.629,48 (cinco milhões, duzentos e noventa e três mil seiscentos e vinte e nove reais e quarenta e oito centavos)**, sendo o valor passível da licitação.

2. **ANÁLISE**

8. O Convênio em pauta, possui como objeto a "Pavimentação da Via de Acesso ao Distrito de Capitão Mor, no Município de Pedra Branca/CE". Os valores pactuados no Convênio, foram de R\$ 6.008.913,81 (seis milhões, oito mil novecentos e treze reais e oitenta e um centavos), dos quais, R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) consiste em cooperação deste Ministério e R\$ 8.913,81 (oito mil novecentos e treze reais e oitenta e um centavos) na contrapartida do Município.

9. O Município de Pedra Branca - CE enviou Ofício nº 10.03.001/2022/GAB (3701083), no qual informa:

O Município de Pedra Branca/CE, através de sua célula de engenharia, procedeu a Readequação dos Serviços Remanescentes à executar, bem como a recuperação/recomposição dos serviços executados no contrato anterior apontados no Parecer nº 141/2021/PCF-CGOA/DERU/SMDRU/MDR (SEI/MDR - 3365180 - Parecer).

10. O Município de Pedra Branca - CE solicitou, através do Ofício nº 10.03.001/2022/GAB (3701083), a atualização dos custos unitários de referência SINAPI de julho de 2018 para dezembro de 2021 e

SEINFRA 021.1 para SEINFRA 027.1, além das readequações dos itens não executados da planilha orçamentária. Foi apresentado pelo Convenente os seguintes documentos, conforme tabela abaixo.

Documentos (3701083)
Ofício nº 10.03.001/2022/GAB
Planilha Orçamentária - Com e Sem Desoneração
Cronograma Físico-Financeiro - Com e Sem Desoneração
Memória de Cálculo
ART de Projeto e Orçamento
Medições
Justificativa e Memorial Descritivo



11. Demais documentos podem ser aproveitados da época da aprovação do projeto básico.

12. Após a análise da Readequação, o valor da Planilha Orçamentária dos serviços restantes ficou em **R\$ 5.293.629,48 (cinco milhões, duzentos e noventa e três mil seiscentos e vinte e nove reais e quarenta e oito centavos)**, sendo o valor passível da licitação a ser realizada.

3. CONCLUSÃO

13. Após análise dos documentos apresentados, conclui-se que os elementos técnicos que definem o pleito estão compatíveis com as exigências do Decreto nº 6.170 de 25/07/2007 e da Portaria Interministerial nº 424/2016 e suas atualizações.

14. Diante do exposto, submeto os autos à consideração superior, recomendando sob o ponto de vista técnico: Aprovação da Readequação do projeto básico apresentado pelo Convenente referentes ao Convênio nº 879298/2018.

Brasília, 25 de abril de 2022.

Willian Costa Max
Assistente

De acordo, aprova-se a Readequação no valor de **R\$ 5.293.629,48 (cinco milhões, duzentos e noventa e três mil seiscentos e vinte e nove reais e quarenta e oito centavos)**, e autorizo a realização de nova licitação.

André Phellipe Almeida Santos
Coordenador-Geral de Obras e Aquisições



Documento assinado eletronicamente por **Willian Costa Max, Assistente**, em 25/04/2022, às 18:49, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **André Phellipe Almeida Santos, Coordenador(a) Geral de Obras e Aquisições**, em 27/04/2022, às 09:24, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3701101** e o código CRC **58FB0AB5**.



PREFEITURA DE
**PEDRA
BRANCA**



ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - P.M. PEDRA BRANCA.

Processo: CONCORRÊNCIA Nº "SEQUENCIA/ANO"

Data e Hora de Abertura: _____ às _____ horas

Razão Social: _____ CNPJ: _____

Endereço: _____ CEP: _____

Fone: _____ Fax: _____

Banco: _____ Agência N.º: _____ Conta Corrente n.º: _____

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DA 1ª ETAPA DE PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA NA ESTRADA DO DISTRITO DE CAPITÃO MOR NO MUNICÍPIO DE PEDRA BRANCA/CE.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR TOTAL
1.	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DA 1ª ETAPA DE PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA NA ESTRADA DO DISTRITO DE CAPITÃO MOR NO MUNICÍPIO DE PEDRA BRANCA/CE.	R\$
VALOR GLOBAL R\$		

VALOR GLOBAL: R\$ (-----
----).

PRAZO DE INÍCIO DOS SERVIÇOS: 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS, a contar da emissão de Ordem de Serviço.

PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: 240 (duzentos e quarenta) dias, contados da assinatura da ordem de serviço.

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS.

Observações:

- O licitante declara que tem o pleno conhecimento, aceitação e cumprirá todas as obrigações contidas no anexo I – Projeto Básico/Termo de Referência deste edital.
- Independente de declaração expressa fica subentendida que no valor proposto estão incluídas todas as despesas necessárias à execução dos serviços, inclusive as relacionadas com:
 - Materiais, equipamentos e mão-de-obra;
 - Carga, transporte, descarga e montagem;
 - Salários, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e outros;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA

PEDRA BRANCA



- Tributos, taxas e tarifas, emolumentos, licenças, alvarás, multas e/ou qualquer infrações;
- Seguros em geral, bem como encargos decorrentes de fenômenos da natureza, da infortúnica e de responsabilidade civil para quaisquer danos e prejuízos causados à Contratante e/ou a terceiros, gerados direta ou indiretamente pela execução das obras e/ou serviços;

Local/Data:, de de

Assinatura Proponente

Carimbo da empresa/Assinatura do responsável legal



ANEXO III
MODELO DE PROCURAÇÃO/DECLARAÇÕES

ITEM 01 - MODELO DE PROCURAÇÃO

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE:<NOME DA EMPRESA, CNPJ e ENDEREÇO> neste ato representada por seu (titular, sócio, diretor ou representante), Sr.< NOME>, qualificação (nacionalidade, estado civil, profissão, RG e CPF)

OUTORGADO: <NOME DO CREDENCIADO> qualificação (nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF e endereço.

PODERES: O outorgante confere ao outorgado(a) pleno e gerais poderes para representá-lo junto a PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA, Estado do Ceará, relativo a **CONCORRÊNCIA Nº "SEQUENCIA/ANO"**, podendo o mesmo, assinar propostas, atas, entregar durante o procedimento os documentos de credenciamento, envelopes de documentos de habilitação e proposta de preços e, assinar toda a documentação necessária e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da Outorgante que se fizerem necessários ao fiel cumprimento deste mandato, inclusive interpor recursos, ciente de que por força do artigo 675 do Código Civil está obrigado a satisfazer todas as obrigações contraídas pelo outorgado.

.....
(data)

.....
(representante legal)



**ANEXO III
MODELO DE PROCURAÇÃO/DECLARAÇÕES**

ITEM 02 - MODELO DE DECLARAÇÃO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DA 1ª ETAPA DE PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA NA ESTRADA DO DISTRITO DE CAPITÃO MOR NO MUNICÍPIO DE PEDRA BRANCA/CE.

DECLARAÇÃO

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., **DECLARA**, para fins do disposto na **CONCORRÊNCIA Nº "SEQUENCIA/ANO"** que:

a) sob as penas da lei, para todos os fins de direito a que se possa prestar, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto ao Município de Pedra Branca, Estado do Ceará, que, em cumprimento ao estabelecido na Lei nº 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

b) sob as penas da lei, para todos os fins de direito a que se possa prestar, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto ao Município de Pedra Branca, Estado do Ceará, que concorda integralmente com os termos deste edital e seus anexos;

c) que inexistente qualquer fato superveniente impeditivo de nossa habilitação para participar no presente certame licitatório, bem assim que ficamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, nos termos do art. 32, §2º, da Lei nº 8.666/93.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

.....
(data)

.....
(representante legal)



ANEXO III
MODELO DE PROCURAÇÃO/DECLARAÇÕES

ITEM 03 - MODELO DE DECLARAÇÃO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DA 1ª ETAPA DE PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA NA ESTRADA DO DISTRITO DE CAPITÃO MOR NO MUNICÍPIO DE PEDRA BRANCA/CE.

DECLARAÇÃO

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº, **DECLARA**, para fins do disposto na **CONCORRÊNCIA Nº "SEQUENCIA/ANO"** que:

Tem pleno conhecimento das condições necessárias para a execução dos serviços, inclusive quanto ao local, características e graus de complexidade existentes na área, bem como, das peculiaridades que possam implicar direta ou indiretamente na execução do objeto.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

.....
(data)

.....
(representante legal)



ANEXO IV
MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº _____

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM
A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA
BRANCA E A EMPRESA
_____ PARA OS FINS
NELE INDICADOS.

O **MUNICÍPIO DE PEDRA BRANCA**, Estado do Ceará, pessoa jurídica de direito público interno, sediada a Rua Furtunato Silva, S/n, Centro Administrativo Cesário Mendes, Centro, Pedra Branca-CE, CEP: 63.630-000, inscrita no CNPJ sob o N.º 07.982.010/0001-19, através da **SECRETARIA** _____, neste ato representado(a) pelo(a) Exmo(a). Secretário(a), Sr. _____ apenas denominada de **CONTRATANTE**, e de outro lado a pessoa jurídica _____, estabelecida na _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____ e C.G.F. sob o n.º _____ neste ato representada por _____, portador(a) do CPF n.º _____, apenas denominado de **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente Contrato, tendo em vista o resultado da Licitação procedida da **CONCORRÊNCIA Nº "SEQUENCIA/ANO"**, tudo de acordo com as normas gerais da Lei 8.666/93 e atualizada pelas Leis nº 8.883/94 e 9.648/98.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

1.1. O presente CONTRATO tem como fundamento a Lei nº 8.666/93 e suas alterações e a **CONCORRÊNCIA Nº "SEQUENCIA/ANO"** e seus Anexos, devidamente homologada pela (o) Secretária (o) de SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, a proposta da CONTRATADA, tudo parte integrante deste contrato, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1- O objeto da presente avença é a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DA 1ª ETAPA DE PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA NA ESTRADA DO DISTRITO DE CAPITÃO MOR NO MUNICÍPIO DE PEDRA BRANCA/CE**, em execução indireta, sob regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, na conformidade do Projeto Básico/Termo de Referência e Projeto Básico de Engenharia, das plantas e do orçamento adjudicado, partes integrantes deste instrumento independente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR CONTRATUAL, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTAMENTO

3.1- O valor global da presente avença é de R\$ ____ (_____).



- 3.2 - A fatura relativa aos serviços executados em cada período, cujo valor será apurado através de medição, deverá ser apresentada à Secretaria, a cada quinze dias, para fins de conferência e atestação e posterior envio a Secretaria que providenciará o pagamento.
- 3.3 - O pagamento será efetuado em até cinco dias após a conferência atestação da medição e fatura.
- 3.4 - Serão descontados na fonte o valor relativo ao Imposto Sobre Serviços De Qualquer Natureza, conforme alíquota prevista no código Tributário Municipal, e retido o INSS na alíquota de 11% (onze por cento) sobre o valor da mão de obra acima explicitada.
- 3.5 - A CONTRATADA deverá apresentar os comprovantes de recolhimento do PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, no prazo de até 20 (vinte) dias após a data fixada para seu recolhimento.
- 3.6 - Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das suas responsabilidades contratuais, nem implicará na aprovação definitiva dos serviços executados, total ou parcialmente.
- 3.7 - Ocorrendo erro na fatura ou outra circunstância que desaconselhe o pagamento, a CONTRATADA será cientificada, a fim de que tome providências.
- 3.8 - Poderá a CONTRATANTE sustar o pagamento da CONTRATADA nos seguintes casos:
- a) quando a CONTRATADA deixar de recolher multas a que estiver sujeita, dentro do prazo fixado;
 - b) quando a CONTRATADA assumir obrigações em geral para com terceiros, que possam de qualquer forma prejudicar a CONTRATANTE;
 - c) inadimplência da CONTRATADA na execução dos serviços.
- 3.9 - O valor do contrato não será reajustado antes de decorrido 01 (um) ano da sua assinatura, circunstância na qual as faturas serão reajustadas com base na variação do índice nacional da construção civil (INCC - Coluna 35) divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.
- 3.10- Independentemente de declaração expressa, fica subentendido que, no valor pago pelo contratante, estão incluídas todas as despesas necessárias à execução dos serviços, inclusive as relacionadas com materiais, equipamentos e mão de obra.
- 3.11 - Poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, desde que objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, nos termos do Art. 65, Inciso II, alínea "d" da Lei 8.666/93, devendo ser formalizado através de ato administrativo.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA

- 4.1- O prazo para a completa execução das obras contratadas e/ou dos serviços contratados é de **240 (duzentos e quarenta) dias**, contados da emissão da primeira



ordem de serviço, podendo ser prorrogado, na forma da Lei Federal nº 8.666/93, alterada e consolidada.

4.2- O início dos trabalhos ocorrerá dentro de **05 (CINCO) DIAS** seguintes ao recebimento da primeira Ordem de Serviço.

4.3- O presente Instrumento produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir da data de sua assinatura e vigorará pelo prazo de **240 (duzentos e quarenta) dias**, podendo ser prorrogado, na forma da Lei Federal nº 8.666/93, alterada e consolidada.

4.4- Os pedidos de prorrogação deverão se fazer acompanhar de um relatório circunstanciado, o qual será analisado e julgado pela contratante.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1- As despesas decorrentes da presente contratação serão pagas com recursos orçamentários oriundos do _____, e correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

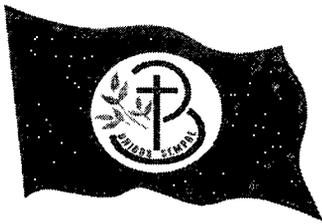
ÓRGÃO	UNIDADE ORÇ.	FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/ P-A/Nº DO PROJETO-ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESAS
**	**	*****	*****

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1- Os serviços serão executados mediante "Ordem Específica" emitida pela Fiscalização;

6.2- A CONTRATADA estará obrigada a satisfazer os requisitos e atender a todas as exigências e condições a seguir estabelecidas:

- Recrutar pessoas habilitadas e com experiência comprovada, fornecendo à CONTRATANTE relação nominal dos profissionais, contendo identidade e atribuição/especificação técnica.
- Executar os serviços através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou falta que venham a cometer no desempenho de suas funções, podendo a solicitar a substituição daqueles cuja conduta seja julgada inconveniente.
- Substituir os profissionais nos casos de impedimentos fortuitos, de maneira que não se prejudiquem o bom andamento e a boa prestação dos serviços.
- Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO na inspeção dos serviços, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE.
- Responder perante a Administração, mesmo no caso de ausência ou omissão da FISCALIZAÇÃO, indenizando-a devidamente por quaisquer atos ou fatos lesivos aos seus interesses, que possam interferir na execução do Contrato, quer sejam eles praticados por empregados, prepostos ou mandatários seus. A responsabilidade se estenderá a danos causados a terceiros, devendo a CONTRATADA adotar medidas preventivas contra esses danos, com fiel observância das normas emanadas das autoridades competentes e das disposições legais vigentes.
- Responder, perante as leis vigentes, pelo sigilo dos documentos manuseados, sendo que



a CONTRATADA não deverá, mesmo após o término do CONTRATO, sem consentimento prévio por escrito da CONTRATANTE, fazer uso de quaisquer documentos ou informações especificadas no parágrafo anterior, a não ser para fins de execução do CONTRATO.

g) Pagar seus empregados no prazo previsto em lei, sendo também de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, COFINS, IRPJ, CSLL, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho etc., ficando excluída qualquer solidariedade da Administração por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência da CONTRATADA, com referência às suas obrigações, não se transfere a Administração.

h) Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do CONTRATO.

i) Manter durante toda a execução dos serviços, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

l) Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente;

m) Prestar os serviços de acordo com o CADERNO DE ENCARGOS DO DER parte integrante do presente Edital, com as exigências da fiscalização, atentando sempre para as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

n) Responsabilizar-se pela conformidade, adequação, desempenho e qualidade dos serviços e bens, bem como de cada material, matéria-prima ou componente individualmente considerado, mesmo que não sejam de sua fabricação, garantindo seu perfeito desempenho;

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS DO CONTRATO

7.1- A Contratada deverá utilizar na execução dos serviços, funcionários contratados ou terceirizados, bem como equipamentos de sua propriedade, sendo vedada a utilização de funcionários (servidores ou terceirizados da Administração), e equipamentos de propriedade da Administração.

7.1.1 - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão executados de acordo com a determinação / orientação da fiscalização da Administração, seguindo sempre o Orçamento previamente autorizado pela Contratante e em estrita obediência ao Caderno de Encargos e as exigências da Ordem de Serviço específica.

7.1.2- QUANTIDADE DE SERVIÇOS

Cada ordem de serviços específica explicitará os serviços a serem executados, especificando-os e quantificando-os em Planilha Orçamentária que servirá de base para as medições.

7.1.3- MEDIÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO DOS SERVIÇOS

7.1.3.1 - Medição dos Serviços - Os serviços serão medidos a cada 15 (quinze) dias pela



fiscalização.

7.1.3.1.1 - Os preços unitários serão os constantes da proposta de preços da empresa vencedora da licitação.

7.1.3.2 - Forma de Pagamento

7.1.3.2.1 - A Secretaria pagará à contratada, pelos serviços contratados e executados, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a incidência de reajustamento. Fica expressamente estabelecido que no preço global estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços, de acordo com as condições previstas neste Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

7.1.4- EXECUÇÃO DE SERVIÇOS IMPREVISTOS

A empresa obriga-se a executar todos os Serviços necessários ao objeto especificado na Cláusula Segunda.

No caso de serviço imprevisto, não constante de sua planilha orçamentária proposta, se procederá para pagamento da seguinte maneira:

a) Serviços constantes da Tabela de Preços Unificada - SINAPI e/ou Composição Própria. Pelos seus respectivos preços unitários referidos na Tabela do mês do orçamento e da proposta, multiplicado pelo fator "K", resultado da seguinte Fórmula:

$$K = \frac{VPG}{VOB}$$

Onde:

VPG= Valor da Proposta ganhadora

VOB= Valor do Orçamento Básico

O valor do K será parte integrante do Contrato

7.1.5. DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização será da Secretaria do Município de Pedra Branca.

Todos os problemas advindos de cada Ordem de Serviço serão tratados inicialmente com a Fiscalização e posteriormente, se não houver solução compatível, com o (a) Secretário (a).

7.1.6. A Contratada deverá se limitar a execução dos serviços especificados na Ordem Específica de Serviços, sob pena de executar e não receber.

CLÁUSULA OITAVA - SUBCONTRATAÇÕES DOS SERVIÇOS

8.1. Os serviços objeto desta licitação somente poderão ser subcontratados parcialmente com autorização da CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

9.1. O presente Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, mediante



termo aditivo ou subtrativo, nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93.

9.2. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos na lei.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES

10.1. A Contratada sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, sem prejuízo de outras sanções legais e da responsabilidade civil e criminal, às seguintes multas, que serão aplicadas de modo cumulativo, independente de seu número, com base nas violações praticadas durante a execução desse contrato:

- 0,05% (cinco centésimos por cento) sobre o valor da etapa, por dia que esta exceder o prazo de entrega previsto no cronograma físico, salvo quanto ao último prazo parcial, cuja multa será compreendida na penalidade por inobservância do prazo global;
- 0,1% (um décimo por cento) do valor do contrato, por dia que exceder ao prazo sem que os serviços estejam concluídos;
- 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato, na hipótese de rescisão do Contrato por culpa da Contratada, sem prejuízos de outras penalidades previstas em lei;
- 0,0001% (um décimo milésimo por cento) sobre o valor global do Contrato por descumprimento às recomendações estabelecidas neste Edital ou no Contrato, conforme o caso;
- 10% (dez por cento) do valor global do Contrato, se a Contratada transferir a execução dos serviços a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia autorização escrita da Secretaria;
- 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, se a Contratada deixar de atender às recomendações de ordem técnica emitidas pela ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

10.2. A contratada sujeitar-se-á, ainda, no caso de inexecução total ou parcial do Contrato:

- advertência;
- multa de 20% (vinte por cento) na forma prevista no edital;
- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação da Contratada, que será concedida sempre que esta ressarcir a Contratante pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

11.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais, previstas no instrumento convocatório e as previstas em lei ou regulamento.

11.2. Além da aplicação das sanções já previstas, o presente contrato ficará rescindido de pleno direito, independente de notificação judicial ou extrajudicial, sem que assista à



PEDRA BRANCA



Contratada o direito de reclamar indenizações relativas às despesas decorrentes de encargos provenientes da sua execução, ocorrendo quaisquer infrações às suas cláusulas e condições ou nas hipóteses previstas na Legislação, na forma do artigo 78 da Lei 8.666/93.

11.3. O procedimento de rescisão observará os ditames previstos nos artigos 79 e 80 da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. O CONTRATADO se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.2. O presente Contrato tem seus termos e sua execução vinculada ao Edital de Licitação e à proposta licitatória.

12.3. O CONTRATANTE se reserva o direito de fazer uso de qualquer das prerrogativas dispostas no artigo 58 da Lei n.º 8.666/93, alterada e consolidada.

12.4. A inadimplência do CONTRATADO com referência aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato ou restringir a regularização e o uso dos serviços pela Administração.

12.5. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, o serviço executado em desacordo com os termos do Processo Licitatório e deste contrato.

12.6. Integram o presente contrato, independente de transcrição, todas as peças que formam o procedimento licitatório e a proposta adjudicada.

12.7. A Contratada se obriga a efetuar, caso solicitado pela Contratante, testes previstos nas normas da ABNT, para definir as características técnicas de qualquer equipamento, material ou serviço a ser executado.

12.8. As ligações provisórias que se fizerem necessárias para a execução dos serviços, bem como a obtenção de licenças e alvarás, correrão por conta da Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. As partes elegem o foro da comarca de Pedra Branca - CE, como o único competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste CONTRATO, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e para um só fim de direito, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que a tudo assistiram, na forma da lei.

Pedra Branca, Estado do Ceará, em ____ de ____ de ____.



PREFEITURA MUNICIPAL DE
**PEDRA
BRANCA**



MUNICÍPIO DE PEDRA BRANCA
<Nome do(a) Secretário(a) Gestor>
Secretário(a) de SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
CONTRATANTE

<Nome da Empresa>
<NOME DO REPRESENTANTE>
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____ CPF: _____

2. _____ CPF: _____